



MONOGRAFIAS

15

---

A ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL ENTRE O FINAL  
DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI (1970 - 2014)

ARCHAEOLOGY IN PORTUGAL BETWEEN THE LATE  
20<sup>TH</sup> CENTURY AND THE EARLY 21<sup>ST</sup> CENTURY (1970 - 2014)

---

Jacinta Bugalhão





# MAP

MONOGRAFIAS  
15

---

**A ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL ENTRE O FINAL  
DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI (1970 - 2014)**  
**ARCHAEOLOGY IN PORTUGAL BETWEEN THE LATE  
20<sup>TH</sup> CENTURY AND THE EARLY 21<sup>ST</sup> CENTURY (1970 - 2014)**

---

Jacinta Bugalhão

**MAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



Série . Serie

**Monografias AAP**

Edição . Edition

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção . Direction

**José Morais Arnaud**

Coordenação . Coordination

**César Neves**

Tradução para a versão em Inglês . English translation

**Armando Lucena**

Design gráfico . Graphic design

**Paulo Freitas**

Fotografia de capa . Cover photo

**Cordão humano junto às obras da barragem durante o “Mega-Acampamento” em defesa da arte rupestre do Côa que juntou estudantes do ensino secundário e superior de todo o país, Abril de 1995. © Teresa Silva**

Impressão . Print

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem . Copies

**200 exemplares**

ISBN

**978-989-35672-2-7**

Depósito legal . Legal Deposit

**541701/24**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

O texto desta edição é da inteira responsabilidade da autora.

**BUGALHÃO, Jacinta (2025) – A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias AAP, 15).**

7	<b>EDITORIAL</b> José Morais Arnaud
9	<b>A ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI (1970 – 2014)</b>
41	<b>FIGURAS / GRÁFICOS</b> FIGURES / CHARTS
55	<b>ARCHAEOLOGY IN PORTUGAL BETWEEN THE LATE 20<sup>TH</sup> CENTURY AND THE EARLY 21<sup>ST</sup> CENTURY (1970 – 2014)</b>
85	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

## Lista de siglas e abreviaturas

AAP	Associação dos Arqueólogos Portugueses
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
APA	Associação Profissional de Arqueólogos
CIBIO	Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
CIPA	Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências
CNANS	Centro Nacional de Arqueologia Subaquática
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento regional
DGPC1	Direcção-Geral do Património Cultural (1975-1980)
DGPC2	Direcção-Geral do Património Cultural (2012-2023)
DRC	Direcção Regional de Cultura/Direcções Regionais de Cultura
<i>Endovélico</i>	<i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica</i>
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
ISPCN	Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural
IGT	Instrumentos de ordenamento, planeamento e gestão do território
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPPAR1	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1991 – 1997)
IPPAR2	Instituto Português do Património Arquitectónico (1997 – 2007)
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
JNE	Junta Nacional de Educação
LARC	Laboratório de Arqueociências
LPC/85	Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, publicada no Diário da República n.º 153, I Série)
LBPC/2001	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, publicada no Diário da República n.º 209, I SÉRIE-A)
PATA	Pedidos de Autorização para trabalhos Arqueológicos
PDM	Plano Diretor Municipal
PIPA	Projectos de Investigação Plurianual de Arqueologia
PNTA	Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos
RTA	Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
RTA/78	Portaria n.º 269/78 de 12 de Maio (Diário da República n.º 109, I Série) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; alterada pela Portaria n.º 195/79, 24 de Abril (Diário da República, n.º 95, I Série)
RTA/99	Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho (Diário da República n.º 163, I Série-A) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, rectificado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro (Diário da República n.º 260, I Série-A)
RTA/2014	Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro (Diário da República n.º 213, I Série) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
STARQ	Sindicato dos Trabalhadores em Arqueologia
SRAZ	Serviços Regionais de Arqueologia das Zonas Norte, Centro e Sul

## Acronyms and abbreviations

AAP	Association of Portuguese Archaeologists
APA	Association of Professional Archaeologists
CIBIO	Research Centre in Biodiversity and Genetic Resources
CIPA	Human Palaeoecology and Archaeosciences Research Centre
CNANS	National Centre for Underwater Archaeology
CCDR	Regional Coordination and Development Commission
DGPC1	Directorate General for Cultural Heritage (1975-1980)
DGPC2	Directorate General for Cultural Heritage (2012-2023)
DRC	Regional Culture Directorate
<i>Endovélico</i>	<i>Endovélico, Archaeological Information and Management System</i>
EIA	Environmental Impact Assessment
FCT	Foundation for Science and Technology
IGESPAR	Institute for the Management of Architectural and Archaeological Heritage
ISPCN	Institute for the Safeguarding of Cultural and Natural Heritage
IGT	Territorial management devices
IPA	Portuguese Institute of Archaeology
IPPAR1	Portuguese Institute of Architectural and Archaeological Heritage (1991 – 1997)
IPPAR2	Portuguese Institute for Architectural Heritage (1997 – 2007)
IPPC	Portuguese Institute of Cultural Heritage
JNE	National Board of Education
LARC	Archaeosciences Laboratory
LPC/85	Portuguese Cultural Heritage Law (Law no. 13/85 of July 6, published in Diário da República no. 153, I Série)
LBPC/2001	Basic Law on the Policy and Regime for the Protection and Enhancement of Cultural Heritage (Law no. 107/2001 of September 8, published in Diário da República no. 209, I SÉRIE-A)
PATA	Permit requests for archaeological works
PDM	Municipal Master Plan
PIPA	Multiannual Research Projects in Archaeology
PNTA	National Archaeological Works Plan
RTA	Regulations for Archaeological Work
RTA/78	Ordinance no. 269/78 of May 12 (Diário da República, no. 109, I Series) issuing the Regulations for Archaeological Work, amended by Ordinance no. 195/79, April 24 (Diário da República, no. 95, I Série)
RTA/99	Decree-Law no. 270/99 of July 15 (Diário da República no. 163, I Série-A) issuing the Regulations for Archaeological Works, amended by Decree-Law no. 287/2000 of November 10 (Diário da República no. 260, I Série-A)
RTA/2014	Decree-Law no. 164/2014 of November 4 (Diário da República no. 213, Série I) issuing the Regulations for Archaeological Works
STARQ	Archaeological Workers' Union
SRAZ	Regional Archaeological Services of the North, Centre and South Zones

**Monografia 15 – AAP**



**Monografia 15 – Repositório Aberto – UL**



# EDITORIAL

---

José Morais Arnaud  
Presidente da Direcção

O trabalho que agora se publica é o 15º da Série de Monografias editadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses destinadas à divulgação dos mais meritórios trabalhos de investigação arqueológica realizados em Portugal, com especial destaque para os que foram galardoados ou distinguidos com menções especiais pelo júri do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão, instituído em 2015 por esta Associação.

É o caso do trabalho *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o Início do século XXI (1970 – 2014)*, da autoria de Jacinta Bugalhão, que foi apresentado como tese de Doutoramento na Universidade de Lisboa, e que mereceu a aprovação unânime de um júri constituído pelos membros da Direcção da AAP e pelos especialistas convidados Profs. José d'Encarnação e Francisco Sande Lemos, docentes aposentados das Universidades de Coimbra e Minho, que lhe atribuiu o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, na categoria de Doutoramento.

Trata-se de um notável trabalho, baseado na análise intensiva de dados quantitativos existentes nos Arquivos dos sucessivos órgãos responsáveis pela gestão do património arqueológico do país, e noutras fontes complementares de informação, o qual constitui um extraordinário instrumento de trabalho para quem queira conhecer os enormes progressos, e também alguns retrocessos, ocorridos no período em análise no domínio da Arqueologia, em particular no que respeita ao enquadramento legislativo, à própria estrutura orgânica do Estado, ao ensino da Arqueologia, ao estatuto profissional dos arqueólogos, e às instituições que desenvolvem actividade arqueológica em Portugal.

Tendo-se verificado que este trabalho já se encontra disponível em linha, no Repertório da Universidade de Lisboa, optou-se por o disponibilizar também na íntegra no site da AAP e publicar apenas um resumo alargado do mesmo, em língua portuguesa e inglesa, contribuindo, assim, para a sua maior divulgação. A AAP cumpre, assim, em mais uma vertente, o seu papel de instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem por principal objectivo estatutário colaborar com as instituições públicas e privadas no domínio do estudo, salvaguarda e valorização do património arqueológico e histórico do país.

A todos os arqueólogos portugueses  
e a todos os arqueólogos que trabalharam e trabalham em Portugal,  
pelas suas glórias, pelas suas fraquezas, mas principalmente  
pela sua imensa paixão pela Arqueologia

# A ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI (1970 - 2014)

---

Jacinta Bugalhão

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Património Cultural, I. P.

jacintabugalhao@gmail.com

## Resumo

O presente trabalho incide sobre a história recente (entre 1970 e 2014) da Arqueologia portuguesa (no território de em Portugal continental), nomeadamente da legislação arqueológica, da estrutura do Estado, do ensino da Arqueologia, dos arqueólogos, das instituições com actividade em Arqueologia e da actividade arqueológica. O estudo recorre à análise de dados quantitativos, procurando efectuar um diagnóstico através da caracterização dos indicadores essenciais da realidade em análise.

Durante o período em estudo, o regime jurídico português aplicável à Arqueologia sofreu um processo de especialização, complexificação e amplificação de âmbito, em contexto nacional, mas também através dos mecanismos de transposição e ratificação de normas comunitárias europeias. Na estrutura do Estado com competências sobre a Arqueologia, verificou-se uma primeira fase, até 2007, de progressiva especialização, seguida de uma fase de contracção e descaracterização, associada a uma “regionalização” latente. No ensino superior, a área científica da Arqueologia autonomizou-se e especializou-se, verificando-se um considerável aumento, dispersão e diversificação da oferta formativa. O grupo sociológico dos arqueólogos cresceu consideravelmente, profissionalizou-se, qualificou-se e diversificou-se. No exercício da profissão, agravaram-se as condições laborais e aprofundou-se a instabilidade. As instituições com actividade em Arqueologia aumentaram de número, verificando-se igualmente uma diversificação (nomeadamente no sector privado) e dispersão no território, com os municípios e as empresas de Arqueologia a assumirem um papel central. A actividade arqueológica registou uma evolução quantitativa notável, igualmente no sentido de uma progressiva diversificação de âmbito e forma, com a Arqueologia Preventiva a assumir um protagonismo crescente, em detrimento da investigação e da valorização.

O estudo persegue um objectivo de observatório da Arqueologia portuguesa, instrumento de análise e diagnóstico que permita delinear propostas futuras. É um trabalho interdisciplinar que cruza as disciplinas da Arqueologia, História e Sociologia, na esfera da Arqueologia Pública, procurando reflectir sobre o papel cívico, social e cultural da Arqueologia.

**Palavras-chave:** História da Arqueologia portuguesa; Legislação arqueológica; Gestão do Património arqueológico; Arqueólogos; Actividade arqueológica.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho corresponde a uma síntese para publicação da dissertação de Doutoramento no ramo de História, especialidade de Arqueologia, desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 2012 e 2021, sob orientação do Prof. Doutor Carlos Fabião. Na sua versão final, a tese tem três volumes, 2.014 páginas, cerca de 200.000 palavras de texto, 259 gráficos e mais de 100 anexos documentais.

O doutoramento teve como entidades de acolhimento a UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). A autora usufruiu de uma bolsa de doutoramento atribuída pela FCT durante um ano e oito meses e o doutoramento recebeu da DGPC declaração de interesse público (Despachos n.º 14603/2012 de 5 de Novembro e n.º 4539/2015 de 20 de Abril). Os trabalhos de elaboração da tese decorreram entre Fevereiro de 2013 e Fevereiro de 2021, de forma descontínua, em cerca de cinco anos de trabalho efectivo. A tese foi defendida em 19 de Julho de 2021, tendo sido aprovada com distinção e Louvor, por unanimidade (Bugalhão, 2021b, que nos escusaremos de citar). Posteriormente, em Abril de 2022, a Associação dos Arqueólogos Portugueses e os membros do respectivo júri atribuíram à tese o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, categoria de Doutoramento.

O tema deste trabalho é a “A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 - 2014)”, em ambiente terrestre, no território continental português. O domínio de investigação situa-se na área das ciências sociais e nas disciplinas da Arqueologia, História e Sociologia, na esfera da Arqueologia Pública, numa perspectiva interdisciplinar, incidindo sobre os arqueólogos, a actividade arqueológica, as instituições com actividade em Arqueologia, o ensino da Arqueologia, a legislação arqueológica e a estrutura do Estado de gestão da Arqueologia. O objecto de estudo é o processo histórico recente da Arqueologia portuguesa, como “construção colectiva”. Pretende-se o aprofundamento da discussão em torno do papel social, cultural e cívico dos arqueólogos, da Arqueologia (como ciência e profissão) e do Património arqueológico, ou seja, da Arqueologia e seu impacto na sociedade, na qual goza de uma recente, mas bem consolidada, visibilidade.

Na primeira década do século XXI, existiam alguns estudos sobre os primórdios da Arqueologia científica portuguesa e sobre a centenária história da defesa do Património arqueológico em Portugal. Sobre a história recente e sobre a Arqueologia como actividade profissional, existiam essencialmente textos de reflexão e opinião, baseados no conhecimento empírico e em dados qualitativos. Em 2007, a autora apresentou um primeiro estudo de âmbito nacional (Bugalhão, 2011), a que se seguiram outros, publicados durante e depois o doutoramento (nomeadamente: Bugalhão, 2013a, 2013b, 2014, 2015, 2017b, 2017c, 2018, 2019, 2020, 2024; Bugalhão *et alii*, no prelo). A tese

integrou três componentes essenciais: informação, interpretação e opinião, sendo a informação a principal. A partir da análise diacrónica de dados quantitativos relativos às últimas décadas, pretendeu-se caracterizar os indicadores essenciais da realidade arqueológica nacional, delineando as principais linhas de tendência e descrevendo o papel dos diversos agentes envolvidos, individuais e institucionais, públicos e privados.

De estudo exaustivo destes diversos segmentos da Arqueologia Portuguesa, resultou o texto que agora se publica e que corresponde, com adaptações pontuais, à conclusão (ou tese) do doutoramento.

## **2. ANTECEDENTES**

Sendo a Arqueologia “por ontológica definição, uma actividade científica” (Silva, 2005a, p. 17), surge efectivamente como tal em Portugal, na segunda metade do século XIX (Lemos, 1987; Jorge e Jorge, 1996; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002; Fabião, 2011). Apesar da diversificação crescente da actividade arqueológica verificada nas últimas décadas (Jorge, 2003, p. 121-122; Valera, 2007, p. 76), a primeira obrigação do arqueólogo continua a ser o conhecimento do passado (Martins, 1998, p. 31). A prática arqueológica é um exercício moldado pelo momento em que decorre e pelo contexto que lhe é contemporâneo (Jorge, 2003, p. 123) e recorre a “um conjunto de conhecimentos e de técnicas indispensáveis a uma sociedade contemporânea” (Jorge, 1997, p. 129). O direito ao Conhecimento transformou-se num imperativo de cidadania e num indício de modernidade.

Como ciência, a Arqueologia estuda vestígios materiais e, nessa sua expressão material, é também Património Cultural, pertencendo a todos e não aos arqueólogos (Raposo, 1995b). O Património arqueológico é “objecto de usufruto cultural (...) [de] natureza particularmente perecível e sob permanente ameaça (...), testemunho insubstituível da nossa memória colectiva enquanto povo com história para além da história” (Silva, 1987, p. 2). “Não há património cultural sem arqueologia” (Pereira, 2001, p. 16). O Património arqueológico contribui para a construção da identidade nacional e para a democratização da cultura (Diniz *et alii*, 2016, p. 171).

A Arqueologia como ciência e Património foi-se consubstanciando em Portugal, numa área de actividade profissional, científica e técnica, regulada e regulamentada, desenvolvida por agentes individuais – os arqueólogos – e instituições, que aqui se procurou caracterizar a partir de indicadores quantitativos, entre 1970 e 2014.

Estudos anteriores têm proposto um faseamento para a História da Arqueologia portuguesa (Lemos, 1987; Jorge e Jorge, 1996, p. 147-151; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002; Fabião, 2011). Uma primeira fase florescente, “idade de ouro”, na segunda metade do século XIX – anos 20 do século XX (Lemos, 1987, p. 5-6; Jorge e Jorge, 1996,

p. 147); uma segunda fase de estagnação, entre o início – anos 30 do século XX e 1970 (Fabião, 1995, p. 85; Lemos, 1987, p. 6-7; Jorge e Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 171); uma terceira fase de desenvolvimento (ou “renascimento”), entre 1970 e 1996 (Lemos, 1987, p. 7-8; Jorge e Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 173), terminando num momento de forte crise (Lemos, 1992, p. 61); e uma quarta fase, a partir do final dos anos 90 do século XX, de ciência, Património e prática profissional (Jorge e Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 176). Segundo esta proposta consolidada, o âmbito do presente trabalho insere-se na terceira fase, de “renascimento” ou “desenvolvimento”, engloba a crise do final do século e incide igualmente sobre uma quarta fase, “uma nova Era” (Fabião, 2011, p. 179 e ss).

Durante o Estado Novo (1933 – 1974) a Arqueologia portuguesa viveu um período de estagnação, sendo ainda considerada uma disciplina auxiliar da História (Jorge e Jorge, 1996, p. 143-144). A Arqueologia não foi objecto de particular apropriação ideológica ou apoio pelo regime (Jorge e Jorge, 1996, p. 144).

Os arqueólogos amadores eram numerosos (Silva, 1989, p. 93; Fabião, 1995), com uma prática arqueológica essencialmente empírica e acrítica (Jorge, 1983, p. 2), “sem formação científica nem preparação técnica, cujas escavações se limitavam à busca febril de peças aparatosas, consideradas dignas de figurar em vitrinas, rejeitando todos os objectos e fragmentos que à primeira vista pareciam desprovidos de qualquer significado ou valor artístico” (Dias, 1959, p. 12). Registavam-se algumas excepções, como o projecto de Conimbriga (Fabião, 1995, p. 86), com apoio de uma equipa francesa. Aliás, os arqueólogos estrangeiros eram tratados com elevada reverência em Portugal (Arnaud, 2024, p. 41; Bugalhão *et alii*, no prelo), reflexo do provincianismo do nosso ambiente arqueológico.

É neste contexto que se inicia o período em estudo neste trabalho.

### 3. 1970 – 1974: ECOS DO PASSADO, GRITOS DO PRESENTE

*Quis saber quem sou  
O que faço aqui  
(...)  
Quis saber de nós  
(...)  
E ao morrer  
Renasci*

*E Depois do Adeus*, 1974. Paulo de Carvalho. Letra: José Niza. Música: José Calvário

Entre 1970 e 1974, a Arqueologia estava enquadrada no limitado quadro jurídico do Estado Novo, mas sentiam-se prenúncios de mudança. No contexto da nova legislação e das reestruturações da Junta Nacional de Educação (JNE) ocorridas na década anterior, encontrava-se em preparação o primeiro regulamento de trabalhos arqueológicos.

No Estado, a tutela política sobre a Arqueologia dependia do Ministério da Educação Nacional, no qual se integravam a JNE, órgão consultivo e decisório (Oleiro, 1974, p. 21; Raposo, 1993, p. 39; Marques, 2002, p. 135; Bugalhão, 2019 e 2022) e a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, substituída em 1973 pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, num primeiro prenúncio de mudança na tutela administrativa (Lemos, 1992, p. 54; Raposo, 1995c, p. 15; Arnaud, 2013, p. 76). A nível local, numa rede irregular e lacunar, operavam as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia e os Delegados Municipais da JNE.

No início dos anos 70, existiam em Portugal pouco mais de 180 arqueólogos (Bugalhão, 2017a). Arqueólogo era quem dirigia escavações arqueológicas, recolhia “achados” arqueológicos e se dedicava ao seu estudo e publicação. Eram quase todos homens, acima dos 45 anos e quase  $\frac{1}{5}$  tinha nacionalidade estrangeira. Trabalhavam maioritariamente em universidades e em serviços públicos. A habilitação académica mais comum entre os arqueólogos era a licenciatura, mas estes, com alguma frequência, não possuíam estudos universitários. O único grau académico em Arqueologia conferido pelas universidades portuguesas era o doutoramento, mas eram muito poucos os doutores (Bugalhão, 2023).

Os trabalhos arqueológicos careciam de autorização do Estado, concedida pela JNE. A actividade arqueológica de campo era reduzida (entre duas e três dezenas de intervenções anuais), escavações e, pontualmente, prospecções. Os trabalhos eram sobretudo orientados para a investigação mas sem planificação. Esporadicamente, os realizavam-se trabalhos de salvamento ou emergência. Os mecanismos de salvaguarda

do Património arqueológico passavam pela classificação (com as consequentes restrições de intervenção) e pela elaboração da Carta Arqueológica de Portugal apoiada pelo Estado e pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na Arqueologia urbana davam-se os primeiros passos no salvamento de *Bracara Augusta*.

O enquadramento institucional dos trabalhos arqueológicos era incipiente, sendo a iniciativa individual o seu principal elemento mobilizador. O apoio financeiro era garantido pelo Estado, de forma directa, mas escassa e irregular.

Nesse tempo, a Arqueologia portuguesa tinha ainda um carácter fechado, limitado e atrasado, afastado das correntes internacionais e com deficiências ao nível da formação, organização e financiamento. Contudo, sentiam-se já sinais de mudança. Apesar do arrastamento do regime político ditatorial e da guerra colonial, registava-se algum crescimento económico, com consequências num maior acesso à educação e à cultura. Uma pequena mas muito activa e aguerrida geração de jovens arqueólogos estava pronta e ansiosa por tomar nas suas mãos o destino da ainda apenas emergente Arqueologia portuguesa (Arnaud, 2024).

#### **4. 1974 – 1980: DEMOCRATIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO**

*Uma gaivota voava, voava  
Grito vermelho, coração de mar  
Como ela, somos livres, somos livres  
De voar...*

*Somos Livres*, 1974. Ermelinda Duarte. Letra e música: Ermelinda Duarte

Em 1976, a Assembleia Constituinte democrática aprovou a Constituição da República Portuguesa, impondo o dever de “preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português”. Nos anos seguintes decorreu o processo de redacção da primeira lei de bases do Património Cultural, num processo bastante participado pela comunidade arqueológica (Silva e Marques, 1992, p. 33; Silva, 2002, p. 308; Silva, 2003a, p. 127). É aprovado o RTA/78 (Bugalhão, 2015, p. 41), elaborado pela JNE entre 1972 e 1974 e revisto, sem alterações de relevo, por diversos organismos do Estado democrático, como a DGPC1, a Comissão Organizadora do ISPCN e a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia.

Em 1975, é criada a primeira estrutura do Estado específica para o Património Cultural, a DGPC1, com funções instrutórias e executivas (Lemos, 1992, p. 55; Arnaud, 2013, p. 76; Bugalhão, 2019 e 2022). Mas este foi um organismo de transição pois, em 1977, foi constituída a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cul-

tural e Natural, que tinha como principal missão a criação do ISPCN. Surgiram estruturas consultivas com constituição representativa para colaborar nesta tarefa na área da Arqueologia, a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia e a Subcomissão de Arqueologia da Comissão Instaladora do ISPCN (Raposo, 1995b, p. 73; Silva, 2002, p. 306; Bugalhão, 2019 e 2022). Após a revolução de 1974, no que respeita à estrutura do Estado, a comunidade arqueológica concentrou esforços em duas exigências estruturantes: a criação de estruturas regionais e locais; e a constituição de órgãos representativos da comunidade arqueológica, de superintendência na definição de políticas, decisões estruturantes e opções de financiamento (Arnaud, 2024). A reflexão e debate sobre estes dois temas prolongar-se-ão nas décadas seguintes.

Após o 25 de Abril de 1974, a comunidade arqueológica portuguesa manifestava plena consciência da necessidade de definir com clareza quem era e quem podia ser arqueólogo, com tentativas auto-regulatórias, como a ocorrida no Plenário de Arqueólogos de Junho de 1974 e com o RTA/78 (Marques, Pereira e Coelho, 1976; Bugalhão, 2015, p. 41 e 2017b; Arnaud, 2024). Dos participantes deste plenário, cerca de  $\frac{1}{3}$  eram mulheres (Arnaud, 2024). **(Figura 1, p. 42)**

Arqueólogo continuou a ser aquele que trabalhava em Arqueologia, mas esboçavam-se já distintas vertentes da actividade, como a investigação e o trabalho técnico (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7-8; Bugalhão, 2017a, p. 20; Arnaud, 2024). Os requisitos que permitiam o acesso à actividade – autorização do Estado para dirigir trabalhos arqueológicos – continuaram a ser essencialmente curriculares, como idoneidade, aptidão, participação anterior em trabalhos, produção bibliográfica.

Entre 1975 e 1979, a comunidade arqueológica estava a crescer e terão trabalhado em Portugal cerca de 250 arqueólogos (Bugalhão, 2017a),  $\frac{1}{5}$  mulheres, tendencialmente mais jovens (Bugalhão, 2017c e 2024). A habilitação académica predominante permaneceu a licenciatura, geralmente em História, mas cerca de  $\frac{1}{5}$  dos arqueólogos não possuía formação universitária. **(Gráfico 1, p. 43)**

A profissionalização da actividade era vista como um objectivo a alcançar, quando o amadorismo era ainda normal (Arnaud, 2024). No enquadramento do trabalho dos arqueólogos, as universidades tinham ligeira vantagem, relativamente às associações, administração pública central e local.

A “organização dos planos nacionais de escavações” (um dos principais objectivos da Comissão Organizadora do ISPCN na área da Arqueologia) permanecia por concretizar. Os pedidos para realização de trabalhos arqueológicos eram apreciados de forma quase sempre avulsa, pelos órgãos consultivos, a JNE, a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia e a Subcomissão de Arqueologia da Comissão Instaladora do ISPCN. O número de intervenções anuais registou um intenso crescimento (cerca de 30 em 1975, a cerca de 100 em 1979). O processo revolucionário, a implantação da Demo-

cracia, a consciência da liberdade individual e colectiva e do poder de intervenção na definição das políticas nacionais desencadearam um ímpeto extraordinário na actividade arqueológica, que era também um espaço de intervenção cívica. As universidades continuavam a ser as instituições mais relevantes no enquadramento da actividade arqueológica, mas as associações reforçam o seu papel (Caninas, 2010).

O financiamento, quase exclusivamente público e directo, continuava a revelar-se insuficiente, contribuindo para a deficiente planificação da actividade arqueológica. Continuava o predomínio das intervenções de investigação, e um número considerável de emergências. Muito de acordo com o espírito da época, registaram-se reflexões e acções sobre o papel da Arqueologia e do Património arqueológico (cuja finitude era já reconhecida) nas comunidades.

Na segunda metade da década de 70, estavam bem identificadas as ameaças ao Património arqueológico: urbanização, industrialização, turismo, construção de vias de comunicação e agricultura. As acções preventivas começam timidamente a ganhar terreno, mas são principalmente as acções de carácter misto ou impreciso, entre a emergência e a prevenção, desenvolvidas em espaço urbano ou em processo de urbanização, fortalecendo a Arqueologia urbana emergente, no contexto da investigação e da salvaguarda do Património.

A segunda metade da década de 70 foi um período de mudança mas, principalmente, de prenúncio de mudança. Grande parte dos indicadores assume um carácter de continuidade e ligeiro crescimento, mas as mudanças, embora subtis, revestem-se de grande significado. Nas universidades, ensaiou-se o ensino especializado da Arqueologia ao nível da licenciatura (Bugalhão, 2023). O número de associações com actividade em Arqueologia triplicou. O aumento da actividade arqueológica foi exponencial, mas o número de arqueólogos pouco cresceu. Estavam, contudo, mais motivados; organizavam-se, trabalhavam, participavam e intervinham mais; reagiam rápida e apaixonadamente às destruições arqueológicas; queriam decidir o futuro da Arqueologia portuguesa, que sonhavam renovado e melhor.

## 5. 1980 – 1989: ORGANIZAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL E PROTO-PROFISSIONALIZAÇÃO

*Não, não sou o único  
Não sou o único a olhar o céu  
E quando as nuvens partirem  
O céu azul ficará  
E quando as trevas abrirem  
Vais ver, o sol brilhará*

*Circo de Feras, 1987. Xutos e Pontapés. Letra e música: Xutos e Pontapés*

O marco legislativo mais importante da década do 80 foi a publicação da Lei do Património Cultural Português em 1985 (LPC/85) (Silva e Marques, 1992, p. 34; Raposo, 1993, p. 41). Segundo o seu texto “os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional”, instituindo o regime tendencialmente universal de protecção do Património arqueológico que até hoje vigora (Bugalhão, 2021a). A LPC/85 remetia alguns dos seus principais conceitos – a definição de bens arqueológicos (imóveis e móveis), o regime de propriedade, os achados “ocasionais”, as reservas arqueológicas temporárias, a Arqueologia urbana, o regime sancionatório – para regulamentação posterior que nunca veio a ocorrer.

Logo no início da década, tinha sido concretizada a reforma do Estado na gestão do Património Cultural, com a criação do Instituto Português do Património Cultural (Lemos, 1992, p. 56 e 64; Silva e Marques, 1992, p. 34; Silva, 1994, p. 91; Raposo, 1995c, p. 15; Jorge, 2000b, p. 162; Silva, 2003a, p. 124; Oosterbeek, 2008, p. 139; Alves, 2019, p. 15; Bugalhão, 2019 e 2022), do seu Departamento de Arqueologia e Serviços Regionais de Arqueologia das Zonas Norte, Centro e Sul (Silva, 1987, p. 2; Silva e Marques, 1992, p. 33; Raposo, 1995c, p. 15; Jorge e Jorge, 1996, p. 146; Marques, 2002, p. 136; Silva, 2002, p. 314; Silva, 2003a, p. 127; Parreira, 2007, p. 98; Alves, 2019, p. 15; Bugalhão, 2019 e 2022). A nível consultivo, mantiveram-se em funcionamento a Comissão *ad hoc* de Arqueologia (1980-1981) e a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (1981-1985) (Lemos, 1992, p. 55; Arnaud, 2013, p. 76). Em 1985, começou a funcionar a 1.ª Secção de Arqueologia do Conselho Consultivo do IPPC (Raposo, 1993, p. 41; Raposo, 1995b, p. 74). Assim, durante esta década, concretizou-se a estruturação administrativa do Estado democrático, num aparelho burocrático, pesado, estatizante e consideravelmente desligado dos diversos sectores da Arqueologia portuguesa. **(Figura 2, p. 43)**

A definição da actividade do arqueólogo e a sua profissionalização eram ainda inci-

pientes, mantendo-se, essencialmente, na esfera curricular. Não obstante, os sinais de mudança eram muitos. O número de arqueólogos em actividade continuava a aumentar, ultrapassando os 300 na primeira metade da década e os 400, na segunda (Bugalhão, 2017a). As mulheres constituíam quase  $\frac{1}{3}$  (Bugalhão, 2017c e 2024) do grupo, que também se rejuvenesceu. A licenciatura permaneceu como habilitação académica de base dos arqueólogos. Com a estabilização política, a presença de estrangeiros – arqueólogos, universidades e unidades de investigação – volta a ser apreciável. **(Gráfico 2, p. 44)**

O exercício amador da actividade diminuiu, sendo praticado, no final da década, apenas por cerca de  $\frac{1}{4}$  dos arqueólogos. O número de “empregos” em Arqueologia era muito escasso, mas a aspiração ao exercício profissional era muito intensa na nova geração de arqueólogos, geralmente com formação superior e experiência curricular, obtidos na Universidade e na militância associativa. Afirmou-se uma forma de exercício “para-profissional” da Arqueologia, não remunerada, paralela ao exercício de uma outra profissão (normalmente na docência). Foi o tempo dos arqueólogos-professores, requisitados ao Ministério da Educação. Estes arqueólogos e alguns afortunados que ingressaram directamente na profissão colocaram-se na administração pública central (IPPC, SRAZ e museus, principalmente) e também, crescentemente, nos municípios.

A Arqueologia portuguesa continuava destruturada e desorganizada, mas as instituições com actividade em Arqueologia proliferaram. No final da década, o número de museus de Arqueologia tinha duplicado, relativamente a 1970. Mas nos anos 80 foram ainda as universidades que mais promoveram actividade arqueológica.

Com a LPC/85, a definição de actividade arqueológica alarga-se a “todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico”. O modelo de gestão desenvolvida pelos organismos públicos tutelares consolidou-se, mas continuou parcamente organizado e estruturado. Em 1980, promoveu-se o “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo para 1980-1984”, para planificação plurianual e financiamento da actividade arqueológica. Esta iniciativa teve um percurso muito atribulado, com discordância sobre o modelo de avaliação e de financiamento. A comunidade arqueológica tentava ainda entregar esta responsabilidade a entidades de natureza representativa e não à administração do Estado e aos órgãos políticos. Na época, legitimidade democrática dos órgãos políticos eleitos não era suficiente e os arqueólogos ambicionavam participar directamente das decisões fundamentais para o sector, através de estruturas, senão eleitas, pelo menos de natureza representativa.

Assim, a almejada “planificação” foi reduzida a plano financeiro anual, o PNTA (PNTA, 1984). Na tentativa de disciplinar, pelo menos patrimonialmente, a actividade arqueológica, em 1983, o IPPC impôs a obrigatoriedade de aprovação prévia dos projectos de investigação pelos órgãos consultivos. É interessante verificar que, no início dos anos 80, os arqueólogos pretendiam participar na decisão sobre matérias da Ar-

queologia, que entendiam ser o seu espaço de actuação. No final da década (e anos seguintes), a principal crítica centrou-se na falta de legitimidade científica do órgão que procedia à avaliação dos projectos, o Conselho Consultivo do IPPC, cada vez menos representativo. Não obstante, verificou-se um intenso aceleração da actividade arqueológica, com as intervenções arqueológicas anuais a triplicarem.

A actividade arqueológica de investigação cresce consideravelmente. Destaca-se, em 1986, a criação do Laboratório de Radiocarbono de Sacavém e a tentativa de criação de uma Unidade de Paleoecologia no Museu Nacional de Arqueologia. A actividade arqueológica de valorização de sítios e monumentos é uma das principais áreas de actuação do IPPC e dos SRAZ, tendo sido igualmente implementada a nível municipal. Na Arqueologia de salvaguarda – no âmbito da cada vez mais presente Arqueologia preventiva – registou-se algum crescimento, normalmente no âmbito da acção dos SRAZ, numa época de intensificação da intervenção no território motivada pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Os projectos de Carta Arqueológica foram os projectos preventivos mais apoiados na década de 80, num esforço verdadeiramente nacional e participado por diversos sectores da Arqueologia e da sociedade (Marques, 1991). Os trabalhos preventivos no âmbito do licenciamento e obras também registaram crescimento, nomeadamente em meio urbano.

Mas a intensidade das intervenções no subsolo era muito superior à capacidade de resposta das estruturas então no terreno e as situações de emergência multiplicavam-se e agravavam-se. Na década de 80, todos os sectores acorriam ao salvamento de sítios arqueológicos em processo de destruição – IPPC e SRAZ, universidades, municípios e associações – mas os esforços ficavam sempre aquém das necessidades. Este grau tão agudo de destruição e emergência constitui o traço distintivo da Arqueologia portuguesa dos anos 80 do século XX.

O subfinanciamento era um dos mais complexos e conflituosos problemas da Arqueologia desta época. O IPPC era o principal financiador, atribuindo através do PNTA subsídios anuais, num processo muito burocratizado e problemático (PNTA, 1984).

Os anos 80 do século XX foram uma fase fundacional na Arqueologia portuguesa contemporânea. Destaca-se a fixação de um regime jurídico de protecção tendencialmente universal do Património arqueológico (Bugalhão, 2021a) e de um robusto quadro regulatório da actividade arqueológica, implementado por um aparelho burocrático também então constituído do Estado, a Tutela administrativa da Arqueologia. No essencial, este quadro jurídico-institucional manteve-se vigente ao final de 2023. Esta infra-estrutura foi criada com ampla participação da comunidade arqueológica, que se diversificou e se estabeleceu na salvaguarda e na gestão, fora da esfera da investigação académica. Neste sentido, a Arqueologia estatizou-se, mas também se socializou. Esta abertura provocou fortes rupturas, nomeadamente na proliferação das situações

de destruição arqueológica (ou na consciencialização da sua ocorrência). Mas também provocou o crescimento do conflito entre arqueólogos de enquadramentos distintos, entre arqueólogos e o Estado, entre arqueólogos e alguns sectores da economia e entre arqueólogos e os outros cidadãos. A Arqueologia, que se queria gerir a si própria, foi-se consciencializando que o seu objecto de trabalho não lhe pertencia, era Património comum; e que o seu trabalho era eminentemente social, um espaço de intervenção cívica, uma forma de exercer a cidadania.

## **6. 1990 – 1996: PROFISSIONALIZAÇÃO, TRANSIÇÃO E RUPTURA**

*Ninguém, ninguém, ninguém, ninguém, ninguém está preocupado  
É pura ilusão que Portugal é diferente  
(...)*

*Podemos rebentar, mas não nos peças para nadar, para nadar yoooo  
(...) não sabe nadar yo!  
(...) não sabe nadar yo!*

*Não Sabe Nadar*, 1994. Black Company. Letra e Música: Black Company

Esta fase foi pródiga em alterações institucionais e orgânicas muito relevantes para a Arqueologia (Silva e Marques, 1992, p. 35; Raposo, 1995c, p. 16). No final da década de 80, foram sendo desanexados do IPPC diversos sectores e departamentos que integravam a sua estrutura original (Lemos, 1992, p. 59; Silva e Marques, 1992, p. 34; Raposo, 1995c, p. 16; Marques, 2002, p. 136). Neste contexto, o sector dedicado ao Património classificado foi ganhando preponderância, em detrimento dos demais. Em 1990, o IPPC sofreu uma reestruturação orgânica que criou direcções e delegações regionais – nas quais os SRAZ foram diluídos (Lemos, 1992, p. 58). Esta perda da pouca autonomia técnica e decisória de que, apesar de tudo, os SRAZ gozavam, como serviços especializados de Arqueologia, constituiu um rude golpe. Os problemas avolumaram-se com os costumeiros e agora agravados atrasos na atribuição dos subsídios anuais do PNTA (Silva, 2002, p. 309; Silva, 2007a, p. 95).

Em 1992, seguiu-se uma segunda e mais profunda reforma, com a extinção do IPPC e a criação do IPPAR1 e do seu Conselho Consultivo (Bugalhão, 2019 e 2022). Este integrava a 2.ª Secção dedicada ao Património Arqueológico e tinha composição ainda menos representativa da comunidade arqueológica (Raposo, 1995c, p. 17; Gonçalves, 1997, p. 27). Assim renovaram-se os apelos para a criação de uma estrutura consultiva/representativa da Arqueologia Portuguesa (Raposo, 1994, p. 54; Silva, 1994, p. 91; Raposo, 1995b, p. 70; Raposo, 1995c, p. 17; Silva, 2002, p. 311). A Arqueologia foi su-

balternizada, a sua autonomia cerceada e o poder de decisão sobre matéria arqueológica entregue definitivamente a técnicos e dirigentes de outras áreas (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11; Lemos, 1992, p. 58; Raposo, 1993, p. 42; Bugalhão, 2019 e 2022). Estes desenvolvimentos geraram um profundo descontentamento entre os arqueólogos (Silva, 1993, p. 56; e no mesmo sentido, Lemos, 1992, p. 58; Silva e Marques, 1992, p. 35; Raposo, 1993, p. 42; Fabião, 1995, p. 88; Silva, 2002, p. 309; Parreira, 2007, p. 99) e a conflituosidade entre a comunidade arqueológica e o Estado atingiu níveis muito elevados, com profusa exposição pública e mediática (Raposo, 1993, p. 43; Silva, 1994, p. 92; Raposo, 1995c, p. 16; Gonçalves, 1997, p. 23; Silva, 2002, p. 309).

Nos anos seguintes, a gestão estatal da Arqueologia e as relações entre arqueólogos e o Estado foram sofrendo uma degradação progressiva, culminando na questão do Côa (Real, 2011), escândalo patrimonial de âmbito mundial, que extravasou amplamente as estreitas fronteiras da comunidade arqueológica. O desempenho incompetente do IPPAR1 neste processo, o posicionamento do Estado perante o Património Cultural e a ruptura de todo o modelo de gestão e salvaguarda do Património Cultural, resultando nas sucessivas situações de destruição patrimonial foram achas na fogueira flamejante da crise social e política que atravessava o país. Após eleições e mudança governativa, foi criada a Comissão Instaladora do IPA, que durante um ano trabalhou em documentos orientadores e estruturantes (Jorge, 1997; Jorge e Oosterbeek, 1997; Jorge, 1998), cujas propostas foram desenvolvidas nos anos subsequentes.

Em meados dos anos 90, arqueólogo era o titular de um grau académico superior que reunia condições para ser autorizado a dirigir trabalhos arqueológicos. O requisito de formação superior foi-se consolidando espontaneamente, à medida que se foi elevando o nível habilitacional do grupo. A Arqueologia já era uma profissão remunerada, embora de definição ainda um pouco difusa e o amadorismo era cada vez mais raro. Eclodiu uma “consciência de classe”, constituindo-se a Associação Profissional de Arqueólogos.

Nesta fase, trabalhariam em Portugal cerca de 500 de arqueólogos (Real, 1995; Bugalhão, 2017a), entre os quais mais e mais qualificadas mulheres (Bugalhão, 2017a, 2017c e 2024). No grupo, a licenciatura continuava a ser a habilitação mais comum, mas com maior oferta formativa, havia cada vez mais mestres. Embora o trabalho dependente continuasse a constituir o vínculo laboral mais comum, registou-se um grande aumento do número de trabalhadores independentes e sem vínculo laboral estável e surgiram os primeiros empresários. Com a profissionalização surgiu a precariedade laboral na Arqueologia portuguesa.

Entre 1990 e 1996, o número de instituições com actividade em Arqueologia, incluindo museus, aumentou ligeiramente. A Arqueologia municipal e o sector associativo também registaram crescimento modesto. As universidades e unidades de investigação portuguesas continuavam a ter um papel central. Os organismos públicos eram os

principais empregadores de arqueólogos, garantido o enquadramento da maioria da actividade arqueológica. Em 1996 existiam três empresas de Arqueologia em Portugal. (Gráfico 3, p. 44)

Entre 1990 e 1996, o volume da actividade arqueológica manteve-se estável. O objectivo da sua planificação quase desaparece do discurso arqueológico. A inexistência de um modelo de gestão e investimento sustentado para a investigação arqueológica programada foi-se afirmando como um dos problemas estruturais da nossa Arqueologia. Não obstante, a investigação permaneceu como a principal motivação dos trabalhos arqueológicos. A valorização também se consolidou (Real, 1995; Raposo, 2001 e 2016), nomeadamente por acção dos municípios. As emergências e respectiva falta de resposta eficaz também continuavam presentes, num quadro cada vez mais intolerável.

A Arqueologia preventiva consolidava-se progressivamente, mas de forma muito desregulada e por vezes contraditória. A Arqueologia continuava a não ser considerada na elaboração de IGT, apesar de existir plena consciência do carácter estratégico deste mecanismo. A participação de arqueólogos em processos de AIA era muito pontual (Jorge, 1995a), mas o *Plano de minimização de impactes sobre o Património arqueológico do Empreendimento de Alqueva* foi planeado em meados dos anos 90 (Silva, 1999). Após o ímpeto dos anos 80, a Carta Arqueológica parecia ter estagnado, mas na primeira metade dos anos 90 foi concebido o *Endovélico* (Divisão de Inventário, 2002; Marques, 2002). (Gráfico 4, p. 45)

As rupturas eram múltiplas, sistémicas e institucionais. O Estado continuava a tentar acorrer directamente a todas as solicitações da Arqueologia preventiva. O financiamento público e directo da actividade arqueológica mantinha-se predominante (Real, 1995), mas procuravam-se formas rebuscadas de integrar o financiamento privado, sem contemplar uma relação verdadeiramente contratual. Cada vez era mais claro que estas fórmulas não constituíam solução consistente, porque o Estado não conseguia crescer ao ritmo das necessidades e porque todo o processo de intervenção, salvaguarda e investigação ficava refém do complexo, pesado e anacrónico aparelho burocrático.

Entre 1990 e 1996, a Arqueologia portuguesa viveu uma profunda crise, paralelamente à eclosão de múltiplos sinais de vitalidade e renovação. A crise teve expressão institucional na desagregação e descaracterização da estrutura do Estado construída na década anterior e na falência dos seus instrumentos de gestão, na salvaguarda e no financiamento. Mas, também, na incapacidade de interpretar e reagir às tendências de mudança que se faziam claramente sentir na comunidade arqueológica profissionalizada, mais qualificada, sociologicamente mais diversa e plural, mais jovem e mais paritária. O *status quo* revelou igualmente resistência à emergência de um sector privado e à necessidade de responsabilizar directa e contratualmente os agentes causadores de impactes destrutivos sobre o Património arqueológico.

Neste contexto de transição, dinamismo e ruptura irrompe a questão do Côa (Real, 2011). Portugal e a Arqueologia portuguesa demonstravam-se incapazes de proteger o maior conjunto de Arte Rupestre pré-histórica ao ar livre, mais tarde reconhecido como Património da Humanidade, num processo com fortes responsabilidades do Estado e dos seus organismos competentes. As coisas tinham de mudar. E mudaram!

## **7. 1997 – 2008: AUTONOMIA, REGULAÇÃO E CRESCIMENTO**

*Há quem costume falar de revolução  
Mas a revolução não vai ser transmitida na televisão  
Ela tem que acontecer dentro de cada um  
Caso contrário nunca chegaremos a lugar algum  
(...)  
Toda a gente critica  
Toda a gente tem muita pica,  
Mas é na mesa do café que toda a acção fica,  
Não há dinheiro que pague este solzinho  
Manda mas é vir mais um cafezinho*

*Todayente*, 1997. Da Weasel. Letra e Música: Da Weasel

Na sequência das eleições legislativas de 1995 e no rescaldo da crise com múltiplas manifestações que atravessou a Arqueologia portuguesa, foi criado o Ministério da Cultura, no âmbito do qual se pretendia criar um organismo tutelar autónomo e especializado para a Arqueologia. Neste sentido, tinha sido constituída Comissão Instaladora do IPA (1995-1996). Assim, em 1997 e pela primeira e única vez (até hoje) foi criado um organismo público dedicado exclusivamente à gestão pública da Arqueologia, o IPA (Zilhão, 1997 e 1997b; Zilhão, 2000, p. 7; Silva, 2002, p. 311; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Oosterbek, 2008, p. 140; Bugalhão, 2011 e 2022). Sob sua égide foi publicado um pacote legislativo que mudou significativamente o regime jurídico do sector (Silva, 2005a, p. 17). Enumeram-se em 1997, a ratificação da Convenção de Malta, a regulamentação das carreiras específicas da área de arqueologia na administração pública; em 1999, a revisão do RTA (Zilhão, 1997, p. 83; Bugalhão, 2015, p. 41) e a regulamentação da utilização de detectores de metais.

Se bem que parte significativa do enunciado Convenção de Malta tinha já sido integrado na legislação portuguesa, algumas normas tinham implementação muito ténue. Embora efémeras, as carreiras de pessoal de arqueologia desempenharam um papel muito relevante na autonomização técnica dos arqueólogos, nomeadamente em âm-

bito municipal. No RTA/99, destaca-se a definição das quatro categorias de trabalhos e projectos arqueológicos (Silva, 2015, p. 16), a prioridade concedida à Arqueologia preventiva (Zilhão, 1997, p. 83; Bugalhão, 2015, p. 41), a fixação da licenciatura como requisito para direcção de trabalhos arqueológicos (Silva, 2015, p. 16), a clarificação do conceito de reserva/prioridade científica (Silva, 2015, p. 16) e a regulamentação da intervenção em contextos funerários, do depósito do espólio, do estudo e publicação dos resultados dos trabalhos.

Em 2001, foi publicada a LBPC/2001 que, inspirado na Convenção de Malta, alargou o âmbito do conceito de Património arqueológico, passando a abarcar todos os bens (sítios, objectos, depósitos, contextos, território) cujo estudo permita traçar a história da humanidade, recuperados e/ou estudados no âmbito de trabalhos arqueológicos científicos (Real, 2001). Foi instituído o princípio da “conservação pelo registo científico” (Silva, 2003a, p. 124), operacionalizando a protecção universal do Património arqueológico (Bugalhão, 2021a) e procurando, igualmente, a compatibilização entre a salvaguarda arqueológica e as exigências da sociedade contemporânea, nas intervenções sobre o território. Mantiveram-se o objectivo da planificação/financiamento da actividade arqueológica, as normas relativas à salvaguarda no âmbito dos IGT e das obras e o financiamento das intervenções preventivas ao abrigo do princípio do “poluidor-pagador”. Na tutela penal e contra-ordenacional, foi regulado o crime de destruição de vestígios (Real, 2001, p. 93).

Como já foi referido, o IPA reuniu as competências de superintendência geral da política arqueológica, de gestão da actividade arqueológica e de apoio à investigação (Zilhão, 1997; Bugalhão, 2019 e 2022). Integrou dez Extensões Territoriais (Deus *et alii*, 2007; Almeida e Rocha, 2011, p. 391; Lourenço, Zambujo e Manso, 2023); três serviços dependentes – o CNANS (Alves, 2002; Bugalhão, 2014), o Centro Nacional de Arte Rupestre (Baptista, 2014, p. 83) e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (Real, 2011) – e a estrutura informal CIPA (Mateus e Moreno-García, 2003). Geria o *Endovélico*, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* (Divisão de Inventário, 2002) e a *Biblioteca de Arqueologia*. Para além do IPA, funcionaram em simultâneo outros organismos com atribuições na área da Arqueologia, o IPPAR2 e o Instituto Português de Museus, mas a convivência entre estes foi problemática e conflituosa (Silva, 2002, p. 311; Bugalhão, 2011). **(Gráfico 5, p. 45)**

Em 2002, na sequência de nova alteração política, em contexto de restrição orçamental e procurando ultrapassar as permanentes dissensões orgânicas, foi anunciada a decisão de extinguir o IPA, fundindo-o com o IPPAR2. Em 2002 e nos anos seguintes esta medida foi profundamente contestada (Bugalhão, 2002a; Bugalhão, 2011) principalmente pela geração mais jovem que tinha iniciado e desenvolvido a sua profissão sob tutela do IPA.

Após um processo lento e desgastante, a reforma concretizou-se em 2007, com a criação do IGESPAR e de cinco DRC1 (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), apoiados pela Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional da Cultura. E assim, ao contrário do que sucedeu entre 1936 e 1997, Estado deixou de ter um órgão consultivo especializado em Arqueologia, nem na esfera política, nem na esfera administrativa, com prejuízo da representação da Arqueologia nacional e comprometendo a capacidade de transmissão dos interesses e aspirações do sector às estruturas do Estado e dos órgãos políticos. (**Figura 3, p. 46**)

Nesta reforma recuperou-se a gestão integrada de Património Cultural imóvel - arqueológico e arquitectónico; mas a gestão foi dispersa territorialmente por cinco órgãos regionais. As DRC1 não dependiam do IGESPAR, mas do Ministério da Cultura e tinham um âmbito de actuação que extravasava a gestão do Património Cultural imóvel (integrando museus, palácios e monumentos e apoio às artes e produção artística). Todo o desenho orgânico era confuso e gerador de equívocos e os anteriores conflitos de competências permaneceram (Silva, 2007a, p. 97; Silva, 2007b, p. 14; Silva, 2008b, p. 18; Bugalhão, 2011, p. 22, 38-39). A Arqueologia voltou a uma posição orgânica subalterna, com contracção de competências, serviços e infra-estruturas (Silva, 2006, p. 15; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Almeida, 2008b, p. 146-147).

No que se refere ao estatuto profissional do arqueólogo, o RTA/99 fixou definitivamente o requisito da titularidade de um grau académico superior – licenciatura na área da Arqueologia – para acesso à direcção científica de trabalhos arqueológicos (Silva, 2015, p. 16; Bugalhão, 2015), acrescido de uma componente curricular (prática) ainda algo indefinida. Contudo, a partir de 2005, com a implementação do processo de Bolonha, instalou-se uma indefinição sobre os requisitos habilitacionais (grau/ciclo) requeridos, só resolvida com a publicação do RTA/2014 (**Gráfico 6, p. 46**). De qualquer forma, a exigência de um nível habilitacional superior e mais especializado e de uma componente curricular prática mais estruturada vão-se consolidando. Por outro lado, o conteúdo funcional da profissão diversifica-se consideravelmente. Para além da direcção de trabalhos arqueológicos, os arqueólogos trabalham na gestão e coordenação (administrativa, em museu, numa empresa) e de investigação (em gabinete ou laboratório), na elaboração de estudos, projectos e pareceres, na produção de conteúdos, na valorização, divulgação e animação, etc.

Entre 1997 e 2008, o número de arqueólogos em actividade duplicou, situando-se em cerca de 1.000 (Bugalhão, 2017a). O grupo era constituído em partes idênticas por homens e mulheres (Bugalhão, 2013a, p. 21; 2017d, p. 126-128 e 2024), e tornou-se mais jovem e mais habilitado. A licenciatura continuou a ser a habilitação mais frequente (quase  $\frac{3}{4}$  do grupo), mas  $\frac{1}{5}$  dos arqueólogos eram mestres e o número de doutores continuou a crescer (Jorge, 2000b, p. 159; Bugalhão, 2023). (**Gráfico 7, p. 47**)

Entre 1997 e 2008, verificou-se uma mudança muito profunda nas relações laborais. Instalou-se uma elevada instabilidade laboral entre os arqueólogos que, frequentemente acumulavam ou alternavam entre vínculos distintos. O número de trabalhadores independentes cresceu vertiginosamente, suplantando, em muito, os arqueólogos a trabalhar por conta de outrem (Silva, 1997, p. 33; Jorge, 2000b, p. 164; Silva, 2003a, p. 126; Almeida e Neves, 2006, p. 89; Silva, 2007b, p. 14; Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020). O número de arqueólogos empresários e bolseiros ou investigadores sem contrato de trabalho também registou crescimento. A instabilidade laboral e as relações precárias de trabalho (no trabalho independente e entre bolseiros) alcançaram proporções muito elevadas e preocupantes (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020), principalmente entre os mais jovens e as mulheres (Bugalhão, 2017c e 2024; Simões *et alii*, 2018; Carvalho *et alii*, 2023). **(Gráfico 8, p. 47)**

O número de instituições com actividade em Arqueologia, incluindo museus, aumentou consideravelmente entre 1997 e 2008, aproximando-se das 400. As instituições mais numerosas eram os municípios (Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 34; Silva, 2005b, p. 93; Almeida, 2007b, p. 136; Almeida e Carvalho, 2011; Antas, 2013, p. 224), seguindo-se as empresas de arqueologia (Lago, 2003, p. 103; Silva, 2003b, p. 146; Bugalhão, 2011, p. 27) e as associações (Caninas, 2010).

No enquadramento do trabalho dos arqueólogos e da actividade arqueológica, as entidades privadas (principalmente as empresas de arqueologia, mas também as empresas fora do sector arqueológico) assumiram preponderância. Entre 1997 e 2008, as empresas de arqueologia constituíram uma resposta social eficaz às necessidades crescentes do sector, nomeadamente na Arqueologia preventiva. Tornaram-se as principais entidades enquadrantes e empregadoras, principalmente entre os mais jovens e as mulheres.

O número de municípios com actividade em Arqueologia duplicou, embora ainda fossem muitos os concelhos sem arqueólogo. Consequentemente, a relevância dos municípios como empregadores de arqueólogos e no enquadramento de trabalhos arqueológicos também se consolidou fortemente, enquanto o Estado central perdeu preponderância. No enquadramento do trabalho dos arqueólogos, as universidades e unidades de investigação portuguesa registaram um ligeiro aumento, acolhendo um número crescente de bolseiros e investigadores. As associações estavam em transição, entre uma consolidação até 2004, e uma tendência de retracção nos anos seguintes (Caninas, 2010).

Entre 1997 e 2008, a Arqueologia portuguesa tornou-se mais institucionalizada e organizada, mas o trabalho sem enquadramento institucional, fortemente associado à Arqueologia preventiva, ao trabalho independente e à instabilidade e precariedade laboral, avolumou-se (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020; Correia *et alii*, 2021).

A definição de trabalho arqueológico registou, nesta fase, um considerável alargamento. O conceito abstractizou-se, abrangendo “todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do Património arqueológico usando métodos e técnicas próprios da arqueologia” (RTA/99) e que visem “a produção de conhecimento histórico” (LBPC/2001).

O volume da actividade arqueológica (trabalhos e projectos) quadruplicou, atingindo, em 2007, um pico de mais de 1.700 intervenções. No seguimento da tendência anterior, as intervenções preventivas assumem predomínio esmagador (mais de 90%) (Jorge, 2000a, p. 183; Lemos, 2007, p. 107; Raposo, 2010, p. 365). O acompanhamento arqueológico tornou-se comum (Silva, 2005c; Valera, 2005, p. 25; 122; Sarrazola, 2006 e 2017; Bugalhão, 2011, p. 25-26; Botelho, 2017). **(Gráfico 9, p. 48)**

Nesta fase, a actividade arqueológica de investigação registou um primeiro momento de consolidação (até 2002) seguido de retracção considerável. Esta evolução pode relacionar-se com o modelo público de gestão e financiamento da investigação instituído pelo IPA, o PNTA e a aposta nas Arqueociências (Zilhão, 2003, p. 15-16; Mateus e Moreno-García, 2003). Como resposta ao diagnosticado défice de publicação científica, o IPA promoveu uma dinâmica política editorial com a *Revista Portuguesa de Arqueologia* e a revitalização da série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*, cujas permutas passaram a constituir o principal recurso de ampliação da *Biblioteca de Arqueologia*.

Na valorização, as exigências patrimoniais, sociais e deontológicas aumentaram consideravelmente. Nesta fase, para além da protecção, conservação e manutenção, impunham-se também a valorização do Património arqueológico (exposição, musealização, acesso público), no sentido da sua divulgação e animação, com vista à educação e sensibilização dos cidadãos. As acções de valorização cresceram entre 1997 e 2008, especialmente nos municípios e IPPAR2.

A actividade arqueológica preventiva, já antes largamente predominante, aumentou em muito o seu âmbito de actuação. A Carta Arqueológica passou a ser verdadeiramente considerada uma infra-estrutura nacional e o principal instrumento de salvaguarda arqueológica (Jorge, 1997, p. 127 e 130; Zilhão, 2000, p. 9; Divisão de Inventário, 2002; Marques, 2002, p. 133, 141; Silva, 2005b, 89, 91; Silva, 2010, p. 201). A participação de arqueólogos na elaboração de IGT e nas suas comissões de acompanhamento foi determinante nos PDM e outros planos (Silva, 1997, p. 38; Raposo, 2003a; Silva, 2010, p. 197; Barros e Parreira, 2006, p. 138-139; Silva, 2008b, p. 19). Decorrente deste trabalho de base (bem como da consolidação dos procedimentos de salvaguarda de imóveis classificados no IPPAR2 e na gestão urbanística municipal), a realização de intervenções preventivas no âmbito de processos de licenciamento e obras registou um enorme crescimento, sendo as mais numerosas entre as preventivas. **(Gráfico 10, p. 48)**

No âmbito dos processos de AIA, o IPA desenvolveu uma acção muito assertiva que

permitiu a inclusão sistemática do descritor/factor ambiental “Património Cultural” nos estudos e relatórios, até aí debilmente implementada (Almeida, 2008a). O IPA passou a estar sistematicamente representado nas comissões de avaliação, impondo os adequados trabalhos preventivos nas medidas de minimização, resultando num aumento muito considerável da actividade arqueológica realizada no âmbito de processos de AIA (Almeida, 2008a, p. 162; Raposo, 2010, p. 365; Estorninho, Marques e Nunes, 2013).

Nesta fase, a Arqueologia urbana registou também um desenvolvimento muito significativo e disseminado no território, correspondendo a mais de 1/2 dos trabalhos realizados (Bugalhão, 2018). A sociedade estava mais informada e atenta às suas “cidades soterradas” e no início do século XXI, a Arqueologia entrou no quotidiano das cidades, reduzindo em muito o número de emergências. Nas cidades maiores, as intervenções urbanas foram quase sempre asseguradas por empresas e arqueólogos independentes, no âmbito da Arqueologia comercial. Mas em muitos aglomerados de média e pequena dimensão, implementaram-se modelos de gestão arqueológica urbana mista ou centralizada (normalmente, nos serviços municipais). **(Gráfico 11, p. 49)**

O financiamento indirecto e a Arqueologia comercial foram-se implantando entre 1997 e 2008, atingindo cerca de 4/5 da actividade arqueológica (Silva, 1997, p. 40; Raposo, 2003b, p. 59; Carneiro, 2003, p. 116; Silva, 2005a, p. 17; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Parreira, 2007, p. 100; Almeida, 2007a, p. 103; Bugalhão, 2011, p. 36-37; Silva, 2008a, p. 15). O enorme desenvolvimento da actividade arqueológica preventiva comercial acarretou problemas sistémicos de proporções crescentes, como a dificuldade de proceder à adequada gestão de espólios; a dificuldade de concretizar o estudo e publicação das realidades arqueológicas recuperadas; a fragilidade crescente da gestão e fiscalização tutelar; a ausência de mecanismos de auto-regulação profissional e de parametrização deontológica; e, finalmente, mas não por último, a acentuada desregulação do trabalho em Arqueologia, com a profunda degradação dos vínculos laborais, das condições de trabalho, do quadro remuneratório e da expectativa de uma carreira profissional digna (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020; Correia *et alii*, 2021).

O financiamento directo da actividade arqueológica continuou a ser predominante na investigação, na valorização e nos projectos de Carta Arqueológica e IGT. O apoio financeiro à actividade arqueológica de investigação pelo Estado viveu a sua fase mais generosa entre 1998 e 2005, com os concursos para financiamento de PNTA promovidos pelo IPA. **(Gráfico 12, p. 49)**

Entre 1997 e 2008, ter-se-á vivido a fase mais florescente, regulada e apoiada da Arqueologia portuguesa, não obstante os múltiplos e complexos problemas que permaneceram por resolver. O quadro jurídico estruturou-se e estabilizou-se. Esteve em funções o único (até hoje) organismo público tutelar autónomo e especializado em Arqueologia (em simultâneo com o IPPAR2 e o Instituto Português de Museus), concretizando o mo-

delo mais eficaz de gestão da actividade arqueológica e do Património arqueológico, quer na perspectiva preventiva, quer nas perspectivas da investigação e da valorização. Numa situação até aí inédita, o IPA assumiu frontalmente o estatuto de organismo tutelar regulador e fiscalizador, sem objectivos de intervenção directa, separando as esferas de acção do Estado e da comunidade arqueológica em geral. Paralelamente, concedeu prioridade ao apoio à investigação científica. (**Gráfico 13, p. 50**)

Tal só foi possível porque, na mesma época, se consolidou e tentou organizar-se um grupo profissional de arqueólogos, sociologicamente plural e de dimensão adequada às necessidades do país. Este grupo profissional era titular, finalmente, de níveis habilitacionais superiores e especializados em Arqueologia, conferidos por uma rede de estabelecimentos de ensino superior dispersa territorialmente e com oferta formativa diversificada (Bugalhão, 2023).

E tal foi possível também porque, na mesma época, emergiu um sector privado, constituído por um conjunto significativo de empresas de arqueologia e arqueólogos independentes, com desejo de se aventurar e singrar na Arqueologia comercial e capacidade de resposta às necessidades crescentes de um mercado formado a partir das exigências da Arqueologia preventiva.

Mas é certo que este panorama não estava isento de problemas e até rupturas potencialmente iminentes. Não foi institucionalizada nenhuma estrutura superior representativa dos diversos sectores da Arqueologia nacional. Os meios financeiros disponibilizados estavam muito aquém das necessidades e das aspirações dos arqueólogos. A qualidade (técnica, patrimonial e científica), percebida, da actividade arqueológica oscilava, com alguma frequência, entre indeterminada e medíocre. Os espólios arqueológicos acumularam-se com frequência demasiada, ou em parte incerta, ou em condições de depósito inadequadas, ficando por conservar, estudar, publicar e disponibilizar aos cidadãos (Silva, 2016 e 2019; Encarnação, 2017 e 2018; Gomes et al, 2021). As condições da prática profissional e laboral degradaram-se profundamente (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020; Correia *et alii*, 2021), em forte contradição com os exigentes requisitos de acesso à profissão e seu exercício.

Com a extinção do IPA, os méritos da sua política e estrutura perderam-se. Os problemas que não conseguiu resolver agravaram-se. E foi nestas condições que a Arqueologia portuguesa recebeu o embate da crise financeira e económica global.

## 8. 2009 – 2014: RETRACÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DESREGULAÇÃO

*Que parva que eu sou!  
E fico a pensar,  
Que mundo tão parvo  
Que para ser escravo é preciso estudar*

*Parva que sou*, 2011. Deolinda. Letra e música: Pedro da Silva Martins

Entre 2009 e 2014, a nível legislativo, destaca-se a revisão do RTA. O RTA/2014 decorreu de um longo processo de revisão (Silva, 2003b, p. 147-149; Sousa, 2013; Bugalhão, 2015, p. 43), procurando responder às profundas alterações ocorridas na Arqueologia portuguesa (Bugalhão, 2011, p. 22-33; Sousa, 2013, p. 39-40; Correia *et alii*, 2021).

Este regulamento pretendia repor o primado da investigação e da produção de conhecimento histórico, definindo um novo modelo de gestão da actividade arqueológica de investigação, baseado na avaliação de mérito científico, independente dos mecanismos de financiamento (o modelo PIPA). O novo regulamento clarificou os requisitos habilitacionais e curriculares de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos (Silva, 2015, p. 16), criou as figuras de entidade contratante e enquadrante (Silva, 2015, p. 16), alargou o conceito de espólio arqueológico; explicitou o conceito de reserva científica e introduziu a vertente da divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos junto do público em geral, numa perspectiva de sensibilização e educação patrimonial (Bugalhão, 2015).

Na estrutura do Estado, entre 2009 e 2012, continuaram em funções o IGESPAR e as DRC1, orgânica que assumiu um carácter de transição para uma nova reforma, tendente à gestão regionalizada do Património Cultural (Bugalhão, 2013b e 2022). Assim, em 2012 é criada a DGPC2 e as DRC2 (reduzidas apenas a quatro, Norte, Centro, Alentejo e Algarve). As Extensões Territoriais foram integradas nas DRC2. A DGPC2 assumiu as competências da extinta DRC1 de Lisboa e Vale do Tejo (Bugalhão, 2013b e 2022).

Embora a DGPC mantenha algumas competências tutelares da Arqueologia de âmbito nacional, como sejam, a autorização dos trabalhos Arqueológicos e a gestão das infra-estruturas nacionais (*Endovélico, Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, CNANS, LARC, *Biblioteca de Arqueologia* e linha editorial), perdeu a sua componente operacional (Bugalhão, 2013b, p. 151 e 2022; Silva, 2013, p. 16), agora transferida para as DRC2 dependentes do Ministério da Cultura. As sobreposições de atribuições e a confusão orgânica entre as esferas regional e nacional e entre as competências instrutórias, decisórias e normativas alargaram-se e instalaram-se, tornando-se o novo normal (Bugalhão, 2013b e 2022). Manteve-se em funcionamento o Conselho Nacional de Cultura e a

sua Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico, na qual a representação da Arqueologia é quase inexistente.

Na profissão, a alteração mais significativa decorreu do RTA/2004 e da fixação de um novo quadro habilitacional para a generalidade dos arqueólogos – o mestrado/2.º ciclo, resultando numa melhoria da preparação académica dos novos arqueólogos (Bugalhão, 2015 e 2023; Silva, 2015, p. 16).

O número de arqueólogos em actividade entre 2009 e 2011 registou estabilidade, atingindo valores máximos (até à actualidade) nos anos de 2010 e 2011 (Disco, 2014; Bugalhão, 2017a). Entre 2012 e 2014 iniciou-se uma tendência decrescente que se prolongaria até 2016. Estes valores, relacionados com a crise económica e social, decorrem do aumento do abandono da profissão (Bugalhão, 2017a; Rocha *et alii*, 2020). A média etária dos arqueólogos em actividade nesta fase subiu, principalmente entre as mulheres (Bugalhão, 2024). O grupo dos arqueólogos permaneceu tendencialmente paritário, mas verificou-se uma ligeira perda de peso relativo do sexo feminino, que poderá estar relacionada com a aspiração a uma maior estabilidade, à maternidade e ao apoio à família (Bugalhão, 2017c e 2024; Simões, 2018). O invulgarmente baixo índice sintético de fecundidade das mulheres arqueólogas corrobora esta tese (APA, 2014; Bugalhão, 2017a, 2017c e 2024; Simões *et alii*, 2018). Por outro lado, continuou a verificar-se um peso relativo superior de mulheres na Arqueologia comercial e nas situações laborais mais precárias. (**Gráfico 14, p. 51; Gráfico 15, p. 52**)

O número de instituições com actividade em Arqueologia não registou alteração, com os municípios e as empresas de arqueologia em maioria. Verifica-se, nesta fase, um considerável aumento das empresas fora do sector da Arqueologia (empresas com actividade na avaliação de impacte ambiental, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc.), nas quais trabalhou um número crescente de arqueólogos. As universidades e unidades de investigação portuguesas enquadraram o trabalho de um número consideravelmente superior de arqueólogos (nomeadamente, bolseiros e investigadores), embora tenham promovido um número menor de trabalhos arqueológicos. Um número muito elevado de arqueólogos trabalhou em empresas de arqueologia, mas os arqueólogos que trabalharam sem enquadramento institucional são ainda mais numerosos (e também mais jovens, menos qualificados e proporcionalmente, mais mulheres) (Bugalhão, 2024). (**Gráfico 16, p. 52**)

A actividade arqueológica terá alcançado valores máximos em 2007, estabilizando e regredindo até 2013, como consequência da recessão económica (Bugalhão, 2018c, p. 34). Em 2014, inicia-se um ciclo de crescimento que se prolongará, pelo menos, até 2021 (com quebra pandémica em 2020).

A actividade arqueológica de investigação perdeu peso absoluto e relativo, sofrendo duramente com a ausência de um mecanismo de financiamento especificamente a

si dirigido. A partir de 2013, foi implementado o modelo PIPA, no qual a actividade arqueológica de Categoria A é obrigatoriamente enquadrada em projectos de investigação sujeitos a prévia avaliação científica, embora daí não decorra qualquer apoio financeiro. Na DGPC funciona o LARC (associado à unidade de investigação CIBIO, *Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos*), estrutura informal que, para além de manter as colecções de referência e desenvolver projectos próprios, presta apoio à comunidade arqueológica ao nível dos estudos arqueocientíficos. As unidades de investigação na área da Arqueologia contaram apenas com os seus recursos, equipas de investigação mais numerosas, com investigadores de doutoramento e pós-doutoramento e com o financiamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Parte considerável da actividade arqueológica de investigação continuou a ser financiada pelos municípios.

A actividade arqueológica de valorização registou decréscimo. Embora o RTA/2014 tenha definido novas obrigações nas vertentes da sensibilização e educação patrimonial e se tenham verificado meritórios esforços dos arqueólogos nesse sentido, o balanço desta estratégia permanece ainda por fazer. Contudo, este é um caminho sem regresso; no futuro, a Arqueologia será cada vez mais dirigida aos cidadãos e às comunidades (Silva, 2003b, p. 150; Lemos, 2007, p. 109; Raposo, 2001 e 2016; Diniz *et alii*, 2016, p. 170-171; Coelho, 2020, p. 28).

Nesta fase, a Arqueologia preventiva (e de emergência) também diminuiu, em linha com a crise económica, permanecendo por desenvolver mecanismos eficazes de salvaguarda específicos para os projectos florestais (Caninas, Henriques e Gouveia, 2008; Bragança, Zambujo e Lourenço, 2019; Bragança *et alii*, 2020) e de agricultura intensiva (Valente, 2018; Pereira, 2020; Porto, Melro e Neves, 2021). **(Gráfico 17, p. 53)**

A Arqueologia urbana (essencialmente preventiva) constituiu uma excepção, uma vez se registou um crescimento da actividade arqueológica, relacionada com a expansão do turismo e do sector imobiliário (Bugalhão, 2018). Entre 2010 e 2014, a Arqueologia urbana representou quase metade de toda a actividade arqueológica nacional e Lisboa representou cerca de  $\frac{1}{5}$  da mesma, provocando um agravamento dos problemas específicos desta Arqueologia. A maioria das cidades não dispõe de uma entidade gestora ou de um modelo de gestão para a sua Arqueologia (nomeadamente, dos dados arqueológicos). A gestão dos espólios atingiu, em muitos casos, o estado de caos (Silva, 2016 e 2019; Encarnação, 2017 e 2018; Gomes *et alii*, 2021). Aprofundou-se a distância entre as realidades arqueológicas recuperadas no campo e as estudadas.

Entre 2009 e 2014, o financiamento da actividade arqueológica indirecto, sob contrato, comercial, atingiu o seu valor máximo, incidindo sobre mais de  $\frac{4}{5}$  dos trabalhos realizados e como foi referido, não houve apoio financeiro público à investigação.

Essencialmente a partir de 2009, a crise financeira global atingiu a Arqueologia portuguesa, uma vez que esta estava intrínseca e profundamente dependente da econo-

mia. A actividade arqueológica regrediu e o número de arqueólogos e empresas de arqueologia também. Verificou-se, ainda, um processo de desinstitucionalização, no qual os arqueólogos em actividade e o número de intervenções arqueológicas, sem enquadramento institucional, não cessaram de crescer.

A instabilidade profissional e a precariedade laboral agravaram-se de forma muito profunda. Provavelmente, e pela primeira vez desde que a Arqueologia se tornou uma profissão, houve despedimentos e falta de trabalho para muitos arqueólogos (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020). Mas as cidades e o seu turismo por um lado, e as bolsas atribuídas em tempos melhores, por outro, seguraram a comunidade arqueológica. A crise foi vencida e, a partir de 2014, a Arqueologia portuguesa voltou a crescer. O que permaneceu foi a miríade de problemas estruturais que a assombravam e a incapacidade de os enfrentar e resolver demonstrada pelas entidades públicas competentes, pelas instituições com actividade no sector, pelo grupo profissional e pela sociedade em geral.

## 9. EPÍLOGO (PARA JÁ)

*A vida é sempre uma curiosidade  
(...)  
Interessa-me o que está para vir  
(...)  
Do meu prazer em descobrir  
Encontrar, renovar, vou fugir ou repetir  
Vou viver  
(...)  
Quero é viver  
Amanhã, espero sempre um amanhã  
E acredito que será mais um prazer*

*Quero É Viver*, 2004 (anos '80), intemporal. Humanos. Letra e música: António Variações

Entre 1970 e a segunda década do século XXI, foi construído em Portugal um regime jurídico aplicável à Arqueologia (Silva, 2005a, p. 17), progressivamente mais completo e complexo, enquadrável nas melhores práticas legais da Europa ocidental, reflexo relevante do extraordinário percurso da Arqueologia portuguesa nos últimos 50 anos. Mas, como em outros sectores da sociedade portuguesa, a legislação arqueológica nem sempre goza de aplicação efectiva, verificando-se, não poucas vezes, um desfazamento entre a lei e as práticas sociais.

Ao nível da estrutura do Estado, ou seja, os organismos da administração central com competências sobre a Arqueologia dispersam-se, a partir de 2024, pelas áreas governativas da Cultura e da Coesão Territorial (CCDR). Numa primeira fase, verificou-se uma progressiva especialização dos âmbitos de actuação dos organismos tutelares; numa segunda fase, inversamente, um processo de generalização e mescla de âmbitos de actuação dos mesmos. Paralelamente, verificou-se uma tendência para a compartimentação e fragmentação territorial (Bugalhão, 2017b, 2019, 2022), como demonstram a transferência de competências no domínio da Arqueologia para os municípios e para as CCDR. Neste processo, a figura da tutela arqueológica administrativa autónoma e especializada, directamente dependente da tutela política, parece condenada à descharacterização e ao desaparecimento. Mas seja qual for o, para já incerto, futuro da gestão da Arqueologia pelo Estado (cujas competências estão definidas na Constituição e na LBPC/2001), terão de ser garantidas as já há muito bem definidas funções tutelares (Jorge, 1983, p. 3; Valera, 2005, p. 165 e ss; Bugalhão, 2013b, p. 148-149; Bugalhão, 2019, p. 50 e 52). Nas funções basilares e nucleares da tutela destaca-se: inventário e gestão da informação arqueológica (Silva, 1994, p. 92; Silva, 1995, p. 99 e ss.; Zilhão, 1997, p. 95; Jorge, 1997, p. 130; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 2002, p. 301), gestão, regulação e fiscalização da actividade arqueológica (Silva, 1994; Silva, 1995, p. 100; Zilhão, 1997, p. 83 e comentários; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 1998a, p. 17; Zilhão, 2000, p. 7 e ss; Raposo, 2003b, p. 58; Raposo, 2003b, p. 65; Carneiro, 2003, p. 116; Lago, 2003, p. 102; Valera, 2005, p. 116 e 123; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Deus *et alii*, 2007, p. 105; Parreira, 2007, p. 100; Silva, 2008a, p. 14), apoio à investigação arqueológica (Lago, 2000, p. 21; Silva, 2008b, p. 19), gestão de bens arqueológicos móveis – espólios e colecções (Zilhão, 1997, p. 89; Silva, 2008b, p. 19; Raposo, 2019; Silva, 2019; Gomes *et alii*, 2021), manutenção das infra-estruturas públicas fundamentais ao bom funcionamento da Arqueologia (*Endovélico* e SIG associado, *Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Biblioteca de Arqueologia*, CNANS e LARC) e de uma linha editorial específica (Silva, 1995, p. 99; Zilhão, 1997, p. 89; Silva, 1998a, p. 17; Silva, 2008b, p. 19) e promoção da institucionalização da “Arqueologia” no todo social.

Os arqueólogos são um grupo com potencial de crescimento, tendo atingido valores máximos no final da primeira década do século XX, quando estariam em actividade entre 1.300 e 1.500 profissionais. O grupo revela intensa instabilidade e volatilidade, com permanentes e elevados índices de ingresso e abandono, este último, normalmente, após alguns anos de trabalho.

A Arqueologia é hoje uma profissão, sociologicamente plural, paritária, dispersa no território e muito qualificada academicamente. É um grupo relativamente jovem que reúne condições de renovação permanente e se relaciona amiúde com a comunidade

homóloga internacional, fora e dentro do país. É também versátil e dinâmico, mas muito segmentado.

As mulheres são mais jovens, por enquanto; a prazo, serão mais qualificadas; têm vínculos laborais mais precários e trabalham mais em empresas e em regime independente (Bugalhão, 2017b e 2024; Simões *et alii*, 2018; Carvalho *et alii*, 2023). Os homens têm formação científica mais diversificada e são a maioria dos doutorados. Os trabalhadores independentes são mais jovens, menos qualificados e trabalham frequentemente sem enquadramento institucional. Os universitários e estrangeiros são mais velhos, mais qualificados e maioritariamente, homens. Os bolseiros e investigadores sem contrato de trabalho são mais jovens, precários e muito qualificados. Os trabalhadores do sector público são mais velhos, menos qualificados e, em maior número, homens. Os empresários são jovens, pouco qualificados e, em maior número, homens.

Em 2021, mais de metade dos arqueólogos já tinha trabalhado para empresas de arqueologia; e cerca de  $\frac{2}{3}$ , tinha experimentado o trabalho sem qualquer enquadramento institucional; cerca de  $\frac{1}{4}$  trabalhava ou tinha trabalhado em ou para municípios e outros tantos em ou para universidades e unidades de investigação portuguesas.

Um dos aspectos mais interessantes é a tendência para a manutenção de uma relação estável e prolongada no tempo, entre os arqueólogos (ao longo da sua vida profissional) e as universidades (onde se formaram, onde estabeleceram as primeiras relações com a Arqueologia, ou com a quais se identificam ou estabeleceram relações profissionais e científicas). Atendendo à desinstitucionalização da Arqueologia portuguesa e às condições de trabalho extremamente difíceis dos arqueólogos, esta relação é muito valiosa. O ideal seria que qualquer arqueólogo, ainda que trabalhador independente, ainda que em exercício profissional essencialmente desenquadrado, ainda que sem infraestrutura favorável ao desempenho da actividade sob parâmetros técnicos e científicos adequados, mantenha um espaço de acolhimento numa universidade ou unidade de investigação, na qual encontre as suas referências e onde possa procurar e obter apoio científico, social e, até, pessoal.

No que se refere ao trabalho dependente, tendencialmente estável, com condições e adequado enquadramento institucional, o protagonismo é claramente assumido pelos municípios (Almeida e Carvalho, 2011) que são as principais entidades empregadoras da Arqueologia portuguesa, enquadrando cerca de metade dos arqueólogos que trabalham por conta de outrem. Este dado é especialmente reconfortante se considerarmos que os arqueólogos são indispensáveis para as funções asseguradas pelas câmaras municipais. Por isso, nos municípios reside uma esperança de futuro para a Arqueologia e para os arqueólogos portugueses. O trabalho de um arqueólogo municipal é estável, com qualidade e tem elevadíssimo valor social, patrimonial e cultural,

constituindo a melhor via para alterar o degradante panorama das relações laborais que se vive na Arqueologia portuguesa.

Mas é no trabalho em regime independente e muito especialmente nos “falsos recibos verdes” que reside o foco das maiores preocupações. Em 2021, estima-se que cerca de  $\frac{3}{4}$  dos arqueólogos em actividade tenha experimentado o trabalho como prestador de serviços em regime independente e que mais de metade destes nunca tenha conhecido outro vínculo laboral (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020; Correia *et alii*, 2021). O trabalho independente está muito associado ao sector privado e empresarial (em empresas de arqueologia e em outro tipo de empresas) e à actividade sem enquadramento institucional. Nos últimos anos (anos '20) parece verificar-se uma tendência de redução do recurso à prestação de serviços nas empresas de arqueologia, ou seja, o recurso mais generalizado aos contratos de trabalho. Esta realidade percebida carece de confirmação e aprofundamento.

Mas a verdade é que todas as instituições recorrem ao trabalho independente. Infelizmente, na grande generalidade dos casos, estes profissionais não têm condições de trabalho dignas e aceitáveis e são muito mal remunerados. É importante que haja total e generalizada consciência de que um número muito significativo dos arqueólogos “a recibo verde” auferem remuneração no limiar do ordenado mínimo nacional, e até abaixo deste. Por outro lado, estes profissionais são altamente qualificados (o grau académico de mestre é cada vez mais comum), pois a Arqueologia é uma profissão de base científica. A combinação destas duas características produz uma profunda e intrínseca contradição no exercício da profissão, na qualidade do trabalho que se executa, na investigação que se desenvolve, no conhecimento que se produz, no Património que se cuida e apresenta, na divulgação que se dissemina.

Nos últimos 50 anos, as instituições com actividade em Arqueologia consolidaram-se e diversificaram-se. A Arqueologia continuará a contar com os organismos tutelares da administração pública central, por muito incerta que seja a sua configuração futura. As universidades e unidades de investigação continuarão a desempenhar um papel central na formação, na investigação e na promoção da relação entre a ciência e a sociedade. Mas todos os indicadores sugerem que os municípios e as empresas de Arqueologia serão as instituições mais relevantes, do ponto de vista quantitativo.

Embora pareça óbvio que o futuro da Arqueologia portuguesa depende de uma intensa e estável institucionalização, o panorama presente reflecte alguma pulverização, descaracterização e instabilidade nas entidades com intervenção no sector.

São várias as disfunções e problemas da Arqueologia portuguesa. Refira-se as péssimas condições de trabalho oferecidas, com demasiada frequência, pelas empresas de arqueologia (e outras entidades enquadrantes), entregando à responsabilidade do ar-

queólogo a recibos verdes transporte, alojamento, equipamento informático, de fotografia e outro, ferramenta, consumíveis, etc. (Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et alii*, 2020; Correia *et alii*, 2021); também o contacto, frequentemente complexo, com os outros intervenientes na actividade arqueológica; mas principalmente, os escandalosos e indignos níveis remuneratórios praticados no sector privado da Arqueologia em Portugal.

Este quadro remete os arqueólogos para uma opção que parece óbvia: i) se o trabalho em contexto institucional é precário e instável; ii) se oferece tão poucas vantagens ao nível de um verdadeiro enquadramento do trabalho; iii) se a remuneração é tão baixa, sendo claro que o valor cobrado à entidade contratante contempla uma margem muito elevada de *overheads* ou margem de lucro; então, qual é a vantagem de trabalhar com enquadramento institucional? Daqui se deduz que combater a precariedade laboral é também promover uma Arqueologia institucionalizada, organizada, num quadro de legalidade e normalidade. É trabalhar por uma melhor Arqueologia.

O trabalho dos arqueólogos e o seu conteúdo funcional, tem sofrido um processo de diversificação e alargamento. Um arqueólogo em 2024 não é apenas aquele que dirige trabalhos de campo, podendo trabalhar apenas ou também em investigação ou num conjunto alargado de técnicas de gabinete, no ensino, em gestão do Património (directamente sobre bens móveis e imóveis, ou na esfera burocrática-administrativa), em divulgação e animação, na edição e produção de conteúdos, etc.

No trabalho de campo prevê-se a continuação do regime assente no licenciamento, fiscalização, aprovação de relatório, divulgação e sensibilização patrimonial, depósito de espólio e estudo e publicação de resultados, só para mencionar as principais componentes. A actividade arqueológica registou uma tendência de crescimento até 2023. Seja em expansão ou em retracção, a Arqueologia é uma actividade bem consolidada na sociedade portuguesa e por isso subsistirá e avançará.

A actividade de investigação terá necessariamente de crescer, dispondo de um mecanismo estável de apoio financeiro à investigação em Arqueologia na sociedade e na comunidade (PNTA), do apoio dos municípios, do sistema científico e tecnológico nacional (na concessão de bolsas, no financiamento de projectos, etc.) e das entidades privadas, no exercício do dever de poluidor-pagador e da sua responsabilidade social e de mecenato.

A valorização do Património arqueológico deve assumir o incontornável estatuto de desígnio nacional, pois o país não pode continuar a maltratar e desconsiderar um dos seus principais recursos, o Património Cultural. Este desígnio deve ser assumido pelo Estado, mas também por toda a sociedade, pois tem valor estratégico central nas sociedades contemporâneas, concorrendo para a coesão territorial, combate às assimetrias e aos conflitos sociais, melhoria das condições de vida das comunidades e para a reali-

zação e felicidade individual e colectiva. E, sim, é também um recurso económico, que Portugal não deve nem pode dispensar.

Por fim, a Arqueologia preventiva terá necessariamente de manter a sua função e espaço preponderante na Arqueologia nacional. Os mecanismos de salvaguarda arqueológica têm de ser permanentemente melhorados e implementados, no ordenamento e planeamento do território, na sua gestão global e integrada, em meio urbano e rural, húmido e subaquático. É indispensável aprofundar o acompanhamento, fiscalização e a exigência de rigor técnico e científico. Esta tarefa só pode ser empreendida por organismos públicos, com independência e autonomia técnica e afastamento institucional dos centros de decisão. Terão de ser implementadas soluções viáveis e normalizadas que promovam a investigação subsequente às intervenções preventivas. Os organismos públicos, nomeadamente os municípios, terão de encontrar mecanismos adequados e sustentáveis para gestão de dados, informação arqueológica e espólios (sistemas de informação arqueológica e geográfica, rede nacional de reservas de espólio arqueológico).

Nestes mais de 50 anos, foram muitos os sucessos e insucessos da Arqueologia portuguesa. Não é fácil elencar o deve e o haver deste processo histórico e são de evitar os dramáticos discursos escatológicos e os vãos louvores auto-panegíricos. O que se alcançou está resolvido; o que não se alcançou terá de se resolver.

Conquistou-se um bom regime jurídico, um quadro referencial de funções tutelares a assegurar pelo Estado (recentemente questionado), uma boa infra-estrutura de ensino superior, um grupo profissional qualificado, uma Carta Arqueológica (*Endovélico*), uma rede de museus e sítios musealizados, processos normalizados de investigação programada, investigadores e laboratórios especializados, um elenco editorial coerente de séries periódicas e monográficas, procedimentos institucionalizados e alargados de Arqueologia preventiva (nomeadamente aos níveis de AIA e IGT), normalização e socialização da Arqueologia urbana, (quase) eliminação das situações de emergência, um conjunto considerável de empresas de arqueologia, um razoável mercado de trabalho e de negócio em Arqueologia.

Temos pela frente colossais desafios: promover o cumprimento da lei, conceber novos e mais eficazes procedimentos administrativos de defesa do Património arqueológico, evitar a descaracterização, desvanecimento, enfraquecimento e mesmo a terceirização(!) da tutela arqueológica, combater a desinstitucionalização e consolidar as instituições, disseminar a Arqueologia municipal, concretizar a representação profissional e a auto-regulação. E também, impor o direito ao emprego em Arqueologia, circunscrever à mínima expressão possível a precariedade laboral, remunerar com justiça os arqueólogos, efectivar a regulação da actividade arqueológica, actualizar os instrumentos di-

gitalis de gestão da Arqueologia, delinear e implementar um modelo estável de gestão e financiamento da investigação, institucionalizar e digitalizar o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, criar a rede nacional de reservas de espólio arqueológico, socializar a Arqueologia e o Património arqueológico. (**Figura 4, p. 53**)

Será difícil, mas temos que nos conformar, como dizia um sábio amigo, pois somos arqueólogos.

Dezembro de 2020

revisto e actualizado em Maio de 2024



---

**FIGURAS / GRÁFICOS**  
FIGURES / CHARTS

# Em assembleia agitada

## Os arqueólogos portugueses reuniram-se em plenário

### Foi eleita uma comissão coordenadora

Durante cerca de seis horas, os arqueólogos portugueses estiveram reunidos em plenário, numa sala do Ateneu Comercial de Lisboa. A assembleia, extremamente agitada e confusa, terminou com a eleição de uma comissão coordenadora, que ficou encarregada de organizar novo plenário, no prazo máximo de quinze dias.

Depois do 25 de Abril, os arqueólogos, nomeadamente de Lisboa, fizeram várias reuniões das quais saíram uma comissão promotora da assembleia de sábado. Através das listas dos Congressos de Arqueologia e de contactos com pessoas conhecidas pela sua actividade no início, foram feitos 177 convites. Nas convocatórias salientava-se: «Considerando a urgência de se organizarem a nível nacional as actividades arqueológicas, que até agora têm sido levadas a cabo sem sistematização e sem apoio legal e económico das entidades oficiais, e julgando-nos interessado no problema, vimos pedir a sua colaboração».

Presenças no plenário 80 arqueólogos; sete cartas deram o apoio à organização; alguns ausentes (cerca de 30) delegaram a sua representação. Pereira de Almeida, Jorge de Alarcão e Henrique Lector Piná constituíram a mesa. Da ordem dos trabalhos, para além da eleição de uma comissão coordenadora, consistia a apreciação de um texto-base, elaborado pelos promotores da reunião, bem como de outras propostas ou sugestões.

#### Democratização

«Democratização, regionalização e profissionalização, eram outros pontos que, segundo alguns dos presentes caracterizavam o texto-base transformado em proposta, apresentado pela comissão promotora. Um escopo de arqueólogos e um conselho nacional das actividades arqueológicas, eram dois dos órgãos necessários à estruturação da arqueologia em Portugal, segundo se desprende da referida proposta que vivava».

#### SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE DESENHO

Alá mais com a vaga de despedimentos que, ultimamente vem atingindo os seus sócios, a comissão de líderes dos técnicos de desenho do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho refere especificamente o problema do grupo empresarial Grifon-Park e da qual referem a sua posição de não cedência nas reivindicações apresentadas em 29 de Maio passado, e não menos poderem a sua substituição e o pedido de Grifon-Park da melhor forma para os trabalhadores.

#### SINDICATOS LIVRES DE GERAMIA

Os sindicatos livres de geramia decidiram, em reunião recentemente efectuada, solicitar a demissão dos corpos gerentes da respectiva Federação tendo em sua substituição, eleito ainda uma Comissão Directiva Provisória que, como primeira medida, decidiu modificar a designação do organismo que passou a ser a seguinte: União dos Sindicatos Livres e dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares.

#### FABRICAÇÃO DE PAPEL

Segundo uma declaração da União dos Sindicatos dos Operários das Indústrias de Fabricação do Papel, Cartãozinhos e Offícios Correlativos, chegaram no bom termo as negociações entre os Sindicatos e o Grémio dos Industriais de Cartãozinhos, Sobrescritos e Papel e a

essencialmente, a criação de uma democracia de base, limitando o poder a organismos de colónia, que eventualmente viessem a ser formados. A proposta propunha explicitava que a actividade arqueológica em todo o País seria da competência exclusiva do Corpo de Arqueólogos, que seria constituído por todos os autores de trabalhos de valor científico.

Embora o referido organismo fosse dividido em três grupos — efectivos, consultivos e auxiliares — todos os elementos tinham direito a voto. Os membros efectivos distinguiram-se dos outros por se dedicarem ao tempo integral à investigação, como trabalhadores da Administração Pública.

Ao Conselho Nacional das Actividades Arqueológicas, considerado mandatário do Corpo de Arqueólogos, compete coordenar e executar, administrativamente, a actividade arqueológica do País, funcionando como organismo autónomo. A eleição era feita pelos arqueólogos, não sendo permitida a reeleição de qualquer elemento por três anos consecutivos, para se garantir um determinado rotativismo.

A proposta da comissão promotora referia-se ainda, detalhadamente, aos institutos e investigações estatísticas ao ensino da arqueologia no nosso País e aos delegados concelhios

#### A surpresa do Norte

«Os arqueólogos do Norte foram um pouco surpreendidos de surpresa com a convocação do plenário e a proposta de Lisboa», declarou Manuel Delgado, que interveio, logo no início da reunião, para apresentar nova proposta, de que também eram subscritores Octávio Figueiras, Carlos Alberto Pereira de Almeida, Armando Pereira da Silva, José João Regaid de Sousa e o bispo auxiliar do Porto, Domingos de Pinho Brandão.

Os subscritores da nova proposta, constituídos em grupo aberto de arqueólogos do Norte de Portugal, embora declarassem que efi com muito satisfação que tomaram conhecimento da iniciativa cujo espírito perfilhavam, e apesar do interesse que a proposta lhes merecia, consideraram no entanto, que é prematuro apresentar para aprovação imediata um texto-base, mas, já, antes da fixação de critérios gerais e de princípios de base sobre que se deve decidir cuidadosamente».

Referem, também, que antes de mais, o Corpo de Arqueólogos não deve isolar-se do contexto de uma política cultural global do País. Tendo conhecimento de que está em vias de ser submetido a sanção governamental uma proposta no sentido de ser criado o Instituto do Património Histórico e Arqueológico Nacional, e cientes dos que existem na Bélgica e no Brasil, pensam que a inserção do mencionado Corpo de Arqueólogos nesse organismo seria, de evidentemente necessária».

#### Discussão e votação

A proposta do Porto e as tomadas de posição de alguns arqueólogos ligados a Coimbra,

vieram dividir a assembleia que, durante várias horas, discutiu mais a forma do que o conteúdo das propostas, com sucessivas eleições para os mais diversos efeitos, inúmeros pontos de ordem, a substituição da mesa, a palavra esboçada a ouvir-se num ou noutro sector, a declaração do novo presidente da mesa — José Luís de Matos, assistente de Letras — que, a continuar a confusão, não seria capaz de conduzir os trabalhos.

Depois de se ter posto em causa o próprio plenário e a possibilidade de se eleger uma comissão coordenadora, esta foi eleita, não através de listas (inicialmente os elementos promotores da reunião tinham apresentado uma) mas pela votação, individual e secreta, e nomes.

A comissão coordenadora foi constituída pelos seguintes arqueólogos: Gustavo Marques, Luís Coelho, João Loureiro Gonçalves, José Arnaut, António Borges Coelho, Henrique Piná, Carlos Tavares da Silva, Isabel Sousa Pereira, Irsalva Motta, Maria Adelaide Maia, Fernando Lamas, Jorge de Alarcão, Gil Miguel de Andrade, Jorge Paulino Pereira e Armando Ferreira da Silva.

## Terminou dos pescadore

SSSIMBRA — Terminou, ontem, a greve dos pescadores do salto deste porto, que há cerca de quinze dias se recusaram a ir para o mar.

O movimento grevista abrangeu cerca de trezentos pescadores, das dez embarcações que têm condições para navegar no salto mar.

Numa das últimas reuniões entre pescadores e armadores,

#### CIRCULO DE LEITORES

A administração do Circulo de Leitores, empresa multinacional de grande dimensão, acaba de despedir três trabalhadores: Orlando Neves, Serafim Ferreira e Gil Perdigão, responsáveis pela programação editorial, e o director comercial, Manuel Moliz, consta que está prevista uma vaga de despedimentos para trabalhadores de outros sectores.

Os despedimentos são atribuídos ao facto de os três terem aderido a greve que houve nesta empresa, já se esgotaram com o advogado, dr. Luis Soares, a fim de assegurar todos os seus direitos.

#### Metalúrgicos do Norte

## Um esclarecimento do Ministério do Trabalho

Do Ministério do Trabalho receberam, através do Ministério da Comunicação Social, o seguinte comunicado: «De acordo com o termo de um comunicado divulgado através de jornais, diários do Porto, de 28-6-74, pela Comissão Gestora do Grémio dos Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte, esclarece-se o seguinte: 1. — A revisão do C.C.T. dos Metalúrgicos, realizada em Maio

Figure 1 — "Em assembleia agitada os arqueólogos portugueses reuniram-se em plenário", artigo no jornal O Século de 01/07/1974.

Figure 1 — "Portuguese archaeologists gathered in plenary session at an eventful assembly", article in the newspaper O Século, July 1, 1974.

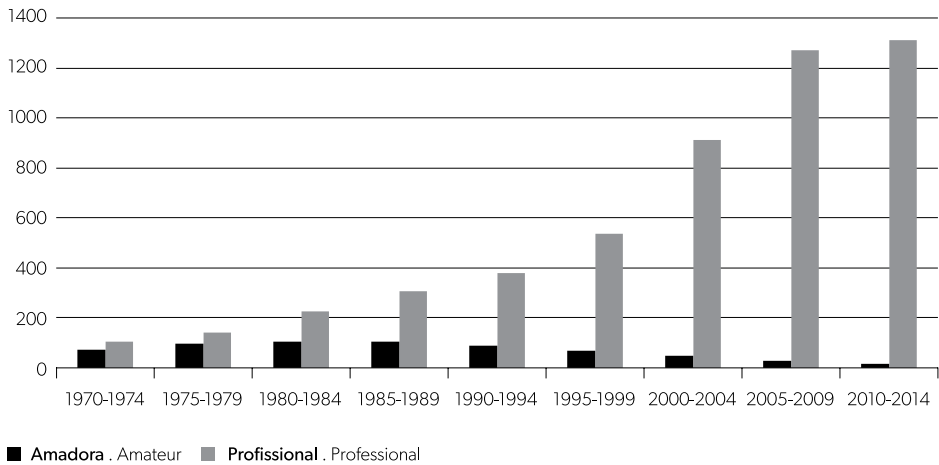


Gráfico 1 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Forma de exercício da actividade por quinquénio.  
 Chart 1 – Archaeologists, 1970 – 2014. Type of activity by five-year periods.

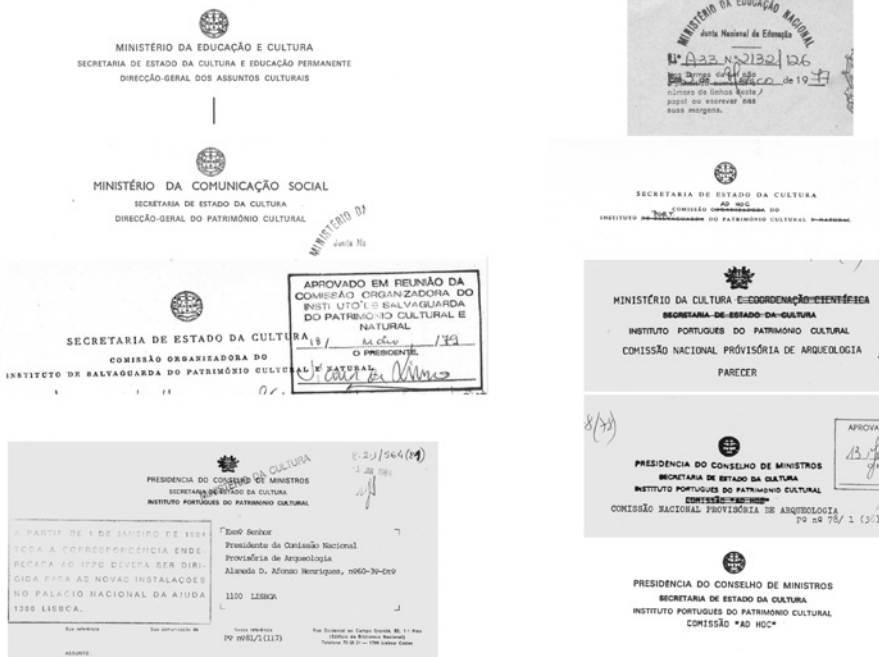


Figura 2 – Logotipos e carimbos de diversos organismos públicos tutelares e consultivos que se sucederam, entre 1970 e 1985.

Figure 2 – Logos and stamps of several, subsequent public supervisory and advisory bodies between 1970 and 1985.

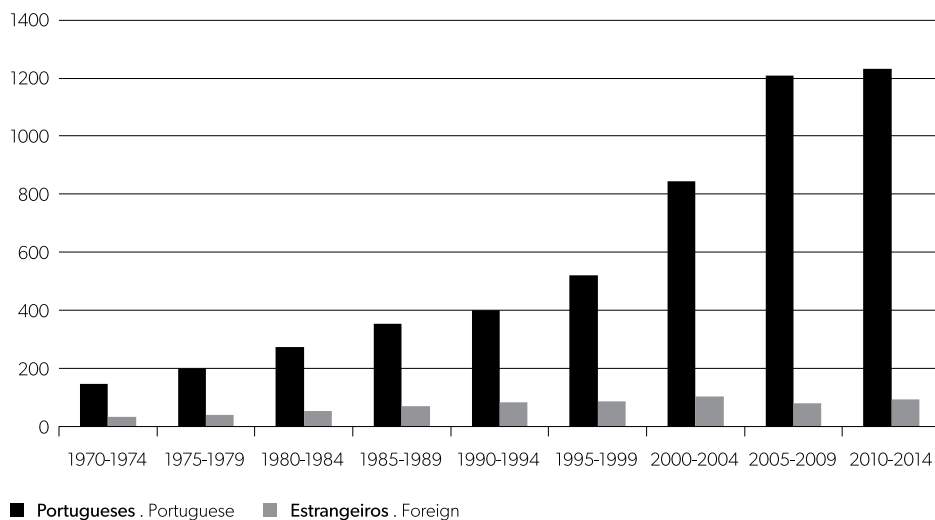


Gráfico 2 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Nacionalidade por quinquénio.

Chart 2 – Archaeologists, 1970 – 2014. Nationality by five-year periods.

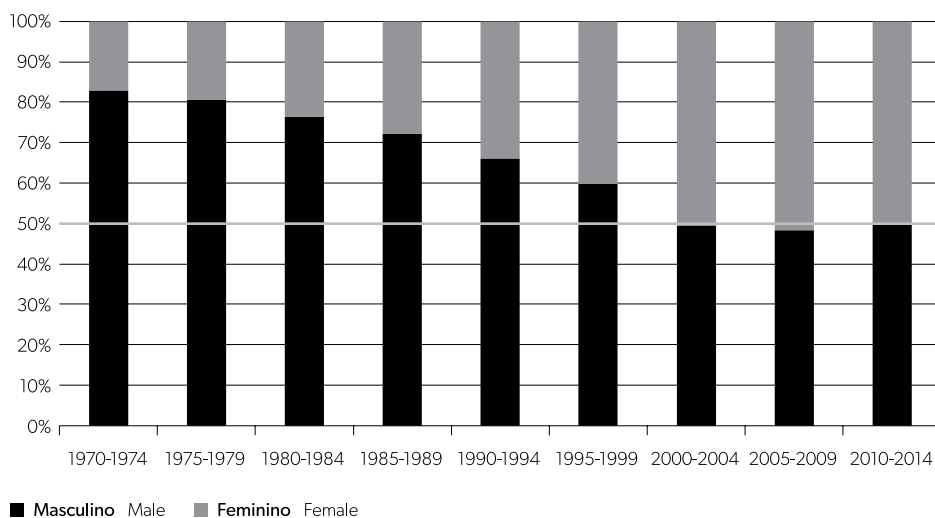


Gráfico 3 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Sexo por quinquénio.

Chart 3 – Archaeologists, 1970 – 2014. Sex ratio by five-year periods.

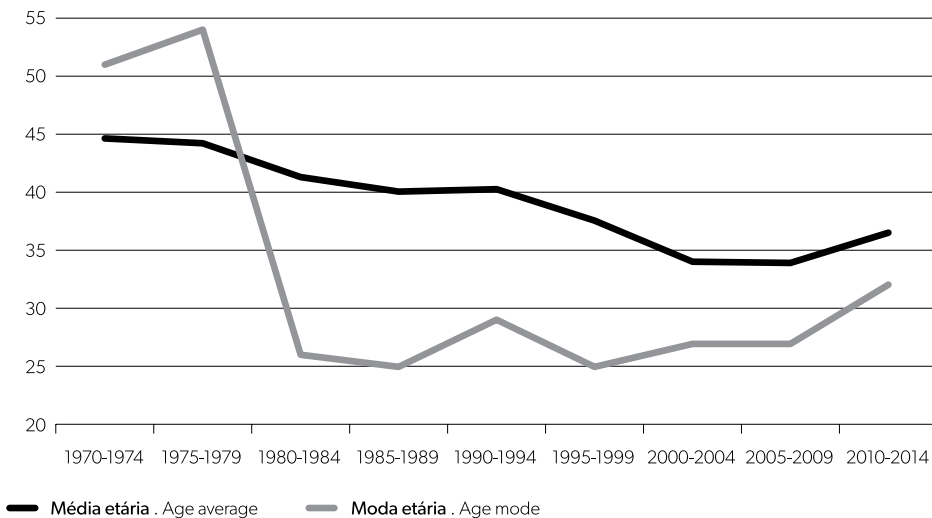


Gráfico 4 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Estrutura etária – média e moda etárias no quinquénio.

Chart 4 – Archaeologists, 1970 – 2014. Age group structure – age average and mode by five-year periods.

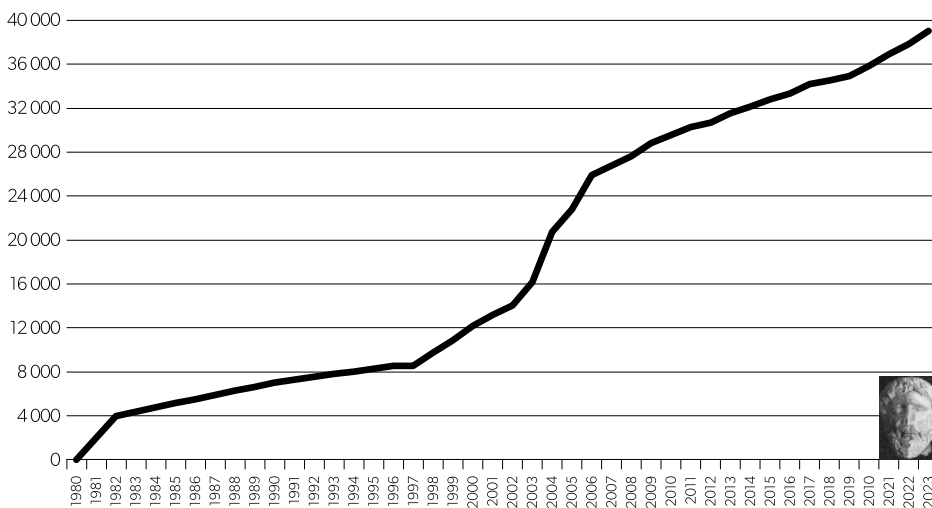


Gráfico 5 – Sítios arqueológicos inventariados e/ou registados no *Endovélico*, Sistema de Informação e Gestão arqueológica, 1980 – 2023.

Chart 5 – Archaeological sites inventoried and/or recorded in *Endovélico*, Archaeological Information and Management System, 1980 – 2023.



Figura 3 – Manifestação contra a extinção do IPA em frente à Assembleia da República, em 21 de Maio de 2002 (fotografia Patrícia Mendes).

Figure 3 – Demonstration against the extinction of IPA in front of the Portuguese Parliament on May 21, 2002 (photo: Patrícia Mendes).

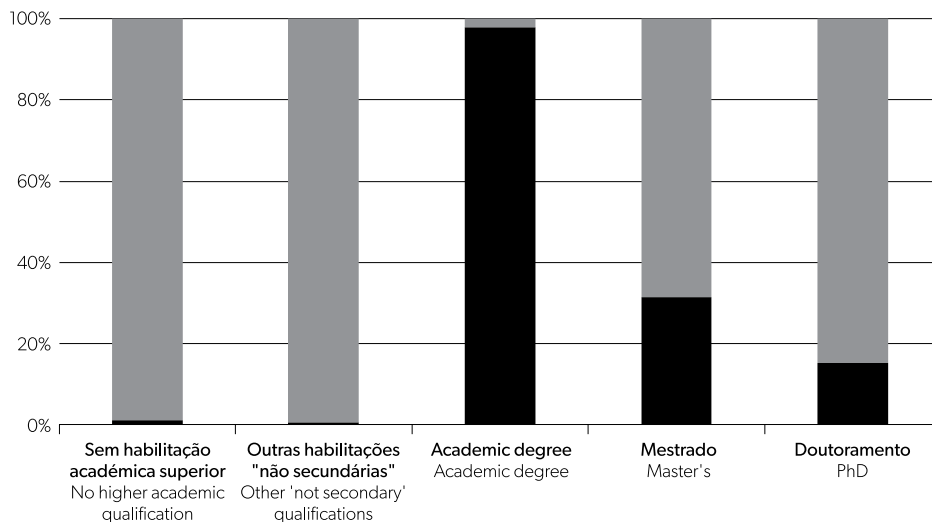


Gráfico 6 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Habilitação académica.

Chart 6 – Archaeologists, 1970 – 2014. Academic qualification.

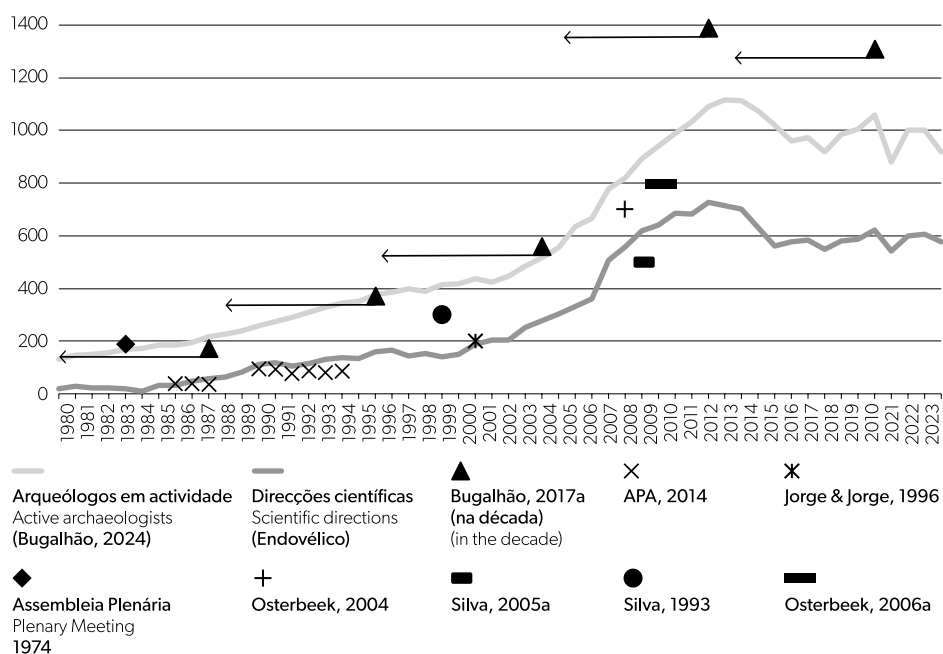


Gráfico 7 – Arqueólogos em actividade em Portugal, 1970 – 2023.

Chart 7 – Active archaeologists in Portugal, 1970 – 2023.

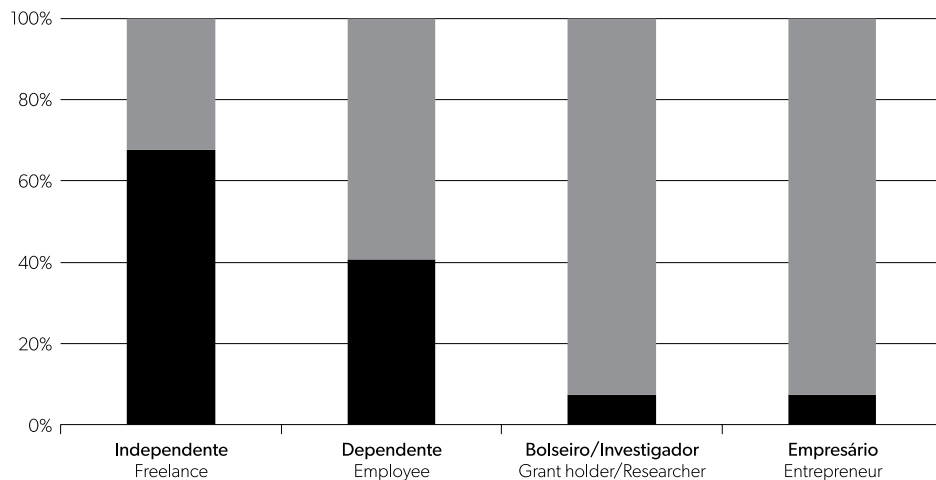
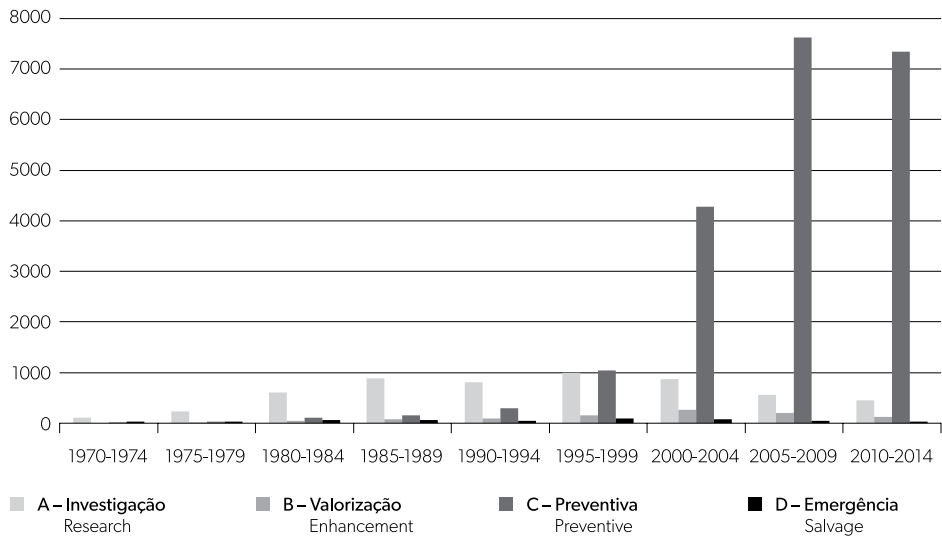
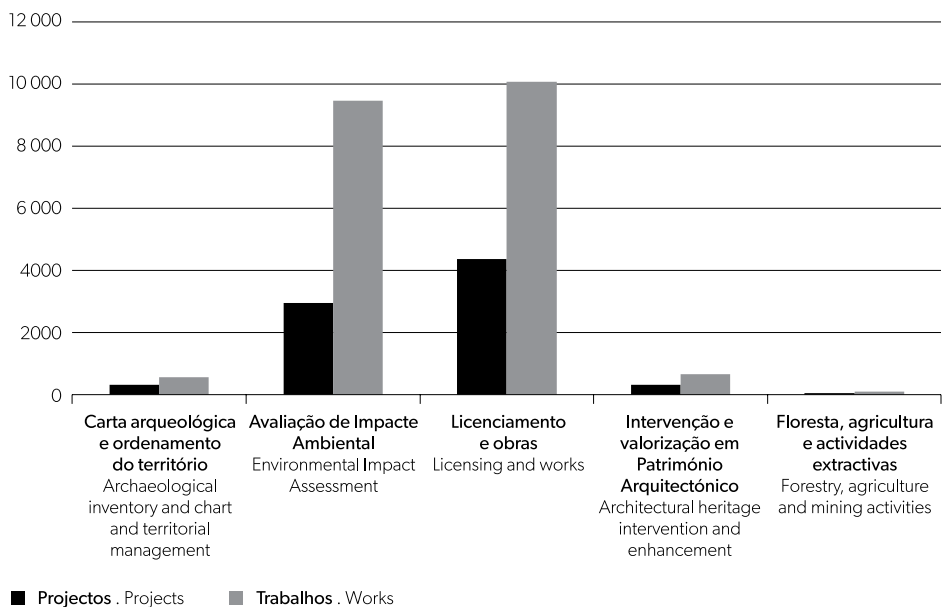


Gráfico 8 – Arqueólogos (profissionais), 1970 – 2014. Vínculo, relação ou situação laboral.

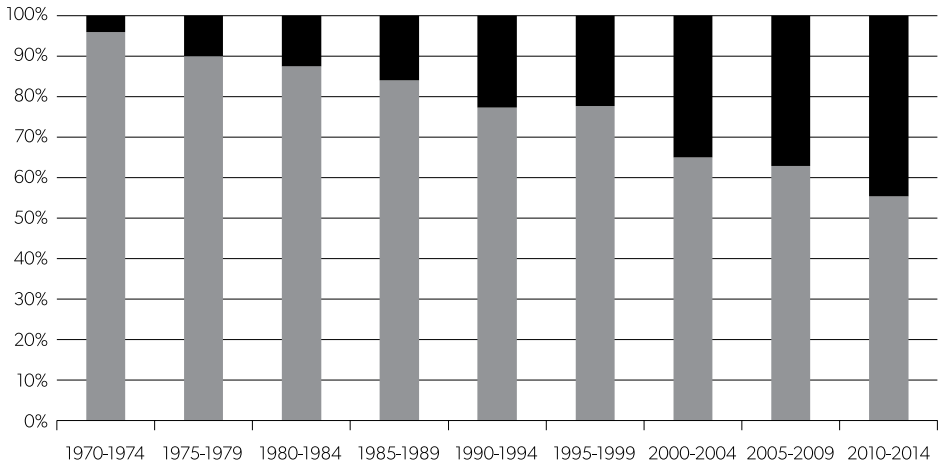
Chart 8 – Archaeologists (professionals), 1970 – 2014. Employment relationship or situation.



**Figura 9 – Trabalhos arqueológicos, 1970 – 2014. Categoria.**  
 Figure 9 – Archaeological works, 1970 – 2014. Categories by five-year periods.

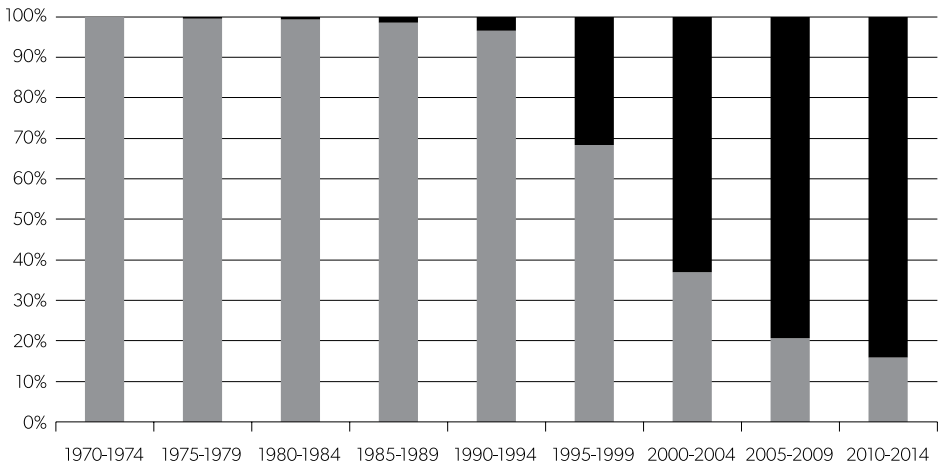


**Gráfico 10 – Arqueologia Preventiva, 1970 – 2014. Tipo de projecto.**  
 Chart 10 – Preventive Archaeology, 1970 – 2014. Project type.



■ Arqueologia urbana  
Urban archaeology

**Gráfico 11 – Arqueologia Urbana, 1970 – 2014. Trabalhos arqueológicos por quinquénio.**  
Chart 11 – Urban Archaeology, 1970 – 2014. Archaeological works by five-year periods.



■ Financiamento directo  
Direct funding

■ Arqueologia comercial  
Contract archaeology

**Gráfico 12 – Trabalhos Arqueológicos, 1970 – 2014. Forma de financiamento por quinquénio.**  
Chart 12 – Archaeological works, 1970 – 2014. Funding type by five-year periods.

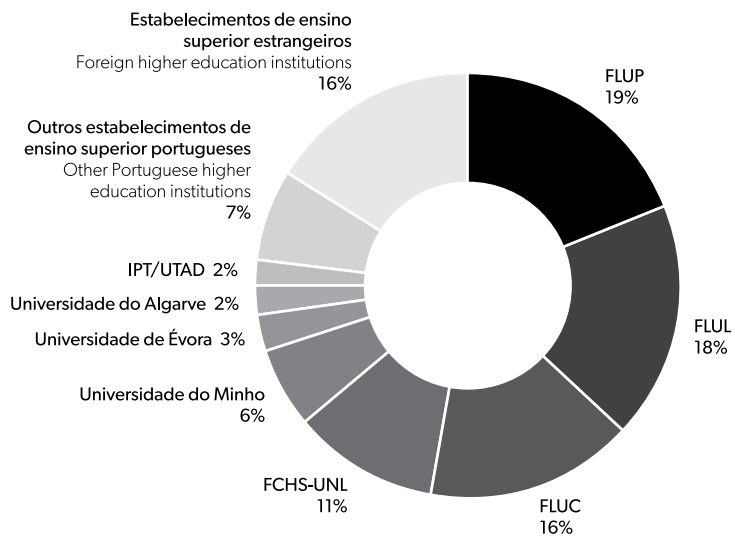


Gráfico 13 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Habilitação académica / Estabelecimento de ensino superior.  
 Chart 13 – Archaeologists, 1970 – 2014. Academic qualification / Higher education institution.

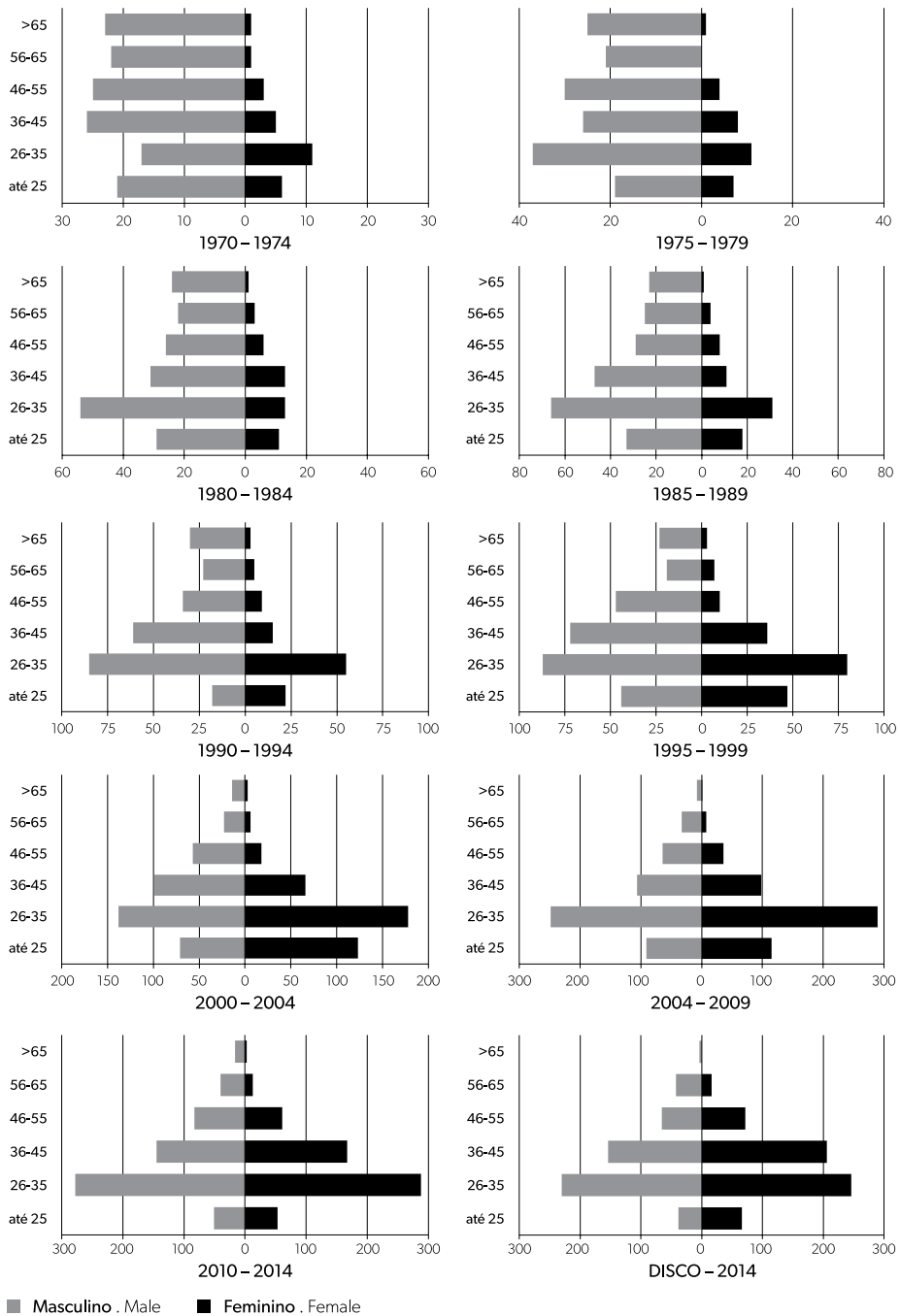


Gráfico 14 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Sexo por quinquénio, pirâmides etárias.

Chart 14 – Archaeologists, 1970 – 2014. Sex ratio five-year periods, age pyramids.

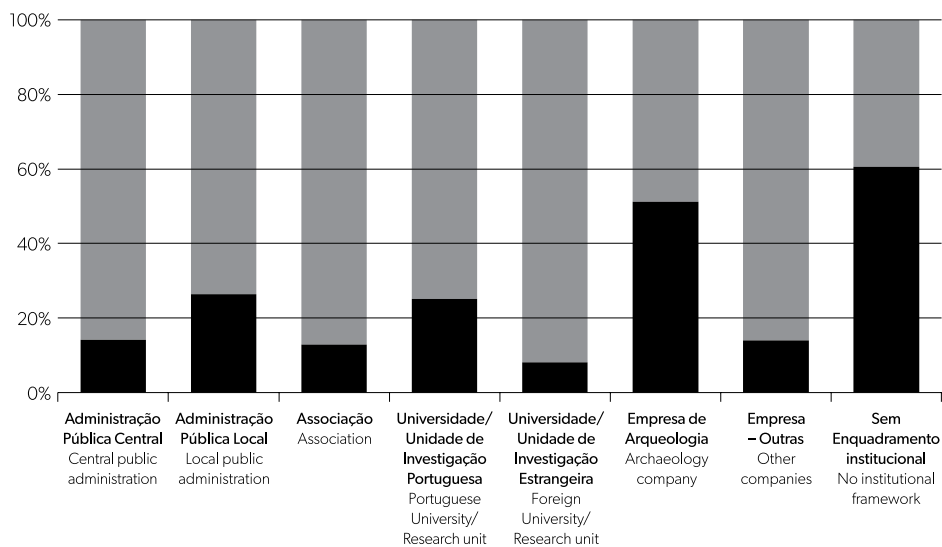
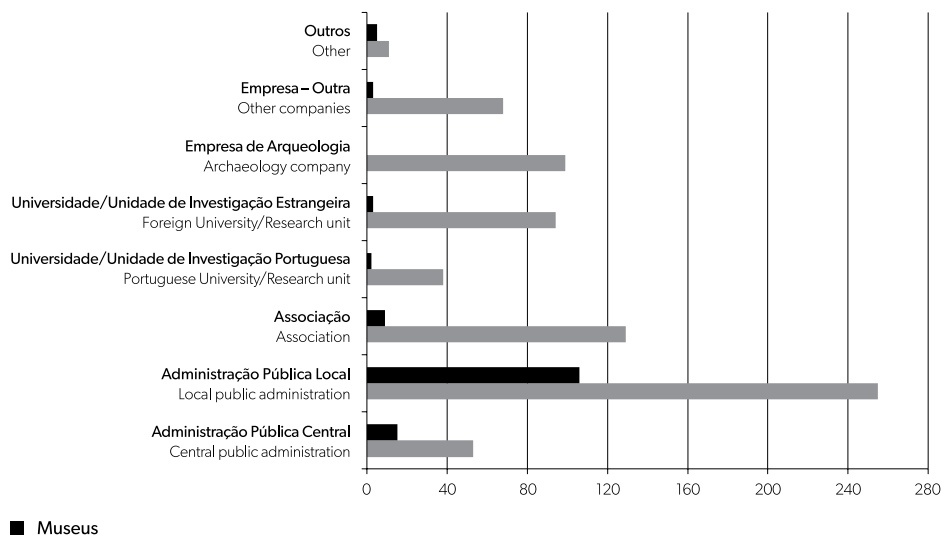


Gráfico 15 – Arqueólogos, 1970 – 2014. Enquadramento institucional.

Chart 15 – Archaeologists, 1970 – 2014. Institutional framework.



■ Museus

Gráfico 16 – Instituições, 1970 – 2014. Tipo.

Chart 16 – Institutions, 1970 – 2014. Types.

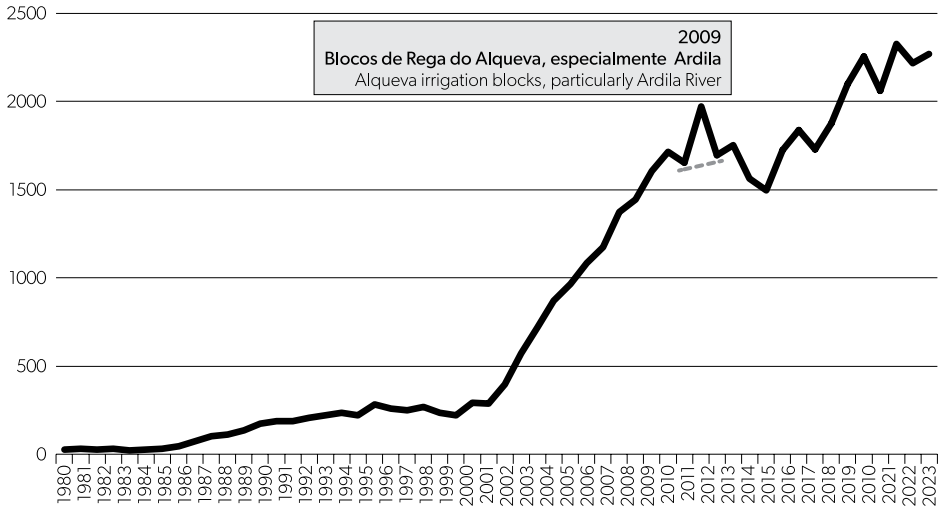


Gráfico 17 – Trabalhos Arqueológicos, 1970 – 2023.

Chart 17 – Archaeological works, 1970 – 2023.



Figura 4 – IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2023, Coimbra.

Figure 4 – Fourth Congress of the Association of Portuguese Archaeologists, 2023, Coimbra.

To all Portuguese archaeologists  
and to all the archaeologists who worked and are working in Portugal,  
for their glories, their weaknesses, but above all  
for their immense passion for Archaeology

# ARCHAEOLOGY IN PORTUGAL BETWEEN THE LATE 20<sup>TH</sup> CENTURY AND THE EARLY 21<sup>ST</sup> CENTURY (1970 - 2014)

---

Jacinta Bugalhão

Association of Portuguese Archaeologists

Cultural Heritage, Public Institute

jacintabugalhao@gmail.com

## **Abstract**

This study will address the recent history (between 1970 and 2014) of Portuguese archaeology (in mainland Portugal), focusing particularly on archaeological legislation, the central administration structure, the teaching of archaeology, the archaeologists, the institutions involved in archaeology and the archaeological activity itself. The study resorts to the analysis of quantitative data, seeking to achieve a diagnosis by characterising the essential indicators of the facts under analysis.

During the period under study, the Portuguese legal system applicable to archaeology underwent a process of specialisation, increased complexity and broadening of scope, in a nationwide context, but also through the procedures of transposition and ratification of European community rules. As far as the archaeological jurisdiction of the central administration structure is concerned, there was a first phase, until 2007, of progressive specialisation, followed by a phase of contraction and de-characterisation, associated with a latent 'regionalisation'. Regarding higher education, the scientific area of archaeology became more autonomous and more specialised, with a considerable increase, dispersion and diversification of the training offer. As a sociological group, the number of archaeologists has grown considerably, becoming more professional, more qualified and more diversified. In terms of the exercise of the profession, labour conditions worsened and instability increased. The number of institutions involved in archaeology has grown and there has also been a diversification (particularly in the private sector) and dispersion throughout the territory, with municipalities and archaeological companies taking the leading role. Archaeological activity has seen a remarkable quantitative evolution, also in the sense of a progressive diversification of scope and form, with Preventive Archaeology taking on a growing prominence, to the expense of research and enhancement. This study was conceived as an observatory of Portuguese archaeology, a means of analysis and diagnosis that will enable future proposals to be drawn up. This is an interdisciplinary project that cuts across the disciplines of Archaeology, History and Sociology, in the sphere of Public Archaeology, seeking to reflect on the civic, social and cultural role of Archaeology.

**Keywords:** History of Portuguese archaeology; Archaeological legislation; Archaeological Heritage management; Archaeologists; Archaeological activity.

## 1. INTRODUCTION

This monograph summarises the author's PhD dissertation in the field of History, specialising in Archaeology, submitted to the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon and conducted between 2012 and 2021, under the supervision of Professor Dr. Carlos Fabião. The dissertation's final version totals three volumes, 2,014 pages, nearly 200,000 words, 259 charts and over 100 documentary annexes.

The PhD was hosted by UNIARQ, the University of Lisbon's Archaeology Research Centre, and the Directorate-General for Cultural Heritage (DGPC). The author benefited from an FCT PhD scholarship for one year and eight months and the PhD was bestowed with a public interest award by the DGPC (Orders no. 14603/2012 of November 5 and no. 4539/2015 of April 20). The dissertation was completed between February 2013 and February 2021, on and off over a period of some five years of effective work. It was defended on July 19, 2021 and unanimously awarded the highest distinction, *summa cum laude* (Bugalhão, 2021b, which we shall not quote). Subsequently, in April 2022, the Association of Portuguese Archaeologists and the members of the jury granted the dissertation the Eduardo da Cunha Serrão award, in the PhD category.

The subject of this study is 'Archaeology in Portugal between the late 20<sup>th</sup> century and the early 21<sup>st</sup> century (1970 – 2014)' and concerns the terrestrial contexts of mainland Portugal. The research domain pertains to social sciences and encompasses the disciplines of Archaeology, History and Sociology, in the sphere of Public Archaeology, from an interdisciplinary perspective. The focus lies on archaeologists, archaeological activity, institutions engaged in archaeology, archaeology teaching, archaeological legislation and the governmental archaeology management structure. The object of study is the recent historical process of Portuguese archaeology as a 'collective construction'. The goal is to deepen the debate around the social, cultural and civic role of archaeologists, archaeology (as a science and profession) and archaeological heritage. In other words, archaeology and its impact on society, and its recently achieved but well-established visibility.

In the first decade of the 21<sup>st</sup> century, there were a few studies on the beginnings of Portuguese scientific archaeology and on the century-old history of archaeological heritage protection in Portugal. The available literature on the recent history of archaeology and archaeology as a professional activity essentially consisted of reflective and opinion texts, based on empirical knowledge and qualitative data. In 2007, the author published her first nationwide study (Bugalhão, 2011), which was followed by further studies published during and after her PhD (specifically: Bugalhão, 2013a, 2013b, 2014, 2015, 2017b, 2017c, 2018, 2019, 2020, 2024; Bugalhão et alii, forthcoming). The PhD dissertation focused on three essential aspects: information, interpretation and opinion,

with information being the main component. The aim was to characterise the essential indicators of Portuguese archaeological reality, on the basis of a diachronic analysis of quantitative data covering the last decades, outlining the main trends and describing the role of the different parties involved, both individual and institutional, public and private. The exhaustive study of these different segments of Portuguese archaeology resulted in the present monograph, which corresponds, with occasional adaptations, to the PhD dissertation conclusion, or *thesis*.

## **2. BACKGROUND**

Archaeology is 'by ontological definition, a scientific activity' (Silva, 2005a, p. 17), and indeed emerged as such in Portugal during the second half of the 19<sup>th</sup> century (Lemos, 1987; Jorge and Jorge, 1996; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002; Fabião, 2011). Despite the growing diversification of archaeological activity in recent decades (Jorge, 2003, pp. 121-122; Valera, 2007, p. 76), the archaeologist's primary duty still is the knowledge of the past (Martins, 1998, p. 31). Archaeological practice is an exercise shaped by the moment during which it is carried out and by its contemporaneous context (Jorge, 2003, p. 123). This exercise resorts to 'a set of knowledge and techniques that are indispensable to a contemporary society' (Jorge, 1997, p. 129). The right to knowledge has become a requirement of citizenship and a sign of modernity.

As a science, archaeology studies material remains and, in its material expression, it is also Cultural Heritage, belonging to everyone and not just to archaeologists (Raposo, 1995b). Archaeological heritage is 'an object of cultural enjoyment (...) [of] a particularly perishable nature and under permanent threat (...), an irreplaceable testimony to our collective memory as a people with a history beyond history' (Silva, 1987, p. 2). 'There is no cultural heritage without archaeology' (Pereira, 2001, p. 16). Archaeological heritage contributes to the construction of national identity and the democratisation of culture (Diniz et alii, 2016, p. 171).

In Portugal, archaeology as a science and as heritage has gradually grown into an area of professional, scientific and technical activity, ruled and regulated, conducted by individual agents – the archaeologists – and institutions. We sought to characterise it herein using quantitative indicators, spanning the years 1970 to 2014.

Previous studies have proposed a phasing for the history of Portuguese archaeology (Lemos, 1987; Jorge and Jorge, 1996, pp. 147-151; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002; Fabião, 2011). A first flourishing phase, a 'golden age', during the second half of the 19<sup>th</sup> century and the 1920s (Lemos, 1987, pp. 5-6; Jorge and Jorge, 1996, p. 147); a second, stagnant phase between the early 1930s and 1970 (Fabião, 1995, p. 85; Lemos, 1987, pp. 6-7; Jorge and Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 171); a third, develop-

mental phase (or 'renaissance'), between 1970 and 1996 (Lemos, 1987, pp. 7-8; Jorge and Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 171), ending at a time of severe crisis (Lemos, 1992, p. 61); and a fourth phase, from the end of the 1990s onwards, of scientific, heritage and professional practice (Jorge and Jorge, 1996, p. 151; Jorge, 2000a, p. 176). According to this consolidated proposal, the scope of this dissertation falls within the third phase, of 'renaissance' or 'development', encompasses the late 20<sup>th</sup> century crisis and also focuses on the fourth phase, 'a new era' (Fabião, 2011, p. 179 ff).

During the Estado Novo (1933 – 1974), Portuguese archaeology experienced a period of stagnation and was still considered an auxiliary discipline of History (Jorge and Jorge, 1996, pp. 143-144). Archaeology was not the object of any particular ideological appropriation or support by the regime (Jorge and Jorge, 1996, p. 144).

There were many amateur archaeologists (Silva, 1989, p. 93; Fabião, 1995), whose archaeological practice was essentially empirical and uncritical (Jorge, 1983, p. 2), 'without scientific training or technical expertise, whose excavations were limited to the feverish search for spectacular items, considered worthy of being displayed in show-cases, while rejecting all objects and fragments seemingly devoid of any meaning or artistic value, at first glance' (Dias, 1959, p. 12). There were a few exceptions, such as the *Conimbriga* project (Fabião, 1995, p. 86), which received support from a French team. In fact, foreign archaeologists were treated with great reverence in Portugal (Arnaud, 2024, p. 41; Bugalhão et alii, forthcoming), a reflection of the provincialism of our archaeological environment.

The period under study in this dissertation begins precisely in this context.

### **3. 1970 – 1974: ECHOES OF THE PAST, SCREAMS OF THE PRESENT**

*I wanted to know who I am  
What I am doing here  
(...)  
I wanted to know about us  
(...)  
And as I died  
I was reborn*

*E Depois do Adeus*, 1974. Paulo de Carvalho. Lyrics: José Niza. Music: José Calvário

Between 1970 and 1974, archaeology was regulated within the limited legal framework of the Estado Novo, but there were signs of change. In the context of the new legislation and the restructuring of the National Board of Education (JNE) undertaken

in the previous decade, the first regulations concerning archaeological work were being prepared.

Within the national administration, political supervision of archaeology depended on the National Education Ministry, which included the JNE, an advisory and decision-making agency (Oleiro, 1974, p. 21; Raposo, 1993, p. 39; Marques, 2002, p. 135; Bugalhão, 2019 and 2022) and the Directorate-General for Higher Education and Fine Arts, which was replaced in 1973 by the Directorate-General for Cultural Affairs, a first sign of a change in administrative supervision (Lemos, 1992, p. 54; Raposo, 1995c, p. 15; Arnaud, 2013, p. 76). At local level, the Municipal Art and Archaeology Commissions and the Municipal Delegates of the JNE operated within an irregular and lacunar network.

In the early 1970s, there were just over 180 archaeologists in Portugal (Bugalhão, 2017a). Archaeologists were those who led archaeological excavations, recovered archaeological 'finds' and dedicated themselves to studying and publishing them. They were almost all men, over 45 years old and nearly one-fifth were foreigners. They mostly worked in universities and public services. The most common academic qualification among archaeologists was an undergraduate degree, but they often lacked higher education. The only academic degree in archaeology awarded by Portuguese universities was the PhD, but there were very few PhD holders (Bugalhão, 2023).

Archaeological work required a state permit, granted by the JNE. There was little archaeological field activity (between two and three dozen interventions a year), excavations and occasional surveys. The work was mainly research-oriented but unplanned. Salvage or emergency work was carried out occasionally. The mechanisms for safeguarding archaeological heritage included classification (with the consequent intervention restrictions) and the elaboration of the Archaeological Chart of Portugal, supported by the state and the Calouste Gulbenkian Foundation. Urban archaeology was taking its first steps in the salvage of *Bracara Augusta* (Braga, northern Portugal).

The institutional framework of archaeological works was incipient, with individual initiative being the main driving force. Financial support was provided directly by the state, but it was scarce and irregular.

Back then, Portuguese archaeology still had a closed, limited and backward character, distanced from international trends and with deficiencies in terms of training, organisation and funding. However, signs of change were already being felt. Despite the dragging out of the dictatorial political regime and the colonial war, there was some economic growth, with consequences in terms of increased access to education and culture. A small but very active and bold generation of young archaeologists was ready and eager to take the fate of Portugal's still only emerging Portuguese archaeology into their own hands (Arnaud, 2024).

#### 4. 1974 – 1980: DEMOCRATISATION AND ASSOCIATIVISM

*A seagull was flying, flying  
A red cry, an ocean heart  
Like it, we are free, we are free  
To fly...*

*Somos Livres*, 1974. Ermelinda Duarte. Lyrics and music: Ermelinda Duarte

In 1976, the democratic Constituent Assembly approved the Constitution of the Portuguese Republic, imposing the duty to ‘preserve, defend and enhance the cultural heritage of the Portuguese people’. The following years saw the drafting of the first Basic Law on Cultural Heritage, a procedure that involved significant participation on the part of the archaeological community (Silva and Marques, 1992, p. 33; Silva, 2002, p. 308; Silva, 2003a, p. 127). The RTA/78 was approved (Bugalhão, 2015, p. 41), drawn up by the JNE between 1972 and 1974 and revised, without any major changes, by several agencies of the democratic state, such as the DGPC1, the ISPCN Organising Commission and the ad hoc Archaeology Subcommittee.

The first state structure specifically devoted to Cultural Heritage, the DGPC1, was created in 1975, with administrative and executive functions (Lemos, 1992, p. 55; Arnaud, 2013, p. 76; Bugalhão, 2019 and 2022). But this was a transitional entity, because in 1977 the Organising Commission of the Institute for the Safeguarding of Cultural and Natural Heritage was constituted, with the main mission of creating the ISPCN. Representative advisory structures emerged to collaborate on this task in the area of archaeology: the ad hoc Archaeology Subcommittee and the Archaeology Subcommittee of the ISPCN Installing Commission (Raposo, 1995b, p. 73; Silva, 2002, p. 306; Bugalhão, 2019 and 2022). After the 1974 revolution, as far as the structure of the state was concerned, the archaeological community focused its efforts on two structuring demands: the creation of regional and local structures; and the creation of representative bodies acting on behalf of the archaeological community to supervise the definition of policies, structuring decisions and funding options (Arnaud, 2024). Reflection and debate on these two issues extended over the following decades.

After the April 25 1974 revolution, the Portuguese archaeological community was fully aware of the need to clearly define who was and who could be an archaeologist, including some self-regulatory attempts, such as the June 1974 Plenary of Archaeologists and the RTA/78 (Marques, Pereira and Coelho, 1976; Bugalhão, 2015, pp. 41 and 2017b; Arnaud, 2024). Around one third of the participants in this plenary were women (Arnaud, 2024). (**Figure 1, p. 42**)

Archaeologists continued to be those who worked in archaeology, but different aspects of the activity were already being outlined, such as research and technical support work (Marques, Pereira and Coelho, 1976, pp. 7-8; Bugalhão, 2017a, p. 20; Arnaud, 2024). The requirements for access to the activity – state permission to direct archaeological work – continued to be essentially curricular, such as suitability, aptitude, previous work experience, bibliographic production).

Between 1975 and 1979, the archaeological community was growing and some 250 archaeologists worked in Portugal (Bugalhão, 2017a); approximately one-fifth were women, usually younger (Bugalhão, 2017c and 2024). The predominant academic qualification remained an undergraduate degree, usually in History, but ca. one-fifth of the archaeologists did not hold a degree. **(Chart 1, p. 43)**

The professionalization of the activity was seen as a goal to be achieved, when amateurism was still normal (Arnaud, 2024). In terms of the institutional framework for archaeologists' work, universities had a slight advantage over associations and the central and local public administration.

The 'organisation of national excavation plans' (one of the main objectives of the ISPCN Organising Commission in the area of archaeology) remained unfulfilled. Requests to carry out archaeological work were almost always assessed on a one-off basis by the advisory bodies, the JNE, the ad hoc Archaeology Subcommittee and the Archaeology Subcommittee of the ISPCN Installing Commission. The number of annual interventions grew significantly (from around 30 in 1975 to around 100 in 1979). The revolutionary process, the establishment of democracy, the awareness of individual and collective freedom and the power to take part in the definition of national policies unleashed an extraordinary momentum in archaeological activity, which was also a space for civic intervention. Universities continued to be the most important institutions in the framework of archaeological activity, but associations strengthened their role (Caninas, 2010).

Funding, which was almost exclusively public and direct, was still insufficient, contributing to the poor planning of archaeological activity. There was still a predominance of research interventions and a considerable number of emergencies. Quite in line with the spirit of those times, there were reflections and actions on the role of archaeology and archaeological heritage (whose finitude was already acknowledged) in the communities.

During the second half of the 1970s, the threats to archaeological heritage were well identified: urbanisation, industrialisation, tourism, road construction and agriculture. Preventive actions were timidly gaining ground, but they were mainly of a mixed or imprecise nature, between salvage and prevention, developed in urban areas or in the course of urban development. This strengthened the emerging urban archaeology in the context of Heritage research and safeguarding.

The second half of the 1970s was a period of change, but above all a harbinger of change. Most of the indicators show continuity and slight growth, but the changes, although subtle, were extremely significant. At the universities, specialised teaching of archaeology was attempted (Bugalhão, 2023). The number of archaeological associations tripled. The increase in archaeological activity was exponential, but the number of archaeologists did not grow much. They were, however, more motivated; they organised, worked, participated and intervened more; they reacted quickly and passionately to archaeological destruction; they wanted to decide the future of Portuguese archaeology, which they dreamed of renewing and improving.

## **5. 1980 – 1989: ORGANISATION, TERRITORIAL CONSOLIDATION AND PROTO-PROFESSIONALIZATION**

*No, I'm not the only one  
I'm not the only one looking at the sky  
And when the clouds are gone  
The blue sky will remain  
And when the darkness opens  
You'll see, the sun will shine*

*Circo de Feras, 1987. Xutos e Pontapés. Lyrics and music: Xutos e Pontapés*

The most important legislative milestone of the 1980s was the publication of the Portuguese Cultural Heritage Law in 1985 (LPC/85) (Silva and Marques, 1992, p. 34; Raposo, 1993, p. 41). According to its text, 'archaeological assets, whether immovable or movable, are national heritage', establishing the tendentially universal regime for the protection of archaeological heritage that is still in force today (Bugalhão, 2021a). The LPC/85 law referred to some of its main concepts – the definition of archaeological assets (immovable and movable), the property regime, 'occasional' finds, temporary archaeological reserves, urban archaeology, and the sanctioning regime, pending subsequent regulation, which never occurred.

Right at the beginning of the decade, the reform of the state concerning the management of Cultural Heritage had been carried out, with the creation of the IPPC (Lemos, 1992, pp. 56 and 64; Silva and Marques, 1992, p. 34; Silva, 1994, p. 91; Raposo, 1995c, p. 15; Jorge, 2000b, p. 162; Silva, 2003a, p. 124; Oosterbeek, 2008, p. 139; Alves, 2019, p. 15; Bugalhão, 2019 and 2022), of its Archaeology Department and Regional Archaeology Services for the North, Centre and South Zones (Silva, 1987, p. 2; Silva and Marques, 1992, p. 33; Raposo, 1995c, p. 15; Jorge and Jorge, 1996, p. 146;

Marques, 2002, p. 136; Silva, 2002, p. 314; Silva, 2003a, p. 127; Parreira, 2007, p. 98; Alves, 2019, p. 15; Bugalhão, 2019 and 2022). At the advisory level, the ad hoc Archaeology Commission (1980-1981) and the Provisional National Archaeology Commission (1981-1985) remained in operation (Lemos, 1992, p. 55; Arnaud, 2013, p. 76). In 1985, the Archaeology Section of the IPPC's Advisory Council became operational (Raposo, 1993, p. 41; Raposo, 1995b, p. 74). Thus, during this decade the administrative structuring of the democratic state materialised in a bureaucratic, heavy, statist system that was considerably disconnected from the different sectors of Portuguese archaeology. **(Figure 2, p. 43)**

The definition of the archaeologist's activity and its professionalization were still incipient, remaining essentially in the curricular sphere. Nevertheless, there were many signs of change. The number of active archaeologists continued to rise, exceeding 300 in the first half of the decade and 400 in the second (Bugalhão, 2017a). Women accounted for almost a third of the total (Bugalhão, 2017c and 2024), and the group as a whole was also rejuvenated. An undergraduate degree remained the basic academic qualification for archaeologists. Following political stabilisation, the presence of foreigners – archaeologists, universities and research units – once again became considerable. **(Chart 2, p. 44)**

The amateur practice of archaeology declined, and only around a quarter of all archaeologists were amateurs by the end of the decade. The number of 'jobs' in archaeology was very scarce, but the aspiration to become a professional archaeologist was very intense among the new generation of archaeologists, generally holding higher education and curricular experience, obtained at universities and through associational activism. A form of 'para-professional' archaeological practice was established, unpaid and combined with the exercise of another profession (usually teaching). This was the time of 'archaeologists/teachers', requisitioned from the Ministry of Education to work in heritage management. These archaeologists and a few fortunate ones who entered the profession directly worked in the central public administration (mainly IPPC, SRAZ and museums) but also, and increasingly, in the municipalities.

Portuguese archaeology was still unstructured and disorganised, but there was a proliferation of institutions working in archaeology. By the end of the decade, the number of archaeological museums had doubled, compared to 1970. But in the 1980s universities were still the major promoters of archaeological activity.

With LPC/85, the definition of archaeological activity was extended to 'all investigations aimed at discovering archaeological assets'. The management model developed by the public supervisory agencies was consolidated, but remained poorly organised and structured. In 1980, the 'Archaeological Fieldwork Plan for 1980-1984' was introduced for the multi-annual planning and funding of archaeological activity. This initiative

had a very troubled history, with disagreements over the assessment and funding model. The archaeological community was also trying to hand over this responsibility to representative entities and not to the state administration and political bodies. At the time, the democratic legitimacy of elected political bodies was not sufficient and archaeologists wanted to participate directly in the sector's fundamental decisions, through structures that, if not elected, at least had a representative nature.

Thus, the desired 'planning' was reduced to an annual funding plan, the PNTA (PNTA, 1984). In an attempt to discipline archaeological activity, at least in terms of heritage, in 1983 the IPPC introduced a mandatory requirement for prior approval of research projects by advisory bodies. Interestingly, at the beginning of the 1980s archaeologists wanted to take part in decisions on archaeological matters, which they saw as their area of activity. At the end of the decade (and in the following years), the main criticism centred on the lack of scientific legitimacy of the organ assessing the projects, the IPPC Advisory Council, which was increasingly less representative. Nevertheless, there was an intense growth of archaeological activity and the number of annual archaeological interventions actually tripled.

Archaeological research grew considerably. In 1986, the Sacavém Radiocarbon Laboratory was set up and an attempt was made to create a Palaeoecology Unit at the National Archaeological Museum. Archaeological activity aimed at enhancing sites and monuments was one of the main areas of activity of the IPPC and the SRAZ, and was also implemented at municipal level. There was some growth in safeguard archaeology – as part of the increasingly present preventive archaeology – usually within the scope of the SRAZs, at a time of increasing intervention in the territory motivated by Portugal's adhesion to the European Community. Archaeological inventory and chart projects were the most widely supported preventive projects in the 1980s, in a truly national effort involving various sectors of archaeology and society (Marques, 1991). Preventive work within the scope of licensing and building works also grew, particularly in urban areas.

But the intensity of interventions affecting the subsoil was far greater than the response capacity of the existing structures, and emergency situations multiplied and worsened. In the 1980s, all sectors came to the rescue of archaeological sites being destroyed – IPPC and SRAZ, universities, municipalities and associations – but the efforts always fell short of what was needed. This high degree of destruction and emergency is the distinguishing feature of Portuguese archaeology in the 1980s.

Underfunding was one of the most complex and conflicting problems faced by archaeology at the time. The IPPC was the main funding agency, allocating annual subsidies through the PNTA, involving a highly bureaucratised and problematic process (PNTA, 1984).

The 1980s were a foundational phase in contemporary Portuguese archaeology. We

would highlight the establishment of a legal regime for the tendentially universal protection of archaeological heritage (Bugalhão, 2021a) and a robust regulatory framework for archaeological activity, implemented by a bureaucratic apparatus that was also created by the state at the time, the administrative public tutelage of Archaeology. In essence, this legal and institutional framework remained in force until the end of 2023. This infrastructure was created with a broad participation from the archaeological community, which diversified and established itself in the safeguarding and management, outside the sphere of academic research. In this sense, archaeology was increasingly placed under state control, but also socialised. This openness led to major disruptions, particularly in terms of the proliferation of archaeological destruction (or the awareness of its occurrence). But it also led to growing conflict between archaeologists from different backgrounds, between archaeologists and the administration, between archaeologists and certain sectors of the economy and between archaeologists and other citizens. Archaeology, wanting to manage itself, gradually realised that its object of work didn't belong to it, it was common heritage; and that its work was eminently social, a space for civic intervention and a way of exercising citizenship.

## 6. 1990 – 1996: PROFESSIONALIZATION, TRANSITION AND RUPTURE

*No one, no one, no one, no one worries  
Portugal being different is just an illusion  
(...)*

*We may burst, but don't ask us to swim, to swim yoooo  
(...) cannot swim yo!  
(...) cannot swim yo!*

*Não Sabe Nadar, 1994. Black Company. Lyrics and music: Black Company*

This stage was full of institutional and organic changes that were very relevant to archaeology (Silva and Marques, 1992, p. 35; Raposo, 1995c, p. 16). At the end of the 1980s, several sectors and departments that were part of its original structure were detached from the IPPC (Lemos, 1992, p. 59; Silva and Marques, 1992, p. 34; Raposo, 1995c, p. 16; Marques, 2002, p. 136). In this context, the sector dedicated to classified heritage grew in importance, at the expense of the other areas. In 1990, the IPPC underwent an organic restructuring that included the creation of regional directorates and delegations – whereby the SRAZ were diluted (Lemos, 1992, p. 58). This loss of the limited technical and decision-making autonomy, held by the SRAZ as specialised archaeological services, was a serious blow. The problems escalated with the usual and now wors-

ening delays in the allocation of the annual PNTA subsidies (Silva, 2002, p. 309; Silva, 2007a, p. 95).

A second and more far-reaching reform followed in 1992, with the extinction of the IPPC and the creation of IPPAR1 and its Advisory Council (Bugalhão, 2019 and 2022). This Advisory Council had a Section, dedicated to Archaeological Heritage that was even less representative of the archaeological community (Raposo, 1995c, p. 17; Gonçalves, 1997, p. 27). There were therefore renewed calls for the creation of an advisory structure representative of Portuguese Archaeology (Raposo, 1994, p. 54; Silva, 1994, p. 91; Raposo, 1995b, p. 70; Raposo, 1995c, p. 17; Silva, 2002, p. 311). Archaeology was subordinated, its autonomy restricted and the power to decide on archaeological matters definitively handed over to technicians and managers from other areas (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11; Lemos, 1992, p. 58; Raposo, 1993, p. 42; Bugalhão, 2019 and 2022). These developments generated profound dissatisfaction among archaeologists (Silva, 1993, p. 56; and, in the same sense, Lemos, 1992, p. 58; Silva and Marques, 1992, p. 35; Raposo, 1993, p. 42; Fabião, 1995, p. 88; Silva, 2002, p. 309; Parreira, 2007, p. 99) and the conflict between the archaeological community and the administration reached very high levels, with profuse public and media exposure (Raposo, 1993, p. 43; Silva, 1994, p. 92; Raposo, 1995c, p. 16; Gonçalves, 1997, p. 23; Silva, 2002, p. 309).

In the following years, the administration's management of archaeology and the relations between archaeologists and the state gradually deteriorated, culminating in the C<sup>ô</sup>a issue (Real, 2011), a worldwide heritage scandal that went far beyond the narrow confines of the archaeological community. The incompetent performance of IPPAR1 in this process, the state's stance towards Cultural Heritage and the breakdown of the entire model for managing and safeguarding Cultural Heritage, resulted in successive situations of heritage destruction. This whole situation was fuel for the flaming fire of the social and political crisis the country was experiencing. After elections and a change of government, the IPA Installing Commission was established, and worked on guiding and structuring documents for a whole year (Jorge, 1997; Jorge and Oosterbeek, 1997; Jorge, 1998). The resulting proposals were developed in the following years.

In the mid-1990s, archaeologists were those holding a higher academic degree who could be authorised to conduct archaeological works. The requirement for higher education was consolidated spontaneously as the group's level of qualification rose. Archaeology was already a paid profession, although the definition was still a little fuzzy, and amateurism was increasingly rare. A 'class consciousness' emerged and the Association of Professional Archaeologists was founded.

During this stage, some 500 archaeologists worked in Portugal (Real, 1995; Bugalhão, 2017a), including a growing number of qualified women (Bugalhão, 2017a, 2017c and 2024). Within this group, a undergraduate degree was still the most common

qualification, but with an increased training offer there was a growing number of Master's degree holders. Although dependent labour continued to be the most common employment relationship, there was a significant increase in the number of freelance workers with no stable employment relationship and the first entrepreneurs emerged. Professionalization led to labour precarity in Portuguese archaeology.

Between 1990 and 1996, the number of institutions operating in archaeology, including museums, increased slightly. Municipal archaeology and the associational sector also saw some growth. Portuguese universities and research units continued to play a central role. Public bodies were the main employers of archaeologists, providing the framework for most of the archaeological activity. In 1996 there were three archaeology companies in Portugal. **(Chart 3, p. 44)**

Between 1990 and 1996, the volume of archaeological activity remained stable. The planning objective almost disappeared from archaeological community debate. The lack of a sustained management and an investment model for planned archaeological research became one of the structural problems of Portuguese archaeology. Nevertheless, research remained the main motivation for archaeological work. Enhancement has also been consolidated (Real, 1995; Raposo, 2001 and 2016), particularly through the efforts of municipalities. Emergencies and the lack of an effective response were also still present, in an increasingly intolerable situation.

Preventive archaeology was progressively consolidated, but in a much unregulated and sometimes contradictory way. Archaeology was still not taken into account when designing IGTs, despite the full awareness of these procedures' strategic nature. The participation of archaeologists in EIA procedures was very occasional (Jorge, 1995a), but the plan designed to mitigate impacts on the archaeological heritage of the Alqueva development was devised in the mid-1990s (Silva, 1999). After the impetus of the 1980s, the archaeological inventory and chart seemed to have stalled, but in the first half of the 1990s the *Endovéllico*, Archaeological Information and Management System was conceived (Bugalhão, 2002b; Marques, 2002). **(Chart 4, p. 45)**

There were multiple systemic and institutional ruptures. The administration still tried to respond directly to all preventive archaeology requests. Public and direct funding of archaeological activity remained predominant (Real, 1995), but far-fetched ways of integrating private funding were sought, without considering a truly contractual relationship. It was becoming increasingly clear that these formulas were not a consistent solution, because the state was unable to expand as required and because the whole process of intervention, safeguarding and research was a hostage to the complex, cumbersome and anachronistic bureaucratic system.

Between 1990 and 1996, Portuguese archaeology experienced a profound crisis, alongside the emergence of multiple signs of vitality and renewal. In institutional terms,

this crisis was reflected in the disintegration and de-characterisation of the statal structure erected over the previous decade and in the failure of its management, safeguarding and funding instruments. But also in the inability to interpret and react to the trends of change that were clearly being felt in the professionalised, more qualified, more sociologically diverse and plural, younger and more sex equitable archaeological community. The status quo also showed resistance to the emergence of a private sector and the need to hold any agents who caused destructive impacts on archaeological heritage directly and contractually responsible.

The Côa issue erupted in this context of transition, dynamism and rupture (Real, 2011). Portugal and Portuguese archaeology were proving incapable of protecting the largest assemblage of open-air prehistoric rock art, subsequently acknowledged as a World Heritage Site by UNESCO. The state and its competent agencies were heavily responsible for this process. Things had to change. And they changed indeed!

## **7. 1997 – 2008: AUTONOMY, REGULATION AND GROWTH**

*Some people talk about revolution  
But the revolution will not be televised  
It must happen inside each and every one of us  
Otherwise we'll never get anywhere  
(...)  
Everyone criticises  
Everyone has a lot of vim,  
But all the action stays at the café table,  
No money can pay for this sunshine  
Just order another espresso*

*Todagente*, 1997. Da Weasel. Lyrics and music: Da Weasel

Following the 1995 parliamentary elections and in the wake of the manifold crisis in Portuguese archaeology, the Ministry of Culture was created. An autonomous and specialised supervisory agency for archaeology was to be established within this ministry. The IPA's Installing Commission was created for this purpose (1995-1996). Thus, in 1997, for the first and only time (to this day), a public organisation dedicated exclusively to the public management of archaeology was created: the IPA (Zilhão, 1997 and 1997b; Zilhão, 2000, p. 7; Silva, 2002, p. 311; Almeida and Neves, 2006, p. 86; Oosterbek, 2008, p. 140; Bugalhão, 2011 and 2022). Under its aegis, a legislative package was issued, significantly changing the sector's legal regime (Silva, 2005a, p. 17). This included

the ratification of the Malta Convention in 1997, the regulation of specific archaeological careers in the public administration, the revision of the RTA in 1999 (Zilhão, 1997, p. 83; Bugalhão, 2015, p. 41) and regulations concerning the use of metal detectors.

Even though a significant part of the Malta Convention had already been incorporated into Portuguese legislation, some of the rules were hardly implemented. Although ephemeral, the careers of archaeology staff played a very important role in the technical autonomy of archaeologists, particularly at municipal level. The RTA/99 defined four categories of archaeological works and projects (Silva, 2015, p. 16), prioritising preventive archaeology (Zilhão, 1997, p. 83; Bugalhão, 2015, p. 41), defining a university degree as a requirement for conducting archaeological works (Silva, 2015, p. 16), clarifying the concept of a right to ‘scientific reserve’ (Silva, 2015, p. 16) and regulating interventions in funerary contexts, the storage of remains and the study and publication of results.

In 2001, the new heritage law – LBPC/2001 – was published. Inspired by the Malta Convention, it broadened the scope of the archaeological heritage concept to include all assets (sites, objects, deposits, contexts, territory) whose study may contribute to tracing the history of humankind, recovered and/or studied as part of scientific archaeological projects (Real, 2001). The principle of ‘preservation through scientific recording’ was established (Silva, 2003a, p. 124), making the universal protection of archaeological heritage operational (Bugalhão, 2021a). Moreover, it sought to make archaeological safeguarding compatible with the demands of contemporary society, in terms of territorial interventions. The objective of planning/funding archaeological activity was maintained, as were the safeguarding rules within the scope of IGTs and works and the funding of preventive interventions according to the ‘polluter pays’ principle. The destruction of archaeological remains was criminalised (Real, 2001, p. 93).

As previously mentioned, the IPA was responsible for the overall supervision of archaeological policy, the management of archaeological activity and research support (Zilhão, 1997; Bugalhão, 2019 and 2022). It featured ten ‘Territorial Branches’ (Deus et alii, 2007; Almeida and Rocha, 2011, p. 391; Lourenço, Zambujo and Manso, 2023); three dependent services – the CNANS (Alves, 2002; Bugalhão, 2014), the National Rock Art Centre (Baptista, 2014, p. 83) and the Côa Valley Archaeological Park (Real, 2011); and the informal CIPA structure (Mateus and Moreno-García, 2003). Furthermore, IPA managed the *Endovélico*, Archaeological Information and Management System (Bugalhão, 2002b) and the Archaeology Library. In addition to IPA, other agencies with responsibilities in the field of archaeology, IPPAR2 and the Portuguese Institute of Museums, worked concurrently, but coexistence was problematic and conflictive (Silva, 2002, p. 311; Bugalhão, 2011). (**Chart 5, p. 45**)

In 2002, following a new political change, in a context of budgetary restrictions and trying to overcome the permanent organic dissent, the decision to extinguish IPA and

merge it with IPPAR2 was announced. In 2002 and the following years, this measure was deeply contested (Bugalhão, 2002a; Bugalhão, 2011), especially by the younger generation who had started and developed their profession under the tutelage of IPA.

After a slow and stressful process, this reform came to pass in 2007, with the creation of IGESPAR and five DRCs1 (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo and Algarve), backed by the Architectural and Archaeological Heritage Section of the National Council for Culture. And so, as opposed to what happened between 1936 and 1997, the state no longer has an advisory body specialising in archaeology, neither in the political nor in the administrative spheres, to the expense of the representation of national archaeology and compromising the ability to convey the interests and aspirations of the sector to the statal structures and political bodies. **(Figure 3, p. 46)**

This reform reinstated the integrated management of immovable cultural heritage – both archaeological and architectural – but in territorial terms management was distributed over five regional branches. The DRCs1 did not depend on IGESPAR, but on the Ministry of Culture and had a scope of action that went beyond the management of immovable Cultural Heritage (including museums, palaces and monuments and support for the arts and artistic production). The whole organic design was unclear and led to misunderstandings, and the previous conflicts of competences persisted (Silva, 2007a, p. 97; Silva, 2007b, p. 14; Silva, 2008b, p. 18; Bugalhão, 2011, pp. 22, 38-39). Archaeology returned to a subordinate organic position, with a reduction in competences, services and infrastructures (Silva, 2006, p. 15; Almeida and Neves, 2006, p. 86; Almeida, 2008b, pp. 146-147). **(Chart 6, p. 46)**

With regard to the professional status of archaeologists, the RTA/99 definitively established the requirement of holding academic qualifications – a degree in archaeology – for conducting the scientific direction of archaeological works (Silva, 2015, p. 16; Bugalhão, 2015), as well as previous (practical) experience, an aspect that was still somewhat undefined. However, from 2005 onwards, following the implementation of the Bologna process, the qualification requirements (degree/graduate studies) were poorly defined. This was only clarified with the publication of RTA/2014. In any case, the requirement for a higher and more specialised level of qualification and a more structured practical experience were gradually consolidated. On the other hand, the functional contents of the profession broadened considerably. As well as conducting archaeological work, archaeologists work in management and coordination (administrative, in a museum, in a company) and research (in an office or laboratory), preparing studies, projects and assessments, producing contents, engaging in enhancement, dissemination activities, etc.

Between 1997 and 2008, the number of active archaeologists doubled, reaching around 1,000 (Bugalhão, 2017a). There were as many men as women (Bugalhão,

2013a, p. 21; 2017d, pp. 126-128 and 2024), and they were younger and more qualified. An undergraduate degree continued to be the most common qualification (almost three-quarters), but 1/5 of the archaeologists held a master's degree and the number of PhD holders kept growing (Jorge, 2000b, p. 159; Bugalhão, 2023). (**Chart 7, p. 47**)

Between 1997 and 2008, a deep change in labour relations occurred. There was a high level of labour instability among archaeologists, who often accumulated or switched between different jobs. The number of freelance workers grew dramatically, far exceeding the number of archaeologists working as employees (Silva, 1997, p. 33; Jorge, 2000b, p. 164; Silva, 2003a, p. 126; Almeida and Neves, 2006, p. 89; Silva, 2007b, p. 14; Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020). The number of entrepreneurial archaeologists and grant holders or researchers without an employment contract also increased. Labour instability and precarious working relationships (in self-employment and among grant-holders) reached very high and worrying proportions (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020), particularly among younger people and women (Bugalhão, 2017c and 2024; Simões, 2018; Carvalho et alii, 2023). (**Chart 8, p. 47**)

The number of institutions active in archaeology, including museums, increased considerably between 1997 and 2008, reaching close to 400. Most of these institutions were municipalities (Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 34; Silva, 2005b, p. 93; Almeida, 2007b, p. 136; Almeida and Carvalho, 2011; Antas, 2013, p. 224), followed by archaeology companies (Lago, 2003, p. 103; Silva, 2003b, p. 146; Bugalhão, 2011, p. 27) and associations (Caninas, 2010).

Private entities (mainly archaeology companies, but also other became predominant in terms of the framework of archaeologists and archaeological activity. Between 1997 and 2008, archaeology companies were an effective social response to the growing needs of the sector, particularly regarding preventive archaeology. They became the main organisations and employers, particularly for the younger and the women.

The number of municipalities active in archaeology doubled, although many municipalities still did not have an archaeologist. As a result, the importance of municipalities as employers of archaeologists and in the framework of archaeological activity has also been strongly consolidated, while the preponderance of the central administration declined. Portuguese universities and research units saw a slight increase, hosting a growing number of scholarship holders and researchers. The associations were in a transitional phase, between a consolidation until 2004 and a decreasing trend in the following years (Caninas, 2010).

Between 1997 and 2008, Portuguese archaeology became more institutionalised and organised, but work without an institutional framework, strongly associated with preventive archaeology, freelance work and labour instability and precarity proliferated (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020; Correia et alii, 2021).

The definition of archaeological work was considerably broadened at this stage. The concept became more abstract, encompassing 'all actions aimed at detecting, studying, safeguarding and enhancing archaeological heritage, using the specific methods and techniques of archaeology' (RTA/99) and aimed at 'producing historical knowledge' (LBPC/2001).

The volume of archaeological activity (works and projects) quadrupled, reaching a peak of over 1,700 interventions in 2007. Following the previous trend, preventive interventions became overwhelmingly dominant (over 90%) (Jorge, 2000a, p. 183; Lemos, 2007, p. 107; Raposo, 2010, p. 365). Archaeological monitoring became commonplace (Silva, 2005c; Valera, 2005, p. 25; 122; Sarrazola, 2006 and 2017; Bugalhão, 2011, pp. 25-26; Botelho, 2017). **(Chart 9, p. 48)**

During this stage, archaeological research experienced an initial period of consolidation (until 2002) followed by a considerable downturn. This evolution can be related to the public research management and funding model set up by IPA, the PNTA and the focus on Archaeosciences (Zilhão, 2003, pp. 15-16; Mateus and Moreno-García, 2003). Faced with a diagnosed shortage of scientific publications, IPA promoted a dynamic editorial policy through the journal *Revista Portuguesa de Arqueologia* and the reactivation of the monographic series *Trabalhos de Arqueologia*, whose exchanges became the main resource for expanding the Archaeology Library.

In terms of enhancement, heritage standards, and social and ethical demands increased considerably. At this stage, in addition to protection, conservation and maintenance, the archaeological heritage also needed to be enhanced (exhibition, musealisation, public access), with a view to fostering dissemination and activities, in order to educate and raise awareness among citizens. Enhancement initiatives grew between 1997 and 2008, particularly through the municipalities and IPPAR2.

Preventive archaeological activity, which had already been largely predominant, significantly widened its scope. An archaeological inventory and chart is now truly regarded as a national infrastructure and the primary instrument of archaeological safeguarding (Jorge, 1997, p. 127 and 130; Zilhão, 2000, p. 9; Bugalhão, 2002b; Marques, 2002, p. 133, 141; Silva, 2005b, 89, 91; Silva, 2010, p. 201). The participation of archaeologists in the drafting and approval of IGTs and in their monitoring committees has been decisive in PDMs and other plans (Silva, 1997, p. 38; Raposo, 2003a; Silva, 2010, p. 197; Barros and Parreira, 2006, pp. 138-139; Silva, 2008b, p. 19). As a result of this groundwork (as well as the consolidation of the safeguarding procedures concerning listed buildings, in IPPAR2 and in municipal urban management), preventive interventions in the scope of licensing and construction processes have grown massively, becoming the most frequent type of preventive intervention. **(Chart 10, p. 48)**

IPA took very assertive action within the scope of EIA procedures, enabling the sys-

tematic inclusion of the environmental descriptor/factor 'Cultural Heritage' in studies and reports, which until then had been poorly implemented (Almeida, 2008a). IPA began to participate systematically on EIA approval procedures, imposing the appropriate preventive actions within the mitigation measures. This resulted in a major increase in the amount of archaeological work carried out in the scope of EIA procedures (Almeida, 2008a, p. 162; Raposo, 2010, p. 365; Estorninho, Marques and Nunes, 2013).

During this stage, urban archaeology also saw a very significant and widespread development in the territory, corresponding to more than a third of all works conducted (Bugalhão, 2018). Society was more informed and aware of its 'buried cities' and at the beginning of the 21<sup>st</sup> century, archaeology entered the daily life of cities, greatly reducing the number of emergencies. In larger cities, urban interventions were almost always carried out by companies and independent archaeologists, in the scope of contract archaeology. But in many small- and medium-sized towns, mixed or centralised urban archaeological management models have been implemented (usually in municipal services). **(Chart 11, p. 49)**

Indirect funding and contract archaeology expanded between 1997 and 2008, accounting for ca. four-fifths of all archaeological activity (Silva, 1997, p. 40; Raposo, 2003b, p. 59; Carneiro, 2003, p. 116; Silva, 2005a, p. 17; Almeida and Neves, 2006, p. 86; Parreira, 2007, p. 100; Almeida, 2007a, p. 103; Bugalhão, 2011, p. 36-37; Silva, 2008a, p. 15). The huge development of preventive contract archaeology brought along systemic problems of growing proportions, such as the difficulty of properly managing the recovered remains; the difficulty of studying and publishing the archaeological findings; the growing fragility of management and supervision by the authorities; the lack of professional self-regulation mechanisms and ethical parameters; and, last but not least, the severe deregulation of labour in archaeology, with the profound deterioration of labour relations, working conditions, wages and prospects of a worthy professional career (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020; Correia et alii, 2021).

Direct funding of archaeological activity continued to predominate in research, enhancement, archaeological inventory and chart, and IGT projects. Financial support for archaeological research by the state was at its peak between 1998 and 2005, thanks to the PNTA funding calls for tenders held by IPA. **(Chart 12, p. 49)**

The period between 1997 and 2008 saw the most flourishing, regulated and supported phase of Portuguese archaeology, despite the many complex problems that remained unsolved. The legal framework was structured and stabilised. The only (to date) autonomous public body specialising in archaeology was established (at the same time as the IPPAR2 and the Portuguese Institute of Museums), implementing the most effective model for managing archaeological activity and archaeological heritage, both from a preventive perspective and from the research and enhancement perspectives.

In a previously unprecedented situation, the IPA openly embraced the status of a supervisory and regulatory institution, with no direct intervention objectives, separating the spheres of action of the state and the archaeological community as a whole. Concurrently, it prioritised support for scientific research. (**Chart 13, p. 50**)

This was only possible because, at the same time, a professional group of archaeologists, sociologically plural and of an adequate size to meet the country's needs, was consolidated and attempted to organise itself. This professional group finally held higher and specialised qualifications in archaeology, awarded by a network of higher education institutions spread across the country and offering a variety of qualifications (Bugalhão, 2023).

And this was also possible because, at the same time, a private sector emerged, made up of a significant number of archaeology companies and independent archaeologists, with a desire to venture into and progress in contract archaeology and the ability to meet the growing needs of a market shaped by the demands of preventive archaeology.

Notwithstanding, it is also true that this scenario was not devoid of problems and even potentially imminent ruptures. No higher structure representing the various sectors of Portuguese archaeology was institutionalised. The financial resources made available were far below the needs and aspirations of archaeologists. The perceived quality (technical, heritage and scientific) of archaeological activity often wavered between indeterminate and mediocre. Archaeological remains were too often accumulated, either at uncertain locations or in inadequate storage conditions, and were not duly conserved, studied, published and made available to the public (Silva, 2016 and 2019; Encarnação, 2017 and 2018; Gomes et al, 2021). The conditions of professional practice and labour deeply deteriorated (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020; Correia et alii, 2021), in striking contradiction with the rigorous requirements for access to the profession and its practice.

With the dissolution of IPA, the merits of its policy and structure were lost. The problems it failed to solve worsened. And these were the conditions under which Portuguese archaeology was struck by the global financial and economic crisis.

## 8. 2009 – 2014: RETRACTION, DIVERSIFICATION AND DEREGULATION

*What a fool I am!  
And I keep thinking,  
What a silly world  
One must study to become a slave*

*Parva que sou*, 2011. Deolinda. Lyrics and music: Pedro da Silva Martins

At the legislative level, the RTA was reviewed between 2009 and 2014 (Silva, 2003b, pp. 147-149; Sousa, 2013; Bugalhão, 2015, p. 43), seeking to cope with the profound changes occurring in Portuguese archaeology (Bugalhão, 2011, pp. 22-33; Sousa, 2013, pp. 39-40; Correia et alii, 2021).

This regulation was intended to reinstate the primacy of research and the production of historical knowledge, defining a new management model for archaeological research, based on the assessment of scientific merit, independently of funding mechanisms (the PIPA model). This new regulation clarified the qualification and curricular requirements for conducting archaeological works (Silva, 2015, p. 16), introduced the concepts of contracting and framing institution (Silva, 2015, p. 16) and broadened the concept of archaeological remains. Furthermore, it clarified the concept of the right to 'scientific reserve' and introduced the dissemination of archaeological results among the public at large, in order to foster heritage awareness and education (Bugalhão, 2015).

Between 2009 and 2012, both IGESPAR and DRC1 maintained their functions within the structure of the state, during the transition to a new reform aimed at a regionalised management of Cultural Heritage (Bugalhão, 2013b and 2022). In 2012, the DGPC2 and the DRC2 were created (reduced to just four branches, North, Centre, Alentejo and Algarve). The existing Territorial Branches were integrated into the DRC2. And DGPC2 took over the competences of the former Lisboa e Vale do Tejo DRC1 (Bugalhão, 2013b and 2022).

Although the DGPC retained some of its supervisory roles in terms of nationwide archaeology, such as issuing permits for archaeological works and managing national infrastructures (*Endovélico* Archaeological Information and Management System, Portuguese Archaeology Archive, CNANS, LARC, Archaeology Library and the editorial line), it lost its operational function (Bugalhão, 2013b, p. 151 and 2022; Silva, 2013, p. 16), which had now been handed over to the DRC2, attached to the Ministry of Culture. Overlapping attributions and organic disarray between the regional and national spheres and between administrative procedures, decision-making and normative competences widened and settled in, becoming the new normality. (Bugalhão, 2013b and

2022). The Architectural and Archaeological Heritage Section of the National Council for Culture remained in operation, but archaeology was barely represented.

In professional terms, the most significant change derived from the RTA/2004 and the establishment of a new qualification framework for archaeologists as a whole – the master's degree/Bologna 2<sup>nd</sup> cycle, resulting in an improvement of the academic background of new archaeologists (Bugalhão, 2015 and 2023; Silva, 2015, p. 16).

The number of archaeologists working between 2009 and 2011 remained stable, reaching maximum values (until now) in 2010 and 2011 (Disco, 2014; Bugalhão, 2017a). A decreasing trend began between 2012 and 2014 and lasted until 2016. These figures, related to the economic and social crisis, are the result of increasing abandonment of the profession (Bugalhão, 2017a; Rocha et alii, 2020). The average age of archaeologists working during this stage rose, particularly among women (Bugalhão, 2024). The sex parity among archaeologists as a whole remained, but there was a slight loss in the relative weight of the female gender, which may be related to aspirations for greater stability, motherhood and family support (Bugalhão, 2017c and 2024; Simões, 2018). The unusually low synthetic fertility rate of female archaeologists corroborates this thesis (APA, 2014; Bugalhão, 2017a, 2017c and 2024; Simões et alii, 2018). On the other hand, the higher relative weight of women in contract archaeology and in more precarious labour situations still persisted. **(Chart 14, p. 51; Chart 15, p. 52)**

The number of institutions involved in archaeology did not change, with municipalities and archaeology companies accounting for the majority. Nevertheless, at this stage, there has been a considerable increase in the the involvement of non-archaeological companies (companies involved in environmental impact assessment, contractors, property developers, companies managing basic infrastructure networks, etc.); an increasing number of archaeologists worked for these companies. Portuguese universities and research units have provided a framework for the activity of a considerably larger number of archaeologists (namely scholarship holders and researchers), albeit undertaking a smaller number of archaeological projects. A very large number of archaeologists worked for archaeology companies, but the archaeologists who worked without an institutional framework were even more numerous (and also younger, less qualified and proportionally more women) (Bugalhão, 2024). **(Chart 16, p. 52)**

Archaeological activity peaked in 2007, then stabilised and fell back until 2013 as a result of the economic recession (Bugalhão, 2018c, p. 34). A growth cycle began in 2014, lasting until at least 2021 (with a pandemic downturn in 2020).

Archaeological research lost absolute and relative weight, severely affected by the absence of a funding mechanism specifically aimed at research. The PIPA model was implemented from 2013 onwards; the archaeological research activity now required a prior scientific assessment is mandatory, although this did not result in any financial

support. DGPC hosts the LARC (associated with the CIBIO research unit, the Research Center in Biodiversity and Genetic Resources), an informal structure providing support to the archaeological community in terms of archaeosciences studies, as well as maintaining reference collections and developing its own projects. Archaeological research units have relied solely on their own resources, but had larger research teams, doctoral and post-doctoral researchers and funding from the National Scientific and Technological System. A considerable part of archaeological research activities continued to be funded by the municipalities.

Enhancement archaeological activities decreased. Although the RTA/2014 defined new commitments in the areas of heritage awareness and education, and archaeologists have made commendable efforts in this direction, the results of this strategy are still to be assessed. However, this is a path of no return; in the future, archaeology will increasingly be aimed at citizens and communities (Silva, 2003b, p. 150; Lemos, 2007, p. 109; Raposo, 2001 and 2016; Diniz et alii, 2016, pp. 170-171; Coelho, 2020, p. 28).

During this stage, preventive (and salvage) archaeology also declined, in line with the economic crisis, and effective safeguarding mechanisms specifically designed for forestry (Caninas, Henriques and Gouveia, 2008; Bragança, Zambujo and Lourenço, 2019; Bragança et alii, 2020) and intensive agriculture (Valente, 2018; Pereiro, 2020; Porto, Melro and Neves, 2021) projects have yet to be devised. (**Chart 17, p. 53**)

Urban archaeology (essentially preventive) was an exception, as there was a growth in archaeological activity related to the expansion of tourism and the real estate sector (Bugalhão, 2018). Between 2010 and 2014, urban archaeology accounted for nearly half of all archaeological activity nationwide and Lisbon accounted for ca. one-fifth of the total, worsening the specific issues of urban archaeology. Most cities do not have a management entity or a management model for their archaeology (specifically, the archaeological data). In many cases, the management of the finds has reached a chaotic state (Silva, 2016 and 2019; Encarnação, 2017 and 2018; Gomes et alii, 2021). The gap between the archaeological findings recovered in the field and the actually studied remains has widened.

Between 2009 and 2014, indirect funding of archaeological activity – contract or commercial archaeology – reached its peak, covering more than four-fifths of all work and, as mentioned above, there was no public financial support for research.

Essentially from 2009 onwards, the global financial crisis struck Portuguese archaeology, since it was intrinsically and deeply dependent on the economy. Archaeological activity decreased, as did the number of archaeologists and archaeology companies. There was also a process of de-institutionalisation, in which the number of archaeologists working and the number of archaeological interventions, with no institutional framework, were constantly growing.

Professional instability and job insecurity have worsened, quite deeply. Probably for the first time since archaeology became a profession, there have been layoffs and work shortages for many archaeologists (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020). But the cities and their tourism, on the one hand, and the grants awarded in better times, on the other, have sustained the archaeological community. The crisis was overcome and, since 2014, Portuguese archaeology has grown again. What remained was the myriad of structural problems that haunted it and the inability to address and solve them demonstrated by the competent public bodies, the institutions involved in this sector, the professional group and society as a whole.

## 9. EPILOGUE (FOR THE TIME BEING)

*Life is always a curiosity  
(...)  
I'm interested in what's to come  
(...)  
My pleasure in discovering  
To find, to renew, to flee or to repeat  
I'm going to live  
(...)  
I want to live  
Tomorrow, I always expect tomorrow  
And I believe it will be a pleasure again*

*Quero É Viver*, 2004 (1980s), timeless. Humanos. Lyrics and music: António Variações

Between 1970 and the second decade of the 21st century, a legal regime applicable to archaeology was established in Portugal (Silva, 2005a, p. 17), progressively more complete and complex, in line with the best legal practices in Western Europe, a relevant reflection of the extraordinary journey of Portuguese archaeology over the last 50 years. However, as in other sectors of Portuguese society, archaeological legislation is not always effectively applied and there is often a gap between the law and social practices.

As far as the state structure is concerned, i.e. the central administration bodies with competences in archaeology are scattered throughout the government areas of Culture and territorial cohesion (CCDR), starting in 2024. During the first phase, there was a progressive specialisation of the spheres of action of the supervisory agencies; conversely, in the second phase there was a process of generalisation and blending of their respective spheres of action. Concurrently, there has been a trend towards territorial compart-

mentalisation and fragmentation (Bugalhão, 2017b, 2019, 2022), as demonstrated by the transfer of competences in the field of archaeology to municipalities and regional agencies. In this process, the role of autonomous and specialised administrative archaeological supervision, directly dependent on political tutelage, seems bound to de-characterization and extinction. But whatever the future holds for the state's management of archaeology (according to the competences defined in the Portuguese Constitution and the LBPC/2001), the long-established guardianship functions will have to be ensured (Jorge, 1983, p. 3; Valera, 2005, p. 165 ff; Bugalhão, 2013b, pp. 148-149; Bugalhão, 2019, p. 50 and 52). The basic and core tutelage specifically include: the inventory and management of archaeological information (Silva, 1994, p. 92; Silva, 1995, p. 99 ff; Zilhão, 1997, p. 95; Jorge, 1997, p. 130; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 2002, p. 301), management, regulation and enforcement of archaeological activity (Silva, 1994; Silva, 1995, p. 100; Zilhão, 1997, p. 83 and comments; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 1998a, p. 17; Zilhão, 2000, p. 7 e ss; Raposo, 2003b, p. 58; Raposo, 2003b, p. 65; Carneiro, 2003, p. 116; Lago, 2003, p. 102; Valera, 2005, p. 116 and 123; Almeida and Neves, 2006, p. 86; Deus et alii, 2007, p. 105; Parreira, 2007, p. 100; Silva, 2008a, p. 14), archaeological research funding (Lago, 2000, p. 21; Silva, 2008b, p. 19), the management of mobile archaeological assets – assemblages and collections (Zilhão, 1997, p. 89; Silva, 2008b, p. 19; Raposo, 2019; Silva, 2019; Gomes et alii, 2021), the maintenance of public infrastructures essential to the proper exercise of archaeology (*Endovélico* and its associated GIS, Portuguese Archaeological Archives, Archaeology Library, CNANS and LARC) and of a specific editorial line (Silva, 1995, p. 99; Zilhão, 1997, p. 89; Silva, 1998a, p. 17; Silva, 2008b, p. 19) and fostering the institutionalisation of 'Archaeology' in society as a whole.

Archaeologists are a group with growth potential, having peaked at the end of the first decade of the 20th century, when between 1,300 and 1,500 professionals were active. This group shows intense instability and volatility, with permanent high rates of people joining and quitting, the latter usually after a few years of work.

Archaeology is nowadays a sociologically plural, sex-equitable, territorially dispersed and highly qualified profession in academic terms. It is a relatively young group that is constantly renewing itself and often interacts with its international counterparts, both abroad and within the country. It is also versatile and dynamic, but much segmented.

Women are younger; in the long term, they will be more qualified; they have more precarious labour contracts and work more often in companies or on a self-employed basis (Bugalhão, 2017b and 2024; Simões et alii, 2018; Carvalho et alii, 2023). Men have more diverse scientific backgrounds and, for now, are the majority of PhD holders. Freelance archaeologists are younger, less qualified and often work without an institutional framework. The academics and foreigners are older, better qualified and mostly

men. Scholarship holders and researchers without an employment contract are younger, more precarious and highly qualified. Public sector workers are older, less qualified and mostly men. Entrepreneurs are young, hold lesser qualifications and are mostly men.

In 2021, more than half of all archaeologists had already worked for archaeology companies; and around two thirds had tried working without any institutional framework; about a quarter worked or had worked in or for municipalities and just as many in or for Portuguese universities and research units.

One of the most interesting aspects is the tendency for archaeologists to maintain a stable and long-lasting relationship over time (throughout their professional lives) with universities (where they studied, where they established their first relationship with archaeology, or with which they identify themselves or where they have established professional and scientific relationships). Given the deinstitutionalisation of Portuguese archaeology and the archaeologists' extremely difficult working conditions, this relationship is highly valuable. Ideally, any archaeologists, even if freelance, even if working without any institutional framework, even if devoid of a favourable infrastructure for carrying out their work under the appropriate technical and scientific parameters, should be related to a university or research unit where they can find their references and where they can seek and obtain scientific, social and even personal support.

As far as dependent labour is concerned, tending to be stable, with conditions and an adequate institutional framework, the leading role is clearly played by municipalities (Almeida and Carvalho, 2011), which are the main employers in Portuguese archaeology, accounting for around half of the actually employed. This is especially comforting if we consider that archaeologists are indispensable to the functions provided by local councils. Municipalities therefore represent a hope for the future of archaeology and Portuguese archaeologists. The work of a municipal archaeologist is stable, of high quality and has a very high social, heritage and cultural value. And this is the best way to change the current situation of degrading labour relations in Portuguese archaeology.

But the source of the most serious concerns is self-employment, and particularly the so-called 'false freelancers'. In 2021, it is estimated that around three-quarters of all active archaeologists have experienced working as a freelance service provider and that more than half of these have never known any other labour relationship (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020; Correia et alii, 2021). Self-employment is strongly associated with the private and business sector (in archaeology companies and other types of companies) and with activity without an institutional framework. In recent years (the 2020s) there seems to have been a downward trend in the use of services provided by archaeological companies, i.e. a more widespread resort to employment contracts. This perceptible reality requires confirmation and further study.

But the truth is that all institutions use freelance labour. Unfortunately, in the vast majority of cases, these professionals do not have proper and acceptable working conditions and are very poorly paid. There is a need for full and widespread awareness of the fact that a very significant number of 'freelance' archaeologists are paid at or below the national minimum wage. On the other hand, these professionals are highly qualified (master's degrees are increasingly common) because archaeology is a science-based profession. The combination of these two characteristics leads to a profound and intrinsic contradiction in the exercise of the profession, in the quality of the work that is carried out, in the research that is developed, in the knowledge that is produced, in the Heritage that is cared for and displayed, and in the dissemination.

Over the last 50 years, the archaeologically active institutions have consolidated and diversified. Archaeology will continue to rely on central public administration agencies, however uncertain their future structure may be. Universities and research units will continue to play a central role in training, research and fostering the relationship between science and society. But all the indicators suggest that municipalities and archaeology companies will be the most relevant institutions, from a quantitative point of view.

Although it seems obvious that the future of Portuguese archaeology depends on intense and stable institutionalisation, the current situation reflects a certain pulverisation, de-characterisation and instability among the entities involved in the sector.

There are many dysfunctions and problems in Portuguese archaeology. One of them is the terrible working conditions provided, all too often, by archaeology companies (and other organisations), which make the freelance archaeologist responsible for transport, accommodation, computer, photographic and other equipment, tools, consumables, etc. (Mesquita and Simões, 2014; Rocha et alii, 2020; Correia et alii, 2021); and also the often complex contact with other parties involved in archaeological activity. But above all, the scandalous and indignant levels of remuneration applied in the private sector of archaeology in Portugal. This situation leads archaeologists to a choice that seems obvious: i) if working in an institutional context is precarious and unstable; ii) if it provides so few advantages in terms of a real framework for the job; iii) if the remuneration is so low, and it is clear that the amount charged to the commissioning entity includes a very high overhead margin or profit margin, then what is the advantage of working within an institutional framework? Hence, fighting precarious employment is also about promoting institutionalised, organised archaeology within a framework of legality and normality. It means working for a better archaeology.

The archaeologists' work and its functional content have undergone a process of diversification and expansion. In 2024, an archaeologist was not just someone who conducts fieldwork. Archaeologists may also work solely in research or in a wide range

of office techniques, in teaching, in heritage management (directly with artifacts and archaeological sites, or in the bureaucratic-administrative sphere), in dissemination and activities, in publishing and content production, etc.

In terms of fieldwork, the regime based on licensing, inspection, approval of reports, dissemination and heritage awareness, depositing the remains and studying and publishing the results is expected to continue, just to mention the main aspects. Archaeological activity has seen an upward trend until 2023. Whether expanding or shrinking, archaeology is a well-established activity in Portuguese society and will therefore continue and advance.

Research activities will necessarily have to grow, backed by a stable financial support mechanism for archaeological research in society and the community (PNTA), support from municipalities, the national scientific and technological system (in the awarding of grants, project funding, etc.) and private entities, honouring their duty according to the 'polluter pays' principle and their social and sponsorship responsibilities.

Archaeological heritage enhancement must attain the unavoidable status of a national goal, as the country can no longer continue to mistreat and disregard one of its main resources, its cultural heritage. This goal must be embraced by the state, but also by society as a whole, because it has a central strategic value in contemporary societies, contributing to territorial cohesion, to fighting asymmetries and social conflicts, to the improvement of communities' living conditions and to individual and collective fulfilment and happiness. And yes, it is also an economic resource that Portugal should not and cannot do without.

Lastly, preventive archaeology will necessarily have to maintain its role and preponderant place in Portuguese archaeology. Archaeological safeguarding mechanisms must be permanently improved and implemented in land use planning, in its global and integrated management, in urban and rural, wet and underwater environments. It is essential to step up monitoring, enforcement and the demand for technical and scientific accuracy. This task can only be undertaken by public bodies, with technical independence and autonomy and institutional distance from decision-making centres. Viable and standardised solutions will have to be implemented to promote research following preventive interventions. Public bodies, particularly municipalities, will have to find suitable and sustainable mechanisms for managing data, archaeological information and findings (archaeological and geographical information systems, national network for the storage of archaeological remains).

Throughout more than 50 years, there have been many successes and failures in Portuguese archaeology. It is not easy to list the do's and don'ts of this historical process and one should avoid dramatic eschatological speeches and vain self-praise. What has been achieved has been solved; what has not been achieved will have to be solved.

We have secured a good legal regime, a framework of supervisory functions to be provided by the state (recently questioned), a good higher education infrastructure, a qualified professional group, an archaeological inventory and chart system (*Endovélico*), a network of museums and visitable sites, standardised planned research processes, researchers and specialised laboratories, a coherent editorial list of journals and monographs, institutionalised and widespread preventive archaeology procedures (particularly at EIA and IGT level), standardisation and socialisation of urban archaeology, (quasi-) elimination of emergency situations, a considerable number of archaeology companies, and a reasonable archaeology labour and business market.

We face colossal challenges: fostering compliance with the law, designing new and more effective administrative procedures for the defence of archaeological heritage, preventing the de-characterisation, fading, weakening and even outsourcing(!) of archaeological tutelage, countering de-institutionalisation and consolidating institutions, disseminating municipal archaeology, and achieving professional representation and self-regulation. And also, enforcing the right to employment in archaeology, limiting job precarity to the minimum possible level, achieving fair wages, regulating archaeological activity, updating digital management tools for archaeology, outlining and implementing a stable research management and funding model, institutionalising and digitising the *Portuguese Archaeology Archive*, creating a national network of archaeological heritage storage facilities, socialising Archaeology and archaeological Heritage. **(Figure 4, p. 53)**

It will be difficult, but we have to bear with it, as a wise friend used to say, because we are archaeologists.

December 2020

revised and updated in May 2024



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

ALMEIDA, Maria José (2007a) – A arqueologia para os arqueólogos. Reflexões sobre a organização sócio-profissional dos arqueólogos em Portugal. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 101-103.

ALMEIDA, Maria José (2007b) – Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 2, pp. 129-169.

ALMEIDA, Maria José (2008a) – Avaliação de Impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e para o património arqueológico? *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 161-166.

ALMEIDA, Maria José de; CARVALHO, António, eds. (2011) – *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 702 p.

ALMEIDA, Miguel (2008b) – Proteger apesar do IGESPAR, IP: a Arqueologia Portuguesa num Instituto sem competências de Arqueologia... Nem de Património Histórico. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 145-153.

ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2006) – Arqueologia Low-cost. Fatalidade nacional ou opção de classe? O modelo empresarial. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 86-91.

ALMEIDA, Nelson; ROCHA, Leonor (2011) – E depois do adeus... Uma breve retrospectiva sobre a Extensão do Crato do Instituto Português de Arqueologia (1998-2006). In *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3.ªs Jornadas*. Lisboa/Fronteira: Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira, pp. 395-401.

ALVES, Francisco (2002) – O desenvolvimento da Arqueologia Subaquática em Portugal: uma leitura. In ARNAUD, José, ed. – *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal* (Arqueologia & História, 54). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 255-260.

ALVES, Francisco J. S. (2019) – No centenário do Museu D. Diogo de Sousa, recordando o salvamento de Bracara Augusta. *Campo Arqueológico de Braga (1976-1980)*. *Mínia*. Braga. III.ª Série, 14, pp. 7-23.

ANTAS, Mário Nuno do Bento (2013) – *A comunicação educativa como factor de (re)valorização do património arqueológico. Boas práticas em Museus de Arqueologia portugueses*. Tese de doutoramento em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4977> (acedido em 16 de Junho de 2015).

APA (2014) – *DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/31261> (acedido em 3 de Outubro de 2014).

ARNAUD, José Morais, ed. (2013) – *Memória e intervenção. 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 110 p.

ARNAUD, José Morais, dir. (2024) – *O Primeiro Plenário dos Arqueólogos Portugueses. 29 de Junho de 1974*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

BAPTISTA, António Martinho (2014) – Para a história da arqueologia rupestre em Portugal. O Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) em Vila Nova de Foz Côa (1997-2007). *Côavisão, Economia, Ciência e Cultura*. Vila Nova de Foz Côa. 16, pp. 83-94.

BARROS, Pedro; PARREIRA, Rui (2006) – Processo de revisão do PROT Algarve. Património algarvio é factor de desenvolvimento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 138-139.

BOTELHO, Iva João (2017) – Acompanhamento arqueológico e método. Contributo para o seu enquadramento legal. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 259-271. Disponível em: [https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras\\_publicacoes/II\\_congresso\\_actas/Artigo22\\_ArqPort\\_2017.pdf](https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/II_congresso_actas/Artigo22_ArqPort_2017.pdf)

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2019) – Balanço dos Incêndios 2017: região de Lisboa e Vale do Tejo. In ROCHA, Leonor; BRANCO, Gertrudes; SANTOS, Ivo, eds. – *Salvaguarda Arqueológica. Archaeological Safeguard* (Scientia Antiquitatis, 1). Évora, pp. 477-489. Disponível em: [http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/26/V3\\_N1](http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/26/V3_N1) (acedido em Maio de 2020).

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra; PAIVA, Belém; BANHA, Carlos; REGALA, Frederico Tatá; MOURA, Helena; BUGALHÃO, Jacinta; MARQUES, João; CORREIA, José; FARIA, Pedro; MELR Samuel (2020) – Salvaguarda de Património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 164-178. Disponível em: [https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras\\_publicacoes/III\\_congresso\\_actas/artigos/Art2.3\\_III CAAP.pdf](https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/III_congresso_actas/artigos/Art2.3_III CAAP.pdf)

BUGALHÃO, Jacinta (2002a) – Instituto Português de Arqueologia: em processo de extinção. *Al-Madan*. Almada. II Série, 11, pp. 45-48.

BUGALHÃO, Jacinta (2002b) – The experience of the Portuguese Institute of Archaeology in ARM and GIS systems applied to archeological heritage. In *Mapping the Future of the Past. Managing the spatial dimension of the European Archeological Resource*. Sevilha: Universidade de Sevilha.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*. Lisboa. 60-61, pp. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013a) – As mulheres na arqueologia portuguesa. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (2013b) – A Arqueologia na nova orgânica do património cultural. *Arqueologia & História*. Lisboa. 62-63, pp. 147-151.

BUGALHÃO, Jacinta (2014) – A arqueologia náutica e subaquática em Portugal: breves apontamentos. In *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/INCM, pp. 19-22.

BUGALHÃO, Jacinta (2015) – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro): versão anotada. *Al-Madan*. Almada. II Série, 19, pp. 40-48.

BUGALHÃO, Jacinta (2017a) – Arqueólogos Portugueses. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-31.

BUGALHÃO, Jacinta (2017b) – O novo modelo de gestão descentralizada do Património Cultural: compartimentação geográfica e fragmentação. *Al-Madan*. Almada. II Série, 21, pp. 51-55.

BUGALHÃO, Jacinta (2017c) – O papel da mulher na arqueologia portuguesa. *OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 123-130. Disponível em: <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt/article/Tmc9PQ> (acedido em 3 de Dezembro de 2017).

BUGALHÃO, Jacinta (2018) – Arqueologia urbana, em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa. 5, pp. 30-39.

BUGALHÃO, Jacinta (2019) – Gestão Pública do Património Arqueológico. *Al-Madan*. Almada, II série, 22, pp. 48-58.

BUGALHÃO, Jacinta (2021a) – Especial Legislação e Protecção do Património Arqueológico (IV). A legislação arqueológica portuguesa: regime de protecção “universal” do Património arqueológico. *Uniarq Digital*. 52 (Junho de 2021). Disponível em <https://www.uniarq.net/uniarqdigital52.html>.

BUGALHÃO, Jacinta da Conceição Marques (2021b) – A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014). Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com orientação de Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50041>.

BUGALHÃO, Jacinta (2022) – Enquadramento Legislativo e Estrutura do Estado na Gestão da Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série, 25, pp. 86-93.

BUGALHÃO, Jacinta (2023) – O ensino da Arqueologia em Portugal. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2023 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 2137-2148. Disponível em: [https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras\\_publicacoes/IV\\_congresso\\_actas/Artigos/G09/Artigo9.4\\_IVCongAAP.pdf](https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/IV_congresso_actas/Artigos/G09/Artigo9.4_IVCongAAP.pdf).

BUGALHÃO, Jacinta (2024) – Gender divergence and convergence in Portuguese Archaeology. In PALINCAŞ, Nona; MARTINS, Ana Cristina, eds. – *Gender and Change in Archaeology. European Studies on the Impact of Gender Research on Archaeology and Wider Society (Interdisciplinary Contributions to Archeology)*. Springer, pp. 201-218.

BUGALHÃO, Jacinta; CARVALHO, António; GOMES, Ana Sofia; ALMEIDA, Rui Roberto de (no prelo) – Medio mundo en la Arqueología portuguesa. La presencia internacional en la actividad arqueológica en Portugal, de 1960 a la actualidad. *Colloque International “Archéologie en Péninsule Ibérique. Plus d’un siècle de coopération internationale”*, Madrid, 17 de Novembro de 2017, Casa de Velázquez.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1997) – O Poder Local e a gestão do Património Arqueológico. In *1.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 147-150.

CANINAS, João Carlos (2010) – Associativismo e defesa do Património (1980-2010). In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património, memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 281-293.

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco; GOUVEIA, Jorge (2008) – Contributos para uma caracterização do impacte dos fogos florestais de 2003 sobre o património arqueológico e o património construído no distrito de Castelo Branco. *AÇafa On Line*. Vila Velha de Ródão. 1, pp. 1-13. Disponível em [http://www.altotejo.org/acafa/docs/Arquivo/Impactes\\_no\\_Patrimonio\\_dos\\_Fogos\\_de\\_2003.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docs/Arquivo/Impactes_no_Patrimonio_dos_Fogos_de_2003.pdf) (acedido em 12 de Dezembro de 2019).

CARNEIRO, Sérgio (2003) – Caminhando sobre a cauda do dragão. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 115-118.

CARVALHO, Liliana Matias de; SIMÕES, Sara; BRITO, Sara; BUGALHÃO, Jacinta; ROCHA, Miguel; CORREIA, Mauro; BARBOSA, Regis; GONZAGA, Raquel (2023) – “Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2023 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses,

pp. 2125-2136. Disponível em: [https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras\\_publicacoes/IV\\_congresso\\_actas/Artigos/G09/Artigo9.3\\_IVCongAAP.pdf](https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/IV_congresso_actas/Artigos/G09/Artigo9.3_IVCongAAP.pdf).

COELHO, Rui Gomes (2020) – Como descolonizar a arqueologia portuguesa? In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 25-39.

CORREIA, Mauro; BUGALHÃO, Jacinta; CARVALHO, Liliana Matias; GONZAGA, Raquel; ROCHA, Miguel; VILARINHO, Gil; BARBOSA, Regis (2021) – Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica. Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica. *Al-Madan online*, 24, tomo 2 (Julho de 2021), pp. 81-87. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/ao25\\_1](https://issuu.com/almadan/docs/ao25_1).

DEUS, Manuela de; BARROS, Pedro; BRAGANÇA, Filipa; CORREIA, José; GOMES, Ana Sofia; LOURENÇO, Sandra; MARTINS, Ana; MELRO, Samuel; NETO, Filipa; PEREIRA, Luís; ZAMBUJO, Gertrudes (2007) – O Estado da Arqueologia em Portugal. Uma reflexão interna. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 104-105.

DIAS, João Pereira (1959) – Abertura. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 9-13.

DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea; CARVALHO, Daniel; ARNAUD, José Morais (2016) – Papéis, funções e disfunções do património arqueológico: o caso do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja/Portugal). *Arqueologia & História*. Lisboa. 68, pp. 169-180.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO do Instituto Português de Arqueologia; BUGALHÃO, Jacinta; LUCENA, Armando; BRAGANÇA, Filipa; NETO, Filipa; SOUSA, Maria João; GOMES, Sofia; COSTA; Joaquim Pinto da; CALDEIRA, Nuno; VIRALHADAS, Paulo; FRAGA, Tiago (2002) – Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5(1), pp. 277-283.

ENCARNAÇÃO, José d' (2017) – O Destino dos Materiais Arqueológicos. *Al-Madan Online*. Almada. II Série, 21(2), pp. 8-10. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21\\_2](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_2) (acedido em 5 de Maio de 2017).

ENCARNAÇÃO, José d' (2018) – Depósitos Arqueológicos. Património ou lixo? *Al-Madan Online*. Almada. II Série, 22(1), pp. 182-184. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22\\_1](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_1) (acedido em 4 de Janeiro de 2019).

ESTORNINHO, Alexandra; MARQUES, João; NUNES, Ana (2013) – Avaliação de impacte ambiental (AIA) e a atividade arqueológica. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 119-126. Disponível em:

FABIÃO, Carlos (1995) – Património arqueológico em Portugal: gestão de uma memória incómoda. *História*. Lisboa. Nova Série, 11-12, pp. 76-91.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. II Série, 8, pp. 104-126.

FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios/CTT Correios de Portugal, 192 p.

GOMES, Ana Sofia; MARQUES, António; BUGALHÃO, Jacinta; BETTENCOURT, José; LAGO, Miguel; SILVA, Rodrigo Banha da; FILIPE, Victor (2021) – Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, seleção e descarte. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série, 24, pp. 22-29.

GONÇALVES, Victor (1997) – Universidades e gestão do Património. In *1.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 23-29.

IV JORNADAS ARQUEOLÓGICAS (1991) – Recomendações das IV Jornadas Arqueológicas. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 11.

JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira (1996) – Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXVI, pp. 143-158.

JORGE, Vítor Oliveira (1983) – O papel da “Arqueologia” no contexto cultural português. *Arqueologia*. Porto. 8, pp. 1-4.

JORGE, Vítor Oliveira (1997b) – O Império da Ordem e a Proliferação dos Não-Lugares. Contradições na gestão do Património Arqueológico. In *1.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 113-134.

JORGE, Victor Oliveira (1998) – Instituto Português de Arqueologia (IPA): um projecto para renovar a administração da arqueologia nacional. In SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. – *Encontros Cem anos de Arqueologia “O Archeólogo Português”*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, pp. 13-16.

JORGE, Vítor Oliveira (2000a) – 1996 – A Arqueologia portuguesa num momento de viragem. Reflexões sobre o seu estado actual e sobre as linhas orientadoras da sua reestruturação. In *Arqueologia Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 167-191.

JORGE, Vítor Oliveira (2000b) – Arqueologia em Portugal (1974-1989): algumas reflexões. In *Arqueologia Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 155-166.

JORGE, Vítor Oliveira (2003) – Arqueólogos (portugueses, e não só): primeiros contributos para uma (breve) tipologia. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar. 14, pp. 119-158.

JORGE, Vítor Oliveira; OOSTERBEEK, Luiz (1997) – Elementos para a história recente da Arqueologia portuguesa: a actividade da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (Dez. de 1995 Set. de 1996). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37, pp. 85-103.

LAGO, Miguel (2000) – Arqueologia ou arqueologias. *Era – Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1, pp. 18-22.

LAGO, Miguel (2003) – Profissão: arqueólogo (na transição do milénio). In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 95-108.

LE MOS, Francisco Sande (1987) – As três idades da arqueologia portuguesa. *Forum*. Braga. 2, pp. 5-11.

LE MOS, Francisco Sande (1992) – Arqueologia portuguesa: próximo futuro. Previsões para a última década do II milénio. *Forum*. Braga. 11, pp. 53-64.

LE MOS, Francisco Sande (2007) – Memórias do tempo recente... para registo futuro. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 106-109.

LOURENÇO; Sandra; ZAMBUJO, Gertrudes; MANSO, Cláudia (2023) – IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 Anos. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em*

Portugal. 2023 – Estado da Questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 2223-2238. Disponível em: [https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras\\_publicacoes/IV\\_congresso\\_actas/Artigos/G10/Artigo10.2\\_IVCongAAP.pdf](https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/IV_congresso_actas/Artigos/G10/Artigo10.2_IVCongAAP.pdf).

MARQUES, Gustavo; PEREIRA, Jorge Paulino; COELHO, Luís (1976) – *Reestruturação da actividade arqueológica em Portugal*. Lisboa: edição dos autores (impresso na Tipografia Tondelense, Tondela), 10 p.

MARQUES, Teresa (1991) – Carta arqueológica de Portugal: balanço da situação actual/perspectivas futuras. In *Actas das 4as Jornadas Arqueológicas, Lisboa, 1990*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 57-60.

MARQUES, Teresa (2002) – O Inventário do património – a política da necessidade e a necessidade de uma política. In *Património Edificado. Novas Tecnologias. Inventários (XIII Semana de Estudos dos Açores)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 133-145.

MARTINS, Manuela (1998) – Ética, investigação e comunidade científica. In SILVA, António Manuel S. P.; CORREIA, Vírgilio Hipólito, coord. – *Profissão e Ética. Contribuição para um debate sobre Deontologia Profissional na Arqueologia portuguesa*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 29-37.

MATEUS, José E.; MORENO-GARCÍA, Marta, eds. (2003) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 353 p.

MESQUITA, Ana; SIMÕES, Sara (2014) – Os Trabalhadores de Arqueologia Portugueses já têm um Sindicato. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 19(1), pp. 197-198. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al\\_madanonline19\\_1](https://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline19_1) (acedido em 18 de Maio de 2018).

OLEIRO, J. M. Bairrão (1974) – Palavras de abertura. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, I Volume. Porto: Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional de Educação, pp. 17-24.

OOSTERBEEK, Luiz (2004) – Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível. *Era – Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 6, pp. 6-15.

OOSTERBEEK, Luiz (2006a) – Bolonha e Arqueologia: algumas reflexões. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 114-116.

OOSTERBEEK, Luiz (2008) – Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 139-144.

PARREIRA, Rui (2007a) – A prática arqueológica enquanto gestão patrimonial. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 98-100.

PEREIRA, Paulo (2001) – A gestão de sítios arqueológicos. Problemas e hipóteses. *Era – Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 4, pp. 12-21.

PNTA (1984) – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos / 84. *Al-Madan*. Almada. I Série, 3, p. 50.

PORTO, Hugo; MELRO, Samuel; NEVES, Rute (2021) – Limites da intervenção da Administração do Património Cultural em matéria de salvaguarda do Património Arqueológico: a nova actividade agrícola. *Al Madan Online*. Almada. Série II. 24: 2, pp. 64-80.

RAPOSO, Jorge (1995a) – Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural. *Al-Madan*. Almada. II Série, 4, pp. 57-86.

RAPOSO, Jorge (2001) – Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, pp. 100-106.

RAPOSO, Jorge (2003a) – Planos Directores Municipais e Património. *Al-Madan*. Almada. II Série, 12, pp. 82-94.

RAPOSO, Jorge (2016) – Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados: 500 arqueossítios ou conjuntos em condições de fruição pública responsável. *Al-Madan*. Almada. II Série, 20, pp. 70-196.

RAPOSO, Jorge (2019) – Boas Práticas na Gestão de Espólios Arqueológicos. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(3), pp. 198-199. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22\\_3](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_3) (acedido em 2 de Novembro de 2020).

RAPOSO, Luís (1993) – A estrutura administrativa do Estado e o Património Cultural. *Vértice*. Coimbra. II Série, 54, pp. 38-45.

RAPOSO, Luís (1994) – Ante-projecto lei do Património Cultural, primeiras impressões. *Al-Madan*. Almada. II Série, 3, pp. 51-55.

RAPOSO, Luís (1995b) – Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um conselho superior de arqueologia. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, pp. 63-97.

RAPOSO, Luís (1995c) – Património cultural, poder político e aparelho de Estado. *Vértice*. Coimbra. II Série, 64, pp. 14-18.

RAPOSO, Luís (2003b) – Passado, presente e futuro da Arqueologia profissional. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 57-66.

RAPOSO, Luís (2010) – A arqueologia e impactes ambientais: o beijo da aranha. In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património, memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 364-368.

REAL, Fernando C. S. (1995) – A Arqueologia Portuguesa em mapas e números. In JORGE, Vítor Oliveira, ed. – *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, VIII* (Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, XXXV: 4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 19-40.

REAL, Fernando (2001) – A nova Lei do Património Cultural português. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, pp. 92-94.

REAL, Fernando (2011) – Datas essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989-2011). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, pp. 205-228.

ROCHA, Miguel; CARVALHO, Liliana Matias; BARBOSA, Regis; CORREIA, Mauro; SIMÕES, Sara; BUGALHÃO, Jacinta; BRITO, Sara; CARVALHO, Liliana Veríssimo; PEACE, Richard; PEÇA, Pedro; SANTOS, César (2020) – O Caderno Reivindicativo e as condições de trabalho em Arqueologia. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 145-153. Disponível em:

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato). *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 23-28.

SARRAZOLA, Alexandre (2017) – Acompanhamento arqueológico: *iuris urbe inordinationem*. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 12, pp. 59-68.

SILVA, António Carlos (1987) – *Proposta de reorganização dos serviços de arqueologia*. Lisboa: Departamento de Arqueologia/Instituto Português do Património Cultural, 19 p. (documento policopiado)

SILVA, António Carlos (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 93-94.

SILVA, António Carlos (1994) – A crise actual da arqueologia portuguesa face à experiência dos anos 80. Crise de crescimento ou crise de consciência? In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 89-94.

SILVA, António Carlos (1995) – Arqueologia preventiva e de salvamento, a ponta do iceberg. *Al-Madan*. Almada. II Série, 4, pp. 97-100.

SILVA, António Carlos (1999) – Salvamento Arqueológico no Guadiana (Memórias d’Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, 1). Beja: EDIA, pp. 30-59.

SILVA, António Carlos (2002) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) – cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. *Arqueologia & História*. Lisboa. 54, pp. 299-315.

SILVA, António Carlos (2003a) – Conflito, mediação e regulação de interesses na “Arqueologia Preventiva”. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 123-127.

SILVA, António Carlos (2007a) – Al-Madan. Uma testemunha independente do “processo em curso” da Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 94-97.

SILVA, António Carlos (2008a) – Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos”. *Era – Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 8, pp 14-18.

SILVA, António Carlos; MARQUES, Teresa (1992) – Estrutura oficial da Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 32-35.

SILVA, António Manuel S. P. (1993) – Da dependência à dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos. *Al-Madan*. Almada. II Série, 2, pp. 54-57.

SILVA, António Manuel S. P. (1997) – Das autarquias aos profissionais da Arqueologia. *Perspectivas da Sociedade Civil*. In *Iº Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 31-44.

SILVA, António Manuel S. P. (2005a) – A Arqueologia-Modo-de-Vida é ainda Investigação? *Al-Madan*. Almada. II Série, 13, pp. 17-19.

SILVA, António Manuel S. P. (2005b) – Carta Arqueológica. Instrumento indispensável para uma política de promoção do Património Cultural. In SILVA, António Manuel S. P., coord. – *Cartas arqueológicas. Do inventário à salvaguarda e valorização do Património*. *Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, pp. 87-94.

SILVA, António Manuel S. P. (2005c) – O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8(1), pp. 459-69.

- SILVA, António Manuel S. P. (2006) – Entre o acaso e a necessidade, da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento de Estado. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 15-17.
- SILVA, António Manuel S. P. (2007b) – A Al-Madan. Crónica da Arqueologia portuguesa nos últimos 25 anos... *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 13-14.
- SILVA, António Manuel S. P. (2008b) – A Arqueologia passou de moda? *Al-Madan*. Almada. II Série, 16, pp. 17-19.
- SILVA, António M. S. P. (2010) – O património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte. *Oppidum*. Lousada. Ano 5, 4, pp. 195-216.
- Silva, António Manuel S. P. (2013) – Arqueologia Portuguesa em (tempo de) Crise? *Al-Madan*. Almada. II Série, 18, pp. 15-16.
- SILVA, António Manuel S. P. (2015) – Para quando a liberdade a sério na Arqueologia portuguesa. Algumas notas a propósito de um inquérito e de um regulamento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 19, pp. 15-18.
- SILVA, António Manuel S. P. (2016) – Que fazer com tantos cacos? O peso dos espólios na Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 20, pp. 15-19.
- SILVA, António Manuel S. P. (2019) – Os espólios arqueológicos regressam à agenda da comunidade arqueológica. Ou não? *Al-Madan*. Almada. II Série, 22, pp. 8-12
- SILVA, Miguel Lago da (2003e) – Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 141-150.
- SIMÕES, Sara; BRITO, Sara; CARVALHO, Liliana; BUGALHÃO, Jacinta; MOREIRA, Andreia (2018) – Questões de Género em contexto laboral em Arqueologia: breves notas. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(2), pp. 111-113. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22\\_2](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2) (acedido em 26 de Julho de 2017).
- SOUSA, Ana Catarina (2013) – A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século XXI: uma breve reflexão. *Revista Património*. Lisboa. 1, pp. 36-42.
- VALENTE, Marco (2018) – Petição Pela Defesa do Património Arqueológico Nacional. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(2), p. 141. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22\\_2](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2) (acedido em 2 de Novembro de 2020).
- VALERA, António Carlos (2005) – *Holocénico [o Blog]*. Lisboa: Era, Arqueologia SA/Editorial XPTO, 246 p.
- VALERA, António Carlos (2007) – Arqueologia empresarial e produção de conhecimento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 75-82.
- ZILHÃO, João (1997) – Reportagem Instituto Português de Arqueologia. Entrevista com João Zilhão, conduzida por Jorge Raposo. *Al-Madan*. Almada. II Série, 6, pp. 78-98.
- ZILHÃO, João (2000a) – Arqueologia por Contrato. Algumas reflexões sobre a arqueologia como actividade empresarial. *Era – Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1, pp. 6-9.
- ZILHÃO, João (2003) – Prefácio. In MATEUS, José E.; MORENO-GARCÍA, Marta, eds. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 14-19.

## LEGISLAÇÃO

### LEGISLATION

**Convenção de Malta – Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 16 de Dezembro, ratifica a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992.**

Malta Convention – Portuguese Parliament Resolution no. 71/97 of Decembre 16 which ratifies the Convention for the Protection of the Archaeological Heritage of Europe, approved in La Valetta, Malta, on 16 January 1992.

**LPC/85 – Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português.**

LPC/85 – Law no. 13/85 of July 6, Portuguese Cultural Heritage Law.

**LBPC/2001 – Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.**

LBPC/2001 – Lei no. 107/2001 of September 8, Basic Law on the Policy and Regime for the Protection and Enhancement of Cultural Heritage.

**RTA/78 – Portaria n.º 269/78 de 12 de Maio, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; alterada pela Portaria n.º 195/79, 24 de Abril.**

RTA/78 – Ordinance no. 269/78 of May 12, Regulations for Archaeological Work, amended by Ordinance no. 195/79, April 24.

**RTA/99 – Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, rectificado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro.**

RTA/99 – Decree-Law no. 270/99 of July 15, Regulations for Archaeological Works, amended by Decree-Law no. 287/2000 of November 10.

**RTA/2014 – Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.**

RTA/2014 – Decree-Law no. 164/2014 of November 4, Regulations for Archaeological Works.





